



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



CAROLINA MARIA PAIXÃO ARAÚJO

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A PERMANÊNCIA DE
ESTUDANTES MIGRANTES DA UFMS**

CAMPO GRANDE – MS

2021

CAROLINA MARIA PAIXÃO ARAÚJO

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A PERMANÊNCIA DE
ESTUDANTES MIGRANTES DA UFMS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para à obtenção do título de mestre em educação.

Orientadora: Professora Dra. Solange Jarcem Fernandes.

**CAMPO GRANDE – MS
2021**

CAROLINA MARIA PAIXÃO ARAÚJO
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A PERMANÊNCIA DE
ESTUDANTES MIGRANTES DA UFMS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Solange Jarcem Fernandes – Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof.^a. Dr.^a. Carina Elisabeth Maciel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof.^a Dr.^a Nadia Bigarella
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Campo Grande- MS
2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Solange Jarcem, profissional exemplar, pelos conhecimentos, suporte, apoio, paciência e o tempo disponibilizado para a construção e engrandecimento deste trabalho;

Agradeço a Profa. Carina Maciel, profissional a qual tenho grande admiração e respeito, por todo o conhecimento repassado durante aulas e reuniões do grupo de pesquisa: GEPPEs/Mariluce Bitar, e, principalmente, pelas análises realizadas na banca de qualificação fundamentais para a finalização deste trabalho e por aceitar o convite para ser membro da banca de defesa.

Agradeço a Profa. Nadia Bigarella por aceitar o convite de participar como membro das duas bancas as quais foram submetidas esta pesquisa e por ter sido assertiva nas contribuições que enriqueceram este trabalho após a banca de qualificação.

Agradeço também aos amigos que ganhei com o ingresso no Mestrado e que me deram o prazer da convivência com estes durante o percurso de construção desta pesquisa, sempre com muito apoio, risadas e carinho. Meu muito obrigada a: Juliana, Lidiane, Luciana, Luiz, Mauro e Natália.

Aos amigos e colegas de turmas e do grupo GEPPEs/Mariluce Bittar pelos debates enriquecedoras para a vida e fundamentais para as análises realizadas neste trabalho.

À PROAES/UFMS pela disponibilização dos dados utilizados para análise desta pesquisa.

Ao grupo de Assistentes Sociais da UFMS pelo apoio durante o trabalho técnico que desenvolvi nesta instituição.

Ao amigos, servidores e professores do CPNA, que me acolheram muito bem tanto no ambiente de trabalho como me receberam com todo carinho e amizade nas suas vidas pessoais. E por terem oferecido todo o suporte necessário para viabilização da exigente rotina de servidora estudante. Aqui destaco: Amélia, Barbara, Bruno, Joel, Fabiula Odair, Paulo, Rosi, Solange e Vanessa.

Aos estudantes do CPNA que depositaram credibilidade no trabalho profissional desenvolvido naquela instituição.

À equipe da PROEN/UFMS pelo apoio e compreensão sempre.

Ao irmão que conquistei aqui na cidade de Campo Grande, Leo, pela convivência, suporte emocional, carinho e paciência sempre. Muito obrigada por ter aberto seu lar para mim e por toda compreensão e conversas infinitas sempre.

À Clara, melhor amiga e irmã, que me acompanhou de perto nessa jornada atribulada, em meio a pandemia, trabalho remoto, família distante, mestrado para concluir, empresa para gerenciar, curso de gastronomia em andamento e mudança de casa realizada, que topou todas as minhas ideias malucas e que foi meu suporte emocional e fortaleza.

E por fim, e mais importante para minha vida, meus pais, Agesilau e Tereza, minha irmã Larissa e minha sobrinha Lara, que apesar de não acompanharem de perto minha dedicação aos estudos, sempre me trazem muito apoio e confiança, e mesmo já fazendo mais de um ano que não os vejo, conseguem me acolher e transmitir todo o carinho e amor.

RESUMO

A dissertação busca analisar a efetivação da Assistência Estudantil no atendimento a estudantes migrantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no Campus de Nova Andradina (CPNA), após a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pelo Decreto nº 7.234 em 2010, até o ano de 2019. Analisou-se, por meio de pesquisa qualitativa, com base em documentos oficiais, produções científicas e dados quantitativos, como a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, especificamente o *Campus* de Nova Andradina, operacionaliza a Assistência Estudantil enquanto instrumento viabilizador da permanência dos estudantes migrantes nos cursos de graduação, considerando as especificidades desses sujeitos desprovidos de rede familiar para o apoio econômico, cultural e afetivo nas atuais cidades onde vivem. O referencial teórico constituiu-se da configuração do Estado na sociedade capitalista, do contexto de lutas e contradições em que se enquadram as políticas sociais e de Assistência Estudantil e das especificidades dos estudantes migrantes na educação superior. Como base de dados quantitativos utilizou-se planilha com informações socioeconômicas dos estudantes matriculados no *Campus* de Nova Andradina, no ano de 2019, assim como, o número de inscritos e de beneficiários com os auxílios assistenciais, no mesmo ano, disponibilizados pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Para a construção teórica considerou-se o contexto de redução das políticas sociais enquanto gastos e não investimentos públicos, a conjuntura neoliberal de reforma do Estado e da educação, que visualiza a Assistência Estudantil como prejuízo para o Estado, mas que não deixa de representar uma resposta ao atendimento das demandas da classe trabalhadora; e o movimento das contradições, historicidade e totalidade que envolvem as relações de gestão e operacionalização da Assistência Estudantil nos diferentes governos e modelos de Estado. Com isso, a pesquisa apresenta o perfil dos estudantes migrantes e pretende contribuir com a discussão sobre o papel do poder público em propor políticas aos estudantes de baixa renda, uma vez que são atingidos pela questão social e que contam com a assistência estudantil como uma maneira de minimizar as situações de desigualdades sociais resultantes da sua condição de classe trabalhadora e das especificidades, enquanto jovens migrantes, para a permanência no ensino superior.

Palavras-chave: Educação Superior. Assistência Estudantil. Migração Estudantil.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELA

Gráfico 01 – Demanda da Assistência Estudantil	113
Gráfico 02 – Auxílio Moradia	116
Gráfico 03 – Situação de Moradia	118
Gráfico 04 – Situação de moradia dos alunos que não residem no núcleo familiar: Total dos que exercem e dos que não exercem atividades remuneradas (2019)	119
Gráfico 05– Demanda auxílio moradia, concluíram estudos em outro estado e Mudança de localidade para ingresso no CPNA	120
Gráfico 06 – Grau de motivação quanto ao ingresso na educação pública e gratuita, qualidade do ensino e concorrência do grupo que concluiu os ensinos em outro estado	121
Gráfico 07 – Grau de motivação quanto a formação	122
Tabela 01 – Número de Inscritos e Beneficiários	114

ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM: Banco Mundial
CAE: Coordenadoria de Assuntos Estudantis
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPAC: Comissão de Apoio e Assistência Acadêmica
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
CPNA: Campus de Nova Andradina
COUN: Conselho Universitário
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
FAALC: Faculdade de Artes, Letras e Comunicação
FACFAN: Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição
FACOM: Faculdade de Computação
FACH: Faculdade de Ciências Humanas
FADIR: Faculdade de Direito
FAED: Faculdade de Educação
FAENG: Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia
FAMED: Faculdade de Medicina
FAMEZ: Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
FAODO: Faculdade de Odontologia
FIES: Fundo de Financiamento Estudantil
FMI: Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNRURAL: Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
INBIO: Instituto de Biociências
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFI: Instituto de Física
INISA: Instituto Integrado de Saúde
INMA: Instituto de Matemática
INQUI: Instituto de Química

LDB: Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MEC: Ministério da Educação
OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC: Organização Mundial do Comércio
PNAD: Pesquisa por Amostra de Domicílios
PNAES: Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE: Plano Nacional de Educação
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGEDU: Programa de Pós-graduação em Educação
PROAES: Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PROMISAES: Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU: Sistema de Seleção Unificada
UAP: Unidade de Apoio Pedagógico
UFMS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE: União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	11
QUESTÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS	14
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O OBJETO	18
CAPÍTULO I – O CARÁTER DE CLASSE DO ESTADO	30
1.1 CONFIGURAÇÃO DO ESTADO DE NATUREZA AO ESTADO POLÍTICO	32
1.2 DA CRÍTICA DO ESTADO LIBERAL AO ESTADO LIBERAL INTERVENTOR	36
1.3 CRÍTICA AO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	41
1.4 CONFIGURAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO DO ESTADO NOVO AO NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO	43
1.5 A RETOMADA DA IDEOLOGIA DO ESTADO LIBERAL	47
1.6 CONFIGURAÇÃO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL	49
1.7 O CARÁTER DE CLASSE DO ESTADO	56
CAPÍTULO II – POLÍTICAS SOCIAIS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ACESSO E PERMANÊNCIA PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR	61
2.1 CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA SOCIEDADE BURGUESA	61
2.2 ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRA	67
2.3 DESIGUALDADES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA	72
2.4 TRAÇOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA SOCIEDADE BRASILEIRA	77
2.5 TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	86
2.6 CONFIGURAÇÃO DA EXPANSÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	90

CAPÍTULO III – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMS: A MIGRAÇÃO ESTUDANTIL	101
3.1 UNIFICAÇÃO DA SELEÇÃO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E O EFEITO NA MIGRAÇÃO ESTUDANTIL	101
3.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMS – <i>CAMPUS</i> DE NOVA ANDRADINA	109
3.3 DADOS DA MIGRAÇÃO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CPNA/UFMS	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O estudo tem como objeto a Assistência Estudantil na permanência de jovens migrantes nos cursos de graduação na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), tem como *locus* para a pesquisa o *Campus* de Nova Andradina (CPNA), como recorte histórico o período após a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, em 2010, até o ano de 2019, e faz parte da Linha de Pesquisa: História, Políticas e Educação, do Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu/UFMS).

O objetivo da pesquisa é analisar como a Assistência Estudantil na UFMS/CPNA encontra-se estruturada para atender aos estudantes oriundos de outros estados da federação, sem vínculos familiares na cidade de Nova Andradina-MS e com pouco ou sem nenhum recurso financeiro para sobrevivência.

A problemática da pesquisa configura-se a partir da necessidade de responder aos seguintes questionamentos: como a UFMS/CPNA interpreta, regulamenta e operacionaliza a Assistência Estudantil? E se a Assistência Estudantil consegue promover suporte socioeconômico aos estudantes migrantes em busca da formação na educação superior?

A pesquisa traz a análise da Assistência Estudantil no âmbito das políticas sociais e a sua gestão na viabilização do atendimento às necessidades básicas dos estudantes e de ações que favoreçam uma proteção social, com intuito de promover o acesso, viabilizar a permanência e prevenir retenções e evasões nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)¹.

A Assistência Estudantil como instrumento viabilizador do direito à educação superior aos estudantes provenientes de famílias de baixa renda² em questões como: “[...] moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com o desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (BRASIL, 2010, Decreto nº 7.234, art. 3º, §1º, I ao X).

¹ As IFES abrangem as instituições de educação superior e também as de educação profissional e tecnológica. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: “Art. 45 - A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização” (BRASIL, 1996, Lei nº 9.394, art. 45).

O Decreto nº 9.235 de 2017, regulamenta em seu art. 2º: “Para os fins do disposto neste Decreto, o sistema federal de ensino compreende: I - as instituições federais de ensino superior - IFES; II - as IES criadas e mantidas pela iniciativa privada; e III - os órgãos federais de educação superior (BRASIL, 2017, Decreto nº 9.235, art. 2º).

² De acordo com o Decreto nº 7.234 de 2010, art. 5º - Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (...).

Considera-se o contexto macroeconômico de ordem neoliberal, de reforma do Estado e da Educação e de redução das políticas sociais, consideradas como gastos e prejuízos ao Estado e a determinadas classes dominantes, mas também como respostas concretas às demandas da classes trabalhadora, para a análise da Assistência Estudantil no âmbito do direito social, para compreensão da realidade social em que vivem os jovens migrantes e para a discussão sobre como a UFMS/CPNA operacionaliza a Assistência Estudantil no atendimento às diversas expressões da questão social³ que permeiam a permanência dos estudantes migrantes nessa instituição de ensino, considerando os limites e possibilidades que esses jovens enfrentam para a conclusão dos cursos de graduação.

O trajeto histórico que percorre a Assistência Estudantil nos diferentes governos na conjuntura da sociedade brasileira, que de acordo com o período e modelo de Estado, enfrentou diversas barreiras culturais e de crenças no seu processo de implantação⁴ e implementação⁵, visto que a escolha pela política de Assistência Estudantil foi realizada em um certo momento histórico, por determinado governo, que não foi o mesmo responsável pela sua operacionalização, o qual acabou resumindo essa política ao PNAES, apenas enquanto instrumento legal de repasse dos recursos às IFES. O que configura a importância de se trabalhar com a categoria historicidade para a análise do objeto.

A apreensão da Assistência Estudantil, na perspectiva de proteção social, deve ser bem mais ampla, ligada ao conceito de política social redistributiva com o objetivo de repor as perdas concretas e os ganhos sociais da classe trabalhadora, decorrentes do contexto do jogo de disputa de poder inerente ao modo de produção capitalista e suas contradições, em que a totalidade se encontra no cerne das relações sociais, onde o que é solicitado pelas classes trabalhadoras não é o mesmo que o Estado tende a oferecer.

O interesse pelo estudo sobre a gestão da Assistência Estudantil e a migração de estudantes de nível superior, provenientes de famílias de baixa renda, surgiu com o desenvolvimento de trabalho profissional no atendimento às demandas sociais de acadêmicos abrangidos pelo PNAES, enquanto assistente social lotada no *Campus* de Nova Andradina.

De acordo com Chizzoti

O problema figura-se como um obstáculo, percebido pelos sujeitos de modo parcial e fragmentado, e analisado assistematicamente. A identificação do problema e sua

³ [...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p.27).

⁴ Por implantação entende-se como sendo o procedimento executado no planejamento, após discussões, para que possa passar pelo processo formal de aprovação.

⁵ Por implementação compreende-se o processo após aprovação em que se discute como se dará a execução.

delimitação pressupõe uma imersão do pesquisador na vida e no contexto, no passado e nas circunstâncias presentes que condicionam o problema. Pressupõem, também, uma partilha prática nas experiências e percepções que os sujeitos possuem desses problemas, para descobrir os fenômenos além de suas aparências imediatas (CHIZZOTI, 2000, p. 81).

Observou-se a realidade posta pelos estudantes, oriundos de famílias domiciliadas em municípios fora do estado do Mato Grosso do Sul, e percebeu-se que esta é permeada por diversas questões inerentes à condição de jovens pertencentes a classe trabalhadora, como a instabilidade de recursos financeiros e de oportunidades de emprego e a pouca ou nenhuma qualificação e experiência profissional, somada às especificidades de sujeitos migrantes, sem vínculos familiares na cidade onde residem e, muitas vezes, sem moradia fixa, enquadrando-se em situações de vulnerabilidade e risco social.

O que representa o movimento contraditório e a totalidade presente nas relações sociais no sistema capitalista, em que com a perspectiva de ascender econômica e socialmente, jovens pertencentes às classes trabalhadoras têm enfrentado o movimento de migração dos grandes centros urbanos, com consideráveis oportunidades para ingresso na educação superior, mas de certa forma ainda elitizadas, para pequenas cidades, como a única possibilidade de ingressarem na educação superior pública, e que tem como consequência a exposição a precárias condições de trabalhos, que exigem pouca qualificação profissional, e que culminam por reproduzir o ciclo de submissão da classe trabalhadora as exigências do mercado, ainda que com o estímulo de modificarem objetivamente a situação social em que vivem.

Tornam-se público-alvo dos auxílios financeiros provenientes da Assistência Estudantil e participantes de um processo seletivo burocrática e concorrido, focalizado⁶ nas pessoas extremamente pobres e que possuem prazos consideráveis para a liberação de recursos, não ocorrendo com a devida brevidade que requer a situação socioeconômica dos estudantes solicitantes.

O desenvolvimento da pesquisa buscou investigar as políticas de acesso e permanência e a assistência estudantil como direito social; analisar a implantação das ações de assistência estudantil no âmbito da UFMS no Campus de Nova Andradina e analisar o perfil socioeconômico dos estudantes migrantes, que utilizam a assistência estudantil e que são contemplados com as ações de permanência da UFMS, assim como os que não são atendidos pelo PNAES no campus de Nova Andradina.

⁶ Ressalta-se que a focalização no público prioritário se faz necessária enquanto estratégia de atendimento frente a insuficiência de recursos na cobertura universal da demanda.

QUESTÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS

Para a abordagem teórica e metodológica, partimos da apreensão apresentada por Andery, (1996, p. 17), “o método científico é historicamente determinado e só pode ser compreendido dessa forma. O método é o reflexo das nossas necessidades e possibilidades materiais, ao mesmo tempo em que nelas interfere”.

O que reflete a importância de se situar historicamente o objeto da pesquisa utilizando-se de construções teóricas sobre as contradições da sociedade capitalista, a correlação de forças que permeia as políticas de permanência na educação superior e a totalidade das relações sociais em que está inserido o indivíduo enquanto ser social e como ocorre esse movimento antagônico e dialético produzido e reproduzido pelo sistema capitalista.

Para tanto, como meio de realizar a pesquisa com o rigor científico necessário, situar-se-á o objeto a partir de categorias que permitirão a apreensão da realidade social, como: historicidade, totalidade, contradição, assistência estudantil e migração estudantil. Utilizando-se da teoria social de Marx e seus estudos sobre a sociedade burguesa para relacionar as categorias e o objeto de pesquisa.

Sobre as categorias marxistas: contradição, totalidade e historicidade, vinculadas às categorias específicas deste trabalho: assistência estudantil e migração estudantil, considera-se o contexto sócio histórico de desenvolvimento do sistema capitalista e das relações sociais determinadas pelas escolhas e interesses das classes dominantes.

A contradição é tida por meio da relação de disputa entre a classe trabalhadora com suas demandas sociais e venda da sua força de trabalho conforme as regras postas a partir da necessidade do capital, e o Estado no atendimento de parte dessas demandas e de submissão das classes trabalhadoras ao mercado com regras que favoreçam mais as classes dominantes, do que a classe anterior, o que acaba por naturalizar a questão social sem romper com a reprodução do sistema capitalista.

Quanto a totalidade e historicidade compreende-se as relações sociais ao longo dos diferentes períodos históricos e modelos de Estado, que mesmo com as mobilizações e lutas da classe trabalhadora e com as respostas às pressões sociais por meio de políticas sociais pelo aparelho de Estado, o que sempre predomina são os interesses das classes que detém o poder político e social nas mãos, ou seja, é a apropriação da riqueza socialmente produzida pelas classes dominantes, tendo no Estado o instrumento de mediação para a coesão social, atuando, ao longo da história, de acordo com a variação do grau de expansão ou de crise do sistema capitalista.

As três categorias ocorrem como em um só movimento, mas com algumas particularidades, ao mesmo tempo em que representam o todo complexo da realidade social também são partes integrantes deste todo, o que deve ser compreendido para não as considerar isoladamente.

De acordo com o que acrescenta Rodriguez sobre a análise de políticas em determinados momentos históricos:

Embora se faça uma delimitação temporal, que situa o objeto num período histórico, é muito provável que a pesquisa demande a análise das tradições da cultura política, que indiquem as pistas da gênese do período pesquisado uma vez que o estudo da política enquanto aspecto cultural, no âmbito das *mentalidades* – deve considerar esta, como sendo fenômeno da *longa duração* -, sobretudo quando se denota que as *linguagens* políticas estão estreitamente ligadas às tradições nas quais os grupos políticos estão inseridos (RODRIGUEZ, 2004, p. 28).

Considera-se a Assistência Estudantil e a condição de vida do estudante migrante como decorrentes de uma construção histórico-social da dinâmica do desenvolvimento da sociedade capitalista, que é regida pelas regras do capital em sua totalidade, que é espaço para as mediações, lutas e contradições entre os agentes das diferentes classes sociais e que é reproduzida por meio das relações de exploração, compra e venda de mercadorias e da força de trabalho humana.

O objeto de estudos das ciências sociais não é estático, imutável ou repetível, constitui-se em processos únicos, em situações concretas, nas quais interagem diferentes fatores, sendo o principal protagonista o ser humano, que atua dentro de uma sociedade. Sendo assim, o homem constrói, transforma e conserva a sua história e sua cultura dentro de uma determinada estrutura social materialmente determinada (RODRIGUEZ, 2004, p. 18).

O objeto de pesquisa na área das ciências humanas e sociais possui uma configuração histórica determinada, ele surge a partir da dinâmica antagônica das relações sociais, sendo necessário para a sua apreensão realizar o movimento do universal para o singular e do singular para o universal como forma de analisar a constituição da parte pelo todo e do todo pela parte, como analisa Netto a partir de Marx:

(...) o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real. As “determinações as mais simples” estão postas no nível da universalidade; na imediatividade do real, elas mostram-se como singularidades – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade (NETTO, 2011, p.45).

O que pressupõe que as relações sociais e materiais da sociedade capitalista, ao serem analisadas, devem ser abstraídas para o campo da racionalidade, para que possam ser investigadas em sua totalidade, e não apenas em sua aparência, como relações isoladas, que

tenham início e fim em si mesmas, mas como reprodução e produção de uma sociedade regida pelas leis do sistema capitalista, como pode-se apreender a partir das análises de Marx:

Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é “simples” – o que as distingue é o seu grau de complexidade (...) (NETTO, 2011, p. 56).

Com base no método de pensamento do materialismo histórico-dialético, na sociedade burguesa não é o homem quem determina as relações sociais e de mercado, mas é a inserção deste no processo de produção capitalista que determina sua consciência e sua classe social.

Rodriguez (2004, p. 18) aponta que “Marx (1983, p. 24) afirma que não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o seu ser social que, inversamente determina a sua consciência (...)”.

A análise dos fatos sociais e das relações entre os indivíduos deve considerar a historicidade, totalidade e contradições que envolvem o homem enquanto ser socialmente constituído de acordo com os interesses das classes dominantes.

De acordo com Netto, em sua análise sobre o método de Marx:

Sem as contradições, as totalidades seriam *totalidades inertes*, mortas (...). A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente, não fórmula/formas apriorísticas para determina-las: também cabe a pesquisa descobri-las (NETTO, 2011, p. 57).

A categoria contradição deve ser considerada no processo de abstração e análise crítica do objeto, contextualizando-o com os dados empíricos da pesquisa e o referencial teórico que trata da teoria marxista, para tornar inteligível o que é apreendido como natural, mas contraditório na sociedade capitalista.

Nessa perspectiva de relacionar categorias com a realidade social que envolve o objeto de pesquisa, Rodriguez apresenta que:

Para compreender a realidade e as categorias, é imprescindível uma leitura reflexiva, estabelecendo correlações entre os aspectos importantes, percebendo os dados e eventos que se articulam. E posteriormente, deve-se passar a uma leitura de caráter interpretativo, embasado nas abordagens discutidas na fundamentação teórica e em autores que fazem parte do referencial teórico, cujos estudos se relacionam com o tema investigado (RODRIGUEZ, 2004, p. 22).

A pesquisa desenvolvida é de caráter quanto/qualitativo, pois analisou a essência e os fenômenos da realidade social que envolve a dinâmica relação entre a assistência estudantil e a permanência na universidade de estudantes migrantes e consolidou-se em uma pesquisa alicerçada em concepções teóricas e uma coleta de dados mensuráveis que foram relacionados com o referencial teórico.

Fez-se uso da pesquisa bibliográfica e documental, a partir de dissertações, teses, documentos oficiais, livros e artigos científicos para problematização e contextualização do objeto de pesquisa.

(...) o “levantamento bibliográfico”, ou seja, a procura por material que nos aproxima do objeto de pesquisa, acaba sendo uma ação não específica, uma atividade que possibilita abordar o assunto, o problema, que se deseja estudar e, ao mesmo tempo, acompanha as produções gerais da pesquisa, fazendo parte da base conceitual. É mais uma resposta às necessidades do pesquisador para compreender a questão pesquisada, que uma obrigação ou regra (RODRIGUEZ, 2004, p. 20).

A pesquisa bibliográfica auxilia na aproximação do objeto de pesquisa com o referencial teórico para compreensão e análise dos dados que se obtém de forma empírica. E a pesquisa documental, segundo Rodriguez (2004, p. 24) “lida com material que não foram examinados analiticamente (...). A pesquisa documental implica, inicialmente, procurar, preparar, reunir a documentação com o intuito de “compreender o assunto”, tentando abordar a totalidade”, assim como serve enquanto provas do movimento das relações sociais e de disputas em determinado momento histórico.

A execução da pesquisa conta com uma revisão bibliográfica por meio de estudos concluídos com abordagem do objeto a ser pesquisado, utilizando-se como instrumento a plataforma de banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia: OASIS BR, que se trata de um portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto. Nessa página eletrônica realizou-se a busca por dissertações e teses a partir de categorias referentes ao objeto de pesquisa.

Foi realizada seleção de bibliografia e revisão da literatura a partir de autores referenciados nos estudos analisados; coleta e análise dos dados com base no referencial teórico abordado e elaboração do texto do relatório para qualificação da dissertação.

Como fonte para coleta de dados foram utilizados planos e relatórios da UFMS do período referente ao corte temporal da pesquisa, sobre a gestão da instituição, como Relatórios de Gestão e Planos de Desenvolvimento Institucional e referente à assistência estudantil, como dados sobre concessões, recursos financeiros e quantitativos de alunos atendidos viabilizados diretamente com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES.

Também foi realizado levantamento de informações a partir de dados publicados pelo Ministério da Educação (MEC) disponíveis para consulta, como: o relatório do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, Censo da Educação Superior/INEP, portarias, leis e decretos que normatizam as políticas nesse nível de ensino e que se referem à Assistência Estudantil e a vagas e matrículas na educação superior pública federal.

E demais fontes como livros, artigos de revistas e da literatura crítica, por se tratarem de elaborações teóricas já produzidas e fundamentais para constituição do referencial teórico do objeto de pesquisa.

Quem inicia uma pesquisa não pode dispensar as informações documentadas. A reunião delas é indispensável para se conhecer o que já foi investigado, o que falta investigar, os problemas ainda controversos, obscuros, inadequadamente estudados ou que ainda persistam, reclamando novos estudos (CHIZZOTTI, 2000, p. 18).

Considera-se fundamental para o percurso metodológico da pesquisa a sistematização de informações que já tenham sido discutidas por demais autores e analisadas com rigor científico, assim como a coleta de dados ainda não examinados analiticamente, mas que contribuem para relacionar a empiria com o referencial teórico.

A relevância social e política da pesquisa apresentam-se por meio da perspectiva de que a política pública de educação superior, com seu tripé de: ensino, pesquisa e extensão, vai além da formação qualificada para o mercado de trabalho, também possui como papel social a democratização no seu acesso e permanência, principalmente, nas universidades públicas federais para as classes trabalhadoras, o que não se concretiza somente pela oferta de vagas e possibilidade de matrículas em vários cursos nas diversas regiões do país, mas também com a viabilização de diversos instrumentos e ações que viabilizem o repasse e apreensão de conhecimentos aos estudantes.

A importância que a pesquisa trará para a própria universidade em conhecer e aproximar-se do público-alvo, ter instrumentos para o planejamento e desenvolvimento de ações que viabilizem a permanência dos estudantes migrantes e fortaleça o diálogo com outras instituições que também trabalham no atendimento das demandas sociais, além de ser um meio que favoreça a ampliação do espaço de discussões sobre a condição em que vivem os sujeitos atendidos pelas bolsas e de que forma poderá se avançar rumo ao efetivo alcance dos objetivos do PNAES.

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O OBJETO

Utilizando-se como instrumento a plataforma de banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia: OASIS BR, que se trata de um portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto, foi realizada a busca avançada por dissertações e teses que abordassem os seguintes assuntos: educação superior, assistência estudantil e migração.

No entanto, foi localizada apenas uma dissertação que tratasse das três palavras-chaves, com o título: “A relação entre as políticas de ação afirmativa e permanência na educação de

ensino superior nas Instituições Federais de Ensino: as especificidades do benefício moradia para os discentes de graduação da UFRJ”, de autoria de Leandro Duarte de Oliveira, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no ano de 2014.

O trabalho teve como tema: as relações entre as políticas afirmativas e a permanência no ensino superior, e como objeto: os estudantes da graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) atendidos pelo auxílio moradia no ano de 2012.

Ao longo da dissertação, Oliveira (2014) discorre sobre elitização no ensino superior e o processo de democratização e interiorização das universidades a partir dos anos 2000, decorrentes principalmente dos programas como: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁷, Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁸, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁹ e o Sistema de Seleção Unificada (SISU)¹⁰.

Importante ressaltar que o PROUNI e o FIES são programas criados especificamente para educação superior privada, e que por isso perpassam por toda uma discussão sobre destinação dos recursos públicos para o capital privado dentre outras questões que ultrapassam os objetivos propostos por este trabalho, mas que serão contextualizados no segundo capítulo.

A dissertação de Oliveira realiza a análise de que a universalização do ensino superior é uma questão que compreende o estudante desde um ensino básico que deveria ser ofertado com qualidade até um ensino superior que viabilize a participação do discente no tripé da educação: ensino, pesquisa e extensão, e ao acesso às ações afirmativas e à assistência estudantil (OLIVEIRA, 2014).

Depreende-se as categorias totalidade e contradição na conjuntura da educação brasileira, por não ser compreendida e não ser de interesse dos diferentes governos e modelos de Estado como uma questão de necessidade das classes trabalhadoras o acesso às vagas das

⁷ Objetiva criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007, Decreto 6.096, art. 1º).

⁸ Destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005, Lei nº 11.096, art. 1º).

⁹ Destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, de acordo com regulamentação própria (Brasil, 2017, Lei nº 13.530, art 1º).

¹⁰ É o sistema por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participarem (BRASIL, 2012, Portaria Normativa MEC nº 21, art. 2º).

universidades públicas. Tendo sido realizadas ações apenas no período de transição do ensino médio à educação superior, mas que não vislumbram a diminuição das desigualdades sociais durante o período da educação básica pública.

Ressalta-se que dentre as medidas adotadas para ampliação do acesso as universidades públicas, o sistema de cotas adotados para o ingresso de estudantes de baixa renda, de negros ou afrodescendentes, de estudantes provenientes de escolas públicas e de indivíduos pertencentes a comunidades indígenas e quilombolas foi um importante meio para concretizar, de certa forma, o atendimento da demanda pelo direito a educação pública superior dessa população.

As políticas de ações afirmativas são políticas focais com o objetivo de reparar ou minimizar os danos sociais causados, historicamente, a certos grupos populacionais por questões como etnia, raça, gênero, condição física ou intelectual e situação socioeconômica. Tais grupos, enfrentaram, por longos períodos, e ainda enfrentam diversas barreiras de cunho cultural, ideológico e moral, que refletem em suas relações materiais e sociais, no espaço que ocupam na sociedade e nas condições objetivas em que sobrevivem.

Percebe-se a relação entre as políticas afirmativas e de assistência estudantil no que diz respeito ao atendimento das necessidades do corpo discente com dificuldades econômicas por auxílios financeiros e ações de apoio pedagógico e social que viabilizem a permanência desse público no ensino superior (OLIVEIRA, 2014).

Assim como a Assistência Estudantil abrange e faz parte de todo um conjunto de demandas de cunho econômico, social e pedagógico, as ações afirmativas desenvolvidas nas universidades também são importantes instrumentos para o fortalecimento do enfrentamento às desigualdades sociais expressas no campo da educação.

No decorrer da pesquisa, Oliveira (2014) trata da migração estudantil como uma questão promovida por meio do REUNI, que é originada por fatores como a possibilidade de mobilidade de estudantes entre as IFES, em que os jovens tenderiam a buscar os centros urbanos, e pelas ações afirmativas que possibilitaram um maior acesso das classes trabalhadoras as universidades.

Importante destacar que o REUNI enquanto programa de governo para a interiorização e ampliação das universidades públicas, representou um ganho social na área de educação, que expandiu a educação pública para regiões até então desprovidas desse nível de ensino e que viabilizou o direito ao ingresso em cursos de graduação às populações residentes em cidades longínquas de grandes centros urbanos, o que auxiliou no desenvolvimento de pequenas cidades do interior do país.

Oliveira (2014) amplia a discussão para a análise da permanência não apenas como sinônimo de concessão de benefícios financeiros, mas como um conjunto de ações que contemplem as questões que permeiam a evasão e a retenção de matrículas no ensino superior, como situações de baixo rendimento educacional, necessidade de material didático para acompanhamento do ensino, problemas de saúde, insuficiência de recursos para alimentação, transporte e moradia, os quais são agravados dependendo da situação socioeconômica em que se encontra o discente. E defende que a assistência estudantil não deve ser voltada apenas para os alunos com dificuldades econômicas, mas que deve atingir a todos os discentes como instrumento viabilizador de condições favoráveis à conclusão do ensino superior.

Percebe-se nas questões apresentadas que as especificidades da demanda social dos estudantes da classe trabalhadora, na particularidade do âmbito educacional, representam a totalidade de necessidades que essa classe possui também no âmbito universal, como por meios materiais, por condições mínimas de sobrevivência, por infraestrutura e por oportunidades profissionais, que são análogas às demandas e a realidade social que vivem as classes trabalhadoras em suas diversas singularidades.

O que diferencia em um período histórico a outro seria o objeto de disputa em questão, que no caso deste estudo, é o direito à educação, visto por parcela da sociedade como essencial para a ascensão social das classes trabalhadoras e por outra como prejuízo e gastos, não havendo qualquer interesse, por parte das classes que dominam o poder, que não seja o de qualificar, na medida do necessário, a força de trabalho disponível.

Pode-se compreender que a proteção social que os diferentes governos entendem e executam para dar respostas a demanda da população de baixa renda é divergente da exigida e da que seria necessária a classe trabalhadora, o que demonstra o movimento da correlação de forças e interesses antagônicos que permeiam o movimento das relações na sociedade capitalista.

Ao traçar o perfil dos discentes entrevistados na pesquisa, no que tange a migração estudantil, Oliveira (2014) aponta que esta foi ocasionada, principalmente, pelo fato de nas cidades de origem dos estudantes não existir os cursos em que se encontram matriculados na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo realizada uma análise de que por ser uma cidade com grande número populacional e estar localizada na região sudeste, a capital carioca acabou sendo privilegiada na diversidade e no número de cursos que possui¹¹.

¹¹ Um dentre tantos fatores que possibilitaram a UFRJ possuir diversas vagas em diferentes cursos superiores, pode ser apreendido pelo papel histórico que a cidade do Rio de Janeiro representa na trajetória da sociedade

Outra questão apresentada na tentativa de compreender a migração estudantil seria o fato de o ensino privado ser maioria nas instituições de educação superior nas diversas regiões do país e os estudantes migrantes de baixa renda não terem condições de custear um curso de graduação nesses estabelecimentos, o que acaba por ser inevitável a saída dos discentes migrantes de suas cidades (OLIVEIRA, 2014).

Fato que tem se tornado realidade tanto em cidades pequenas como em grandes centros urbanos, a ampliação no número de estabelecimentos de educação superior privado, decorrente do período histórico dos anos 1990 e 2000, como determinação dos organismos multilaterais para repasse de investimentos e atendimento às necessidades do grande capital.

A abordagem sobre a categoria migração estudantil na dissertação analisada, não era objetivo principal pretendido pelo autor, tendo sido utilizada para contextualizar o processo de acesso, permanência, evasão e retenção dos discentes públicos-alvo da pesquisa. No entanto, a construção teórica realizada sobre a assistência estudantil foi ampla e apresentada dentro da perspectiva da universalização dos direitos sociais.

Utilizou-se de outra plataforma eletrônica como meio de busca para produções científicas que abordassem o tema da migração estudantil, sendo esta o *Google Acadêmico*, na qual foram apresentados cento e quarenta e seis trabalhos, em que foram localizadas seis produções teóricas que tratavam da migração de estudantes em busca do ensino superior dentro do território nacional. As demais abordavam a migração no contexto da internacionalização, em sua maioria, ou relacionando-a à questão mobilidade estudantil, enquanto deslocamento diário de estudantes em uma microrregião.

A que mais se aproximou do tema da assistência estudantil na permanência de estudantes migrantes foram as seguintes produções: uma dissertação e um artigo de autoria de Denise Leyi Li (2016), que tratavam da questão da migração estudantil inter e intraestadual, entre os anos de 2006 e 2014, com intuito de verificar os impactos da implementação do processo seletivo centralizado, por meio da plataforma SISU, na evasão e migração de estudantes, com os seguintes títulos: “o novo ENEM e a plataforma SISU: efeitos sobre a migração e a evasão estudantil” e “Efeitos do SISU sobre a migração e a evasão estudantil”, respectivamente.

brasileira, enquanto capital do país durante o extenso período de 1763 a 1960, e por ser um importante centro econômico até os dias de hoje.

A dissertação foi apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia, do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências, no ano de 2016.

Como resultado, a pesquisa traz a informação de que o SISU proporcionou um aumento na migração de estudantes entre estados, mas diminuiu a ocorrência de migrações entre municípios de um mesmo estado (LI, 2016).

Em relação aos auxílios assistenciais, Li (2016) aponta que este influencia como incentivo na migração e que os alunos beneficiados pelas bolsas possuem menor probabilidade de evadir-se das instituições de ensino, porém não se pode afirmar o mesmo em relação a mudanças de cursos, o que foi justificado pela hipótese de o estudante realizar matrícula nos cursos de graduação nos quais teria possibilidade de ingressar de acordo com a nota de corte do ENEM, e não conforme sua preferência.

Também foram demonstradas evidências de que estudantes que utilizaram como forma de acesso às universidades a plataforma SISU têm mais chances de serem migrantes do que os que realizaram processo seletivo por meio de vestibulares (LI, 2016).

Outro fator relevante apresentado foram os custos entre a localidade de destino e a de origem, em que o discente leva em consideração se os gastos na cidade de destino serão maiores que os na região de origem, interferindo na sua decisão de migrar (LI, 2016).

Os dados resultantes da pesquisa são importantes para contextualizar o processo e os efeitos da migração estudantil a partir do processo seletivo unificado, fato que influenciou no acesso das classes sociais com menor renda às universidades e que interferiu na demanda por ações de assistência estudantil, que também foi fruto de um processo de lutas sociais.

Bourdieu e Passeron (1992) analisam que a forma de seleção realizadas por meio de exames para acesso a níveis escolares superiores, favorecem a reprodução das desigualdades sociais no âmbito escolar, por somente considerar o fator de êxito em anos escolares anteriores, e não a origem social, o gênero, raça, sexo, entre outras questões que influenciam na educação e no capital cultural repassado aos sujeitos das classes subalternas.

(...) é suficiente observar que a maioria daqueles que, em diferentes fases do curso escolar, são excluídos dos estudos se eliminam antes mesmo de serem examinados e que a proporção daqueles cuja eliminação é mascarada pela seleção abertamente operada difere segundo as classes sociais. As desigualdades entre as classes são incomparavelmente mais fortes, em todos os países, quando as medimos pelas *probabilidades de passagem* (calculadas a partir da proporção dos alunos que, em cada classe social, ascendem a um nível dado do ensino, com êxito anterior equivalente) do que quando as medimos pelas probabilidades de êxito. Assim, com êxito igual, os alunos originários das classes populares têm mais oportunidades de “eliminar-se” do ensino secundário renunciando a entrar nele do que de eliminar-se uma vez que tenham entrado e, *a fortiori*, do que serem eliminados pela sanção expressa de um revés no exame (BOURDIEU e PASSERON, 1992, p. 163).

O que contribui para a discussão de que o acesso à educação superior não se trata apenas de uma questão de mérito pessoal, visto que os indivíduos são frutos de relações sociais antagônicas e contraditórias, o que justifica as ações afirmativas no processo de democratização do acesso ao ensino superior no país.

Outra dissertação que discorre sobre a assistência estudantil e a migração de estudantes é o de Cassiana Ferreira Simões, com o título: “[...] da democratização do acesso ao desafio da permanência: a experiência dos cotistas sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (ESR/UFF)”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais, no ano de 2018.

A pesquisa foi realizada partindo da hipótese de que os programas de democratização do ensino superior encontram-se submersos ao binômio da inclusão-exclusão, ao passo que ao ampliarem as possibilidades de acesso às universidades, por meio de ações afirmativas, não oferecem condições efetivas para a permanência dos estudantes cotistas nestas instituições.

A dissertação discorre sobre o processo histórico de implementação das políticas afirmativas em diversos países até configurar o cenário nacional dos anos 2000, que, em meio ao contexto neoliberal, as universidades públicas começam a adotar o sistema de cotas para acesso aos cursos. O que é visto como uma política de inserção social para as classes trabalhadoras, por meio da ampliação do capital cultural e humano destas, assim como uma maior possibilidade de mobilidade social das mesmas. Porém, trata-se de uma política focal e paliativa, que deve ser executada junto com políticas universais para a garantia do direito à educação e inclusão social das minorias (SIMÕES, 2018).

Simões (2018) também realiza uma construção crítica sobre os programas de expansão do acesso às universidades, apontando que tais programas realizaram a democratização do ingresso de minorias em espaços no ensino superior jamais pensados antes, mas que massificaram os cursos de graduação à medida que ampliaram o número de vagas, sem viabilizar condições favoráveis para permanência dos estudantes, tanto no quesito da qualidade do ensino e do investimento com infraestrutura nas faculdades, como na destinação de recursos para assistência estudantil em montante equiparado ao número de vagas destinadas a estudantes cotistas.

Conclui-se que essas políticas de governo privilegiaram o capital, apesar da justificativa de inclusão social das minorias, e que inclusive cita que o PROUNI é um exemplo de política pública não estatal (SIMÕES, 2018).

A ampliação do acesso ao ensino superior não garante a permanência e nem a justiça social, pois os grupos de minorias que antes eram excluídos das universidades agora se encontram excluídos na universidade, o que gera o questionamento se a facilitação do acesso ao ensino superior foi um processo de reprodução das desigualdades sociais ou se viabilizou a democratização no ensino superior (SIMÕES, 2018).

Em relação à migração estudantil, Simões (2018) traz dados resultantes de sua pesquisa, realizada em 2015, que 70% dos alunos ingressantes no ESR/UFF são oriundos de outros municípios e demonstrou que o aumento da migração teve influência do processo seletivo unificado, visto que no ano de 2012, ano anterior à utilização do SISU como única forma de seleção pela instituição, 49% dos estudantes eram provenientes de outras cidades.

Ao analisar esse dado a partir dos estudantes cotistas, público-alvo da produção científica, verificou-se que a evasão se encontrava concentrada, em sua maioria, nos discentes oriundos de outras localidades, o que chegou a representar um número de 81,5% dos trancamentos e cancelamentos de matrículas no primeiro semestre de 2016 na instituição de ensino pesquisada (SIMÕES, 2018).

Ao que diz respeito à concessão de auxílios da assistência estudantil aos estudantes cotistas, Simões (2018) discorre que somente 44,9% dos matriculados foram cobertos pelo atendimento das bolsas e 74,5% dos alunos cotistas que evadiram não tiveram acesso ao programa social. O que demonstra a importância da assistência estudantil e a necessidade por ações que promovam condições favoráveis à permanência dos discentes nas universidades.

O trabalho apresentado e os dados informados configuram o cenário atual da assistência estudantil nas IFES, em que o empenho do poder público no sentido da ampliação do acesso aos cursos de graduação não foi o mesmo destinado para a manutenção dos ingressantes nas universidades, mas que não se pode deixar de apreender que tratou-se de um verdadeiro avanço no atendimento a demanda por educação superior das classes trabalhadoras, mas que ainda requer a garantia de uma educação superior com qualidade, operacionalizada na lógica da garantia de direitos.

Com o título: “a produção científica sobre moradia estudantil: um estudo dos artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES”, de autoria de Joice Rejane Pardo Maurell e Celiane Costa Machado, publicado no ano de 2019, apresentam as contribuições teóricas existentes sobre a moradia estudantil relacionada à política de assistência estudantil, tendo sido

localizados apenas sete produções dentro desse perfil, os quais trazem dados específicos em relação a essa temática, não apresentando discussões que contemplem a abordagem da migração estudantil, por ser uma questão que possivelmente extrapolasse o campo de pesquisa pretendido pelos autores.

No entanto, as autoras apontaram que a viabilização de moradia aos discentes é um instrumento que favorece o processo da migração de estudantes, principalmente, os de baixa renda, como forma de acesso às universidades.

Outra produção científica identificada foi o artigo: “Juventude e migração indígena estudantil e as políticas públicas de ingresso e permanência na universidade”, escrito por Ana Claudia Gomes de Souza, publicado em 2019, que trata de uma escrita etnográfica descritiva sobre migração estudantil indígena para os centros urbanos e que teve o intuito de configurar as experiências vivenciadas por jovens indígenas estudantes universitários da Bahia que migraram para a cidade de Salvador em busca do ensino superior.

Nesse sentido, Souza (2019) analisou as estratégias de sobrevivência do público-alvo na nova localidade de moradia, a manutenção dos vínculos de pertencimento com a comunidade de origem e como a política de assistência estudantil influenciou nesse processo de migração em busca do ensino superior.

Souza (2019) traz para análise estudos que apontam ser mais difícil para jovens indígenas tomarem a decisão de distanciar-se do seio familiar do que para jovens pertencentes a centros urbanos, pois a individualidade, a independência, o mérito e o sucesso profissional, não são valores tão cultivados nas comunidades mais tradicionais, como as indígenas, o que culmina em um maior índice de evasão entre esse público.

Outras problemáticas apresentadas foram em relação à alimentação servida nos restaurantes universitários à base de produtos industrializados, frituras e sódio, que afetam a saúde dos migrantes indígenas com problemas relacionados à obesidade e pressão alta; e quanto às moradias estudantis, em que os estudantes indígenas relatam ter necessidade de habitarem residências que possam dividir com seus parentes, pois costumam receber visitas frequentes destes e de demais membros da comunidade, e que possuam espaço para seus rituais e festejos, assim como para plantações de hortas e criação de pequenos animais (SOUZA, 2019).

O que demonstra a importância do desenvolvimento de políticas públicas que atendam as especificidades em que vivem esses sujeitos, ressaltando a importância do investimento em ações que viabilizem condições favoráveis à permanência desses jovens, ao passo que sem tais ações muitos não teriam condições de manterem-se em um curso de graduação, distantes de uma rede de apoio familiar e comunitária.

O trabalho apresentado, apesar de ter como objeto para análise um público muito específico, ele conduz a reflexões de que a migração estudantil, não necessariamente configura-se em uma expulsão desses sujeitos de suas localidades de origem, mas pode ser considerada como um deslocamento, em que os jovens possuem o interesse de retornarem para o seio de sua família levando os conhecimentos adquiridos com a perspectiva de melhorar as condições de vida e de ser exemplo para a sua rede de parentesco.

Já o artigo: “migração e experiência estudantil: um estudo de caso”, de Thiago Reisdorfer, publicado em 2017, detém-se a análise do fenômeno da migração estudantil, como possibilidade de acesso a um curso de graduação, por meio de um estudo de caso em que descreve as experiências de deslocamentos de um jovem até o ingresso na universidade.

Reisdorfer (2017) analisa, nas suas considerações finais, que o SISU e a interiorização das IFES foram importantes instrumentos desencadeadores da migração estudantil como condição para o acesso ao ensino superior. No entanto, não era objetivo do autor realizar análises sobre as políticas de assistência estudantil no processo de migração de estudantes.

A pesquisa realizada sobre produções científicas que trataram do tema “Migração Estudantil”, identificadas por meio das plataformas eletrônicas: OASIS BR e *Google Acadêmico*, mostrou que poucas construções teóricas que envolvem o tema foram produzidas no momento histórico a partir dos anos 2000. Considerando-se que as políticas de governos implementadas, nesse período, voltadas para expansão das IFES e do acesso a estas, influenciaram no processo de migração de diversos estudantes em busca do ingresso no ensino superior.

Verificou-se nas pesquisas analisadas, que para muitos desses estudantes, o processo migratório foi necessário e condicional para que pudessem realizar seus estudos em nível de graduação superior e que a política de assistência estudantil é essencial para a manutenção, sobrevivência e permanência desses alunos nas IFES.

No entanto, as produções identificaram que a assistência estudantil não tem atendido a demanda que lhe é posta, que seus recursos não têm acompanhado o número de ingressantes nas instituições de ensino superior, principalmente o público cotista, que atualmente representam 50% das vagas, e que é diretamente atingida pelo projeto neoliberal de reforma do Estado.

Em relação às produções científicas, apenas uma teve como objeto a migração estudantil como fato decorrente do processo seletivo unificado, por meio do SISU, que teve a preocupação em demonstrar por intermédio de pesquisa quantitativa, como a implementação desse modo de seleção influenciou no número de matrículas em instituições de ensino superior de estudantes

oriundo de outras localidades. Porém não estava no objetivo do trabalho realizado por Li (2016) aprofundar a análise da assistência estudantil na permanência desses alunos migrantes, apesar de ter considerado esta política como fator fundamental para diminuição dos índices de evasão.

Quanto ao tema da assistência estudantil, foram importantes as contribuições realizadas por Oliveira (2014) e Simões (2018), que apesar de não terem como objeto a migração de estudantes, contextualizam o cenário em que surge e foi implementada a política de assistência estudantil. Realizaram análises sobre como se encontra configurada no momento histórico atual de reformas do Estado e da educação, como esta é gerida e operacionalizada na viabilização da permanência dos discentes e o quanto ainda está longe de cobrir toda a diversificada demanda que os acadêmicos apresentam e que interfere na manutenção dos cursos de graduação e na sobrevivência desses sujeitos.

E que para se concretizar a democratização no acesso e na permanência nas IFES, tem que se considerar o discente como um ser multifacetado, que apresenta necessidades não só de âmbito econômico, mas de âmbito social, psicológico e afetivo, e que as ações desenvolvidas, atualmente, principalmente a concessão de auxílios financeiros, são de grande valia, mas não oferecem a esses estudantes todo o suporte e condições necessárias para a conclusão do ensino superior.

A identificação e exposição dos trabalhos configurou-se um instrumento fundamental para compreensão e ampliação da discussão sobre a assistência estudantil enquanto política pública e da sua operacionalização como viabilizadora da permanência no ensino superior de estudantes migrantes, por meio de estudos com rigor científico necessário para a análise de que não é por intermédio de meros auxílios financeiros que se irá concretizar uma política de assistência aos estudantes, devendo ser gerida em paralelo e complementarmente a outras políticas que objetivem a universalização dos direitos sociais.

A relevância da abordagem do tema compreende-se na perspectiva de que a política pública de educação vai além da formação qualificada para o mercado de trabalho e que a democratização no acesso e permanência nas universidades federais não se concretiza somente pela oferta de vagas e possibilidade de matrículas em vários cursos nas diversas regiões do país.

Acrescenta-se que a importância de pesquisas a respeito da migração estudantil possibilita as universidades em conhecer e aproximar-se dos sujeitos desmembrados de suas redes familiares e comunitárias, em constituir instrumentos para o planejamento e desenvolvimento de ações que viabilizem a permanência dos estudantes migrantes, e ser um meio que amplie do espaço de discussões sobre a condição em que vivem os sujeitos atendidos

pelos auxílios assistenciais e de que forma podem-se alcançar os objetivos da assistência estudantil.

Assim, o trabalho traz a necessidade de olhar o estudante migrante, como um sujeito de direitos, permeado por um contexto de fragilidades de âmbito psicológico, afetivo, pedagógico, social e econômico, que não tem apenas a carência de recursos financeiros, mas também a ausência de uma rede de apoio que o enxergue enquanto ser humano com diversas necessidades sociais.

1. O CARÁTER DE CLASSE DO ESTADO

Este capítulo tem por objetivo abordar a configuração do papel do Estado no âmbito das contradições da sociedade capitalista e da dinâmica da correlação de forças que permeia as relações sociais, a partir da abordagem da transição do estado de natureza ao estado político e da contextualização em que se manifestam os pressupostos teóricos do Estado Liberal, Estado Liberal Interventor e Estado Neoliberal.

Contextualiza-se a constituição das políticas sociais como abordagem do Estado, ao longo dos anos, com o trato das manifestações da questão social e da sobrevivência das classes subalternas, partir de Keynes (1978), Fiori (2003), Lessa (2013), Paniago (2012), Behring e Boschetti (2016), Yamamoto (2013), Mota (1995), Netto e Braz (2006) e Montão e Duriguetto (2010), Maranhão (2008) e Sposati (1985). Considerando-se a conjuntura econômica no decorrer das crises cíclicas do modo de produção capitalista e suas influências na dinâmica das relações sociais.

Para Adam Smith (1996), as relações sociais da sociedade liberal seriam mediadas por leis, em que as mesmas leis que regem o comércio seriam as que conduziram as relações de trabalho, o que conseqüentemente, iria interferir no grau de abundância ou de escassez de uma nação e no bem-estar da sociedade, relacionando, portanto, o sucesso econômico de um país a forma como as atividades laborais seriam organizadas e estrategicamente realizadas em prol de uma produção abundante.

Na configuração do Estado Liberal, apreendido por Smith (1996), a pobreza era vista como decorrência da condição particular do indivíduo em não se empenhar suficientemente para o seu progresso social, o que não acarretava ao Estado o papel de fornecer meios para o desenvolvimento e emancipação social da população pertencente às classes trabalhadoras, apenas o atendimento a uma parte da demanda das massas em situação de miserabilidade como forma de conter a violência urbana e o caos social e promover um certo equilíbrio na sociedade.

O Estado tenderia a não se fazer tão presente no atendimento ao social e permaneceria atuando em questões legislativas e judiciárias para a livre condução do mercado e das relações sociais. A principal característica do Estado Liberal é o individualismo, assim o Estado não teria a intenção de resolver os problemas de ordem social, por serem estes decorrentes da conduta individual de cada sujeito (SMITH, 1996).

Na passagem da concepção do Estado Liberal ao Estado de Bem-estar Social (KEYNES, 1978), ou Estado Liberal Interventor (LESSA, 2013), constata-se alterações no trato das manifestações da questão social da classe trabalhadora, em que após o contexto mundial do

pós-guerra e de grande crise econômica, o Estado é cobrado a manifestar-se com ações diretas na sociedade, tanto com investimentos para o fortalecimento do processo de produção dos grandes capitais, como com desenvolvimento de políticas sociais que garantem salários indiretos, complementação dos rendimentos, seguros sociais, dentre outros benefícios para cobertura social da classe empregada.

O grande pensador desse modelo de Estado de Bem-estar Social, foi o economista John Maynard Keynes, que anunciou amplamente suas ideias sobre o papel do Estado enquanto interventor na economia e na área social, acreditando ser fundamental o desenvolvimento de políticas sociais para o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

O Estado Liberal Interventor teve atuação ampla no desenvolvimento das políticas sociais, entretanto, tratou de realizar ações que favorecessem a lógica capitalista de produção e de aumento das taxas de lucros, realizando atendimento com especial atenção aos indivíduos com vínculos trabalhistas e algumas ações assistencialistas aos segmentos em situação de miserabilidade. Desconsiderou, dessa forma, os grupos populacionais excluídos do mundo do trabalho, ou seja, não estendeu proteção social para os desempregados ou aos que exerciam trabalhos com vínculos precarizados (LESSA, 2013 e PANIAGO, 2012).

Depreende-se que esse tipo de proteção social favorece a naturalização da questão social, pois o investimento realizado em políticas sociais, como resposta às demandas das classes trabalhadoras, não tinha o objetivo de romper com as regras do sistema capitalista, o que não promoveria uma redistribuição de riquezas socialmente produzidas, representando toda a contradição que permeia as relações sociais capitalistas, envolvidas por todo um contexto de jogos de interesses, que ganha aqueles segmentos sociais que detêm o poder político e econômico em suas mãos.

Essa conjuntura de proteção social típica do modelo de Estado Liberal Interventor durou até o capitalismo passar por um novo ciclo de suas crises estruturais, no final da década de 1970, em que teve como saída dessa crise, a retomada dos preceitos liberais: menor presença do Estado no cenário social e na regulação das relações de mercado, conhecido como Neoliberalismo.

O tratamento que ocorreu no âmbito das políticas sociais aos segmentos pauperizados, no Brasil, nesse período, se deu, principalmente, a partir da normatização da política de assistência social como a resposta do Estado e das classes dominantes para a solução da situação de pobreza em que vivia grande parcela da população, desconsiderando a natureza da raiz da questão social estar nas especificidades e na superestrutura do modo de acumulação capitalista, que a cada crise aprofunda, ainda mais, as desigualdades sociais, a precarização dos trabalhos

e desemprego e a miserabilidade das classes trabalhadoras (BEHRING E BOSCHETTI, 2016; FIORI, 2003; MOTA, 1995 e PANIAGO, 2012).

O Estado Neoliberal, diferenciou-se do Estado Liberal Interventor, com a diminuição da abrangência na atuação das políticas sociais, em que na perspectiva econômica anterior propunha-se a realizar a cobertura social aos segmentos populacionais vinculados à questão do trabalho, ao consumo e reprodução da classe trabalhadora. No neoliberalismo, tende-se a considerar ao atendimento das políticas sociais apenas a população comprovadamente e extremamente pobre, desprovida de condições econômicas e sociais para arcar com a sua sobrevivência, destinando-se ao Estado o papel mínimo na esfera social, como será analisado a partir de Hayek (1987).

Diante dessa dinâmica político-econômica das políticas sociais, a assistência estudantil também tem sido um campo que vem a sofrer influência direta da atuação do Estado Neoliberal na questão social. Esse entendimento é essencial para a compreensão da configuração das especificidades sociais que permeiam os estudantes migrantes e que comprometem diretamente as condições de permanência no educação superior dos jovens pertencentes a famílias de baixa renda.

A condição de sobrevivência da classe trabalhadora em condições precarizadas e submetendo-se às relações impostas, de acordo com os interesses do grande capital e das escolhas dos diferentes modelos de Estado, é histórica, presente em toda a conjuntura de desenvolvimento da sociedade capitalista, o que demonstra a importância das categorias historicidade e totalidade para apreensão do objeto nas relações antagônicas que permeiam e reproduzem a realidade de acumulação da riqueza socialmente produzida e de naturalização e acirramento da questão social.

1.1 CONFIGURAÇÃO DO ESTADO DE NATUREZA AO ESTADO POLÍTICO

Conforme apontado por Locke (1978), o desenvolvimento da organização social estruturada por meio dos poderes legislativo, executivo e judiciário, foi condição natural do transcurso do modo de vida do homem em estado de natureza para a configuração do modo de vida em sociedade.

O autor explica que o homem em seu estado de natureza obedece às leis naturais e as leis divinas, devendo preservar a si próprio, aos recursos naturais e viver em comunhão com os

demais homens com base no amor e na justiça de Deus, bem como definir, por meio dessa fundamentação, os julgamentos do que seria certo ou errado em suas ações.

Os seres humanos tenderiam a viver em um estado de paz uns com os outros e extrair da natureza o que lhe era necessário para sua subsistência e para a dos seus, bem como podendo guardar e ter a posse dos recursos que sua capacidade proporciona retirar do ambiente natural (LOCKE, 1978).

No entanto, ao extrair o que lhe era necessário para sobreviver e ter a possibilidade de acumular os recursos naturais, à medida do seu potencial e força individual, o homem obteria a necessidade de proteger a propriedade dos bens acumulados.

Para isso, teria que manter a segurança do que era de sua posse e punir os que agiram de má fé e violassem as leis divinas e naturais, sendo lhe discricionário exercer a justiça em causa própria ou dos seus, utilizando-se na medida que julgasse ser necessária para reparar o dano causado a si ou a outrem.

Para John Locke (1978), os homens seriam livres, donos de si e iguais a todos, providos do direito divino de exercerem plenas atividades laborais. A justiça somente seria considerada no campo da moralidade, da punição a injustiças ocorridas em âmbito individual e no contexto de defesa da propriedade privada, como a ocorrência de transgressões de um homem sobre a propriedade ou a vida de outro, que deveria ser repreendida na proporção do dano que lhe tenha sido causado.

Observa-se, aqui, que estas categorias: trabalho, justiça e direitos individuais e de propriedade, são alguns dos motivos pelos quais Locke (1978) justifica a necessidade da transição do estado natureza ao governo civil por acreditar que os homens envolvidos por suas paixões não fossem capazes de agir com prudência e imparcialidade na determinação de um castigo ao seu agressor proporcional aos danos que lhes foram causados.

Segundo Locke (1978), foi necessário para a transição do homem ao estado político, que este abrisse mão da sua liberdade em viver em pleno estado de natureza:

Mas, embora os homens ao entrarem na sociedade renunciem à igualdade, à liberdade e ao poder executivo que possuíam no estado de natureza, que é então depositado nas mãos da sociedade, para que o legislativo deles disponha na medida em que o bem da sociedade assim o requeira, cada um age dessa forma apenas com o objetivo de melhor proteger sua liberdade e sua propriedade (pois não se pode supor que nenhuma criatura racional mude suas condições de vida para ficar pior), e não se pode jamais presumir que o poder da sociedade, ou o poder legislativo por ela instituído, se estenda além do bem comum; ele tem a obrigação de garantir a cada um sua propriedade (...). Seja quem for que detenha o poder legislativo, ou o poder supremo, de uma comunidade civil, deve governar através de leis estabelecidas e permanentes, promulgadas e conhecidas do povo, e não por meio de decretos improvisados; por juízes imparciais e íntegros, que irão decidir as controvérsias conforme estas leis; e só deve empregar a força da comunidade, em seu interior, para assegurar a aplicação destas leis, e, no exterior, para prevenir ou reparar as agressões do estrangeiro, pondo a comunidade ao

abrigo das usurpações e da invasão. E tudo isso não deve visar outro objetivo senão a paz, a segurança e o bem público do povo (LOCKE, 1978, p. 70).

Para Locke (1978) o Estado deveria exercer a representação da maioria da sociedade civil, a partir da execução de leis criadas para a garantia do bem comum, sendo destinado ao Estado a presença na formulação, aplicação e observância do cumprimento das penalidades com objetivo de proteger a propriedade privada. Já que os homens seriam livres e responsáveis para constituição de suas propriedades e sobrevivências, por terem recebido o direito divino da liberdade sobre a natureza, devendo explorá-la com a consciência de atenderem ao que lhe fosse necessário, pois Deus concedeu a todos a abundância para suas subsistências.

Ainda para o referido autor, a ideia de transição do estado natureza ao governo civil trazida por John Locke, sofreu influência do período monárquico, em que viveu este intelectual, que por meio de seus pensamentos apresentou uma desmistificação do poder divino concedido aos reis e do direito a hereditariedade de seus sucessores, defendendo a ideia de que todos os homens teriam a capacidade e oportunidades de constituírem suas propriedades e assim realizarem um pacto social, nesse caso o governo civil, a fim de organizarem o convívio em sociedade.

É bom que se diga que nos primórdios do liberalismo, no século XIX, existia um claro componente transformador nessa maneira de pensar a economia e a sociedade: tratava-se de romper com as amarras parasitárias da aristocracia e do clero, do Estado absoluto, com seu poder discricionário. O cenário de uma burguesia já hegemônica do ponto de vista econômico, mas não consolidada como classe politicamente dominante, propícia o antiestatismo radical presente no pensamento de um Adam Smith e em sua ode ao mercado como mecanismo natural de regulação das relações sociais, cinicamente recuperados pelos neoliberais de hoje, num contexto muito diferente (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 59).

Adam Smith (1996), também defensor do ideário do Estado Liberal, apresenta como sendo inerente ao modo de vida do ser humano na sociedade a negociação e a permuta de mercadorias como consequência natural da produção realizada a partir da divisão social do trabalho. Fator que demonstra a centralidade da categoria trabalho nas relações sociais para essa forma de Estado.

Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta riqueza geral a qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra (SMITH, 1996, p. 73).

Para Smith, as relações sociais eram regidas pelas mesmas leis tanto no âmbito social como no mercantilista. Leis estas tidas como naturais, decorrentes da condição racional do ser humano.

Argumenta, inclusive, que até o indivíduo na condição de mendigo, que dependente da benesse dos demais sujeitos para sua subsistência, desenvolve uma relação dentro do contexto da circulação de mercadorias ao utilizar o pouco dinheiro que recebe para a aquisição de alimentos:

A maior parte dos desejos ocasionais do mendigo são atendidos da mesma forma que os de outras pessoas, através de negociação, de permuta ou de compra. Com o dinheiro que alguém lhe dá, ele compra alimento. A roupa velha que um outro lhe dá, ele a troca por outras roupas velhas que lhe servem melhor, por moradia, alimento ou dinheiro, com o qual pode comprar alimento, roupas ou moradia, conforme tiver necessidade (SMITH, 1996, p. 74).

Essa ideologia dos homens tidos como livres e responsáveis pela apropriação de seus bens, não considera a dinâmica de acumulação de riqueza em uma sociedade que nem todos possuem a propriedade dos meios de produção, nem todos possuem capacidade física ou condição socioeconômica para exercerem atividades produtivas e que não se tem como princípio basilar a redistribuição igualitária da acumulação socialmente produzida (BEHRING E BOSCHETTI, 2016 e LESSA, 2013).

É notável que os defensores do Estado Liberal não têm a intenção de configurar a pobreza e a exclusão social no contexto de responsabilidades do governo civil, dentro da perspectiva da regulação das relações sociais. Enquadram-na no âmbito particular do indivíduo, desconsiderando-a enquanto questão social intrínseca à dinâmica das relações capitalistas. Acreditavam ser naturais as intervenções realizadas na área assistencial pela sociedade civil, especialmente Igrejas e Instituições Filantrópicas, para o tratamento da miséria e das desigualdades sociais (IAMAMOTO, 2003).

Este modelo de Estado favorece o desenvolvimento de uma sociedade excludente, pois considera a todos como semelhantes, não diferenciando as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social com necessidades e especificidades que não as possibilitam agir em favor da realização de uma vida livre e em igual condições dos demais atores sociais.

As análises das teses de Adam Smith, Behring e Boschetti (2016) fundamentam as razões que envolvem o papel do Estado Liberal na atuação da regulação das relações sociais e viabilização das relações capitalistas:

O predomínio do mercado como supremo regulador das relações sociais, contudo, só pode se realizar na condição de uma suposta ausência de intervenção estatal. O papel do Estado, uma espécie de mal necessário na perspectiva do liberalismo, resume-se a fornecer a base legal com a qual o mercado pode melhor maximizar os “benefícios aos homens”. Adam Smith criticou duramente o “Estado intervencionista” e o “Estado mercantilista”, mas não defendeu sua extinção. Ao contrário reafirmava a necessidade da existência de um corpo de leis e a ação do Estado que garantisse maior liberdade ao mercado livre (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, p. 56 e 57).

Ou seja, ao raciocínio de Adam Smith (1996) tratava-se de um Estado mínimo comandado pelas classes burguesas hegemônicas, envolvidos por motivações morais e a éticas, no intuito de assegurar o bem para todos, por meio da proteção da forma de sociabilidade nos moldes do sistema capitalista, que não influenciassessem na condução natural do mercado.

Segundo ele, a procura do interesse próprio pelos indivíduos, portanto, seu desejo *natural* de melhorar as condições de existência, tende a maximizar o bem-estar coletivo. Uma mão invisível – o mercado – leva os indivíduos a promover um fim que não fazia parte de sua intenção inicial (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 59).

O modelo de Estado Liberal seria a representação do pacto social necessário para resguardar os direitos individuais e de propriedade, a paz e a harmonia na sociedade, respaldados nos seus pressupostos fundamentais da liberdade individual, da propriedade privada, da acumulação de riquezas e na restrição da presença do Estado na intervenção das leis de mercado.

1.2 DA CRÍTICA DO ESTADO LIBERAL AO ESTADO LIBERAL INTERVENTOR

O percurso histórico desenvolvido na passagem do final do século XIX e início do século XX é marcado pela superacumulação dos lucros dos grandes capitais e pelo acirramento da pobreza da classe trabalhadora decorrentes da apropriação privada dos meios e da riqueza socialmente produzida.

Ou como pontuam Behring e Boschetti (2016, p. 56):

O período que vai de meados do século XIX até a terceira década do século XX, portanto, é profundamente marcado pelo predomínio do liberalismo e de seu papel principal sustentáculo: o princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação livre pelo mercado.

O período de transição do Estado Liberal para o Estado Liberal Interventor foi influenciado pelo contexto econômico da grande crise de 1929 e do pós-guerras que geraram um enfraquecimento no desenvolvimento da indústria nos países de capitalismo central, o que atingiu a dinâmica de acumulação do sistema capitalista e favoreceu ao surgimento da ideologia do Estado de Bem-estar Social como suporte para restauração do capitalismo (LESSA, 2013 e NETTO E BRAZ, 2006).

É relevante observar o que apresentam Behring e Boschetti (2016, p. 85) nesse contexto do mercado autorregulável, que acabava por gerar crises e flutuações na economia:

Assim, segundo a análise Keynesiana, a operação da *mão invisível* do mercado não necessariamente produziria a harmonia entre os interesses egoístas dos agentes econômicos e o bem-estar global, como demonstraram a grande depressão e a guerra.

As escolhas individuais eram investir ou entesourar, por parte do empresariado, ou entre comprar ou poupar, por parte dos consumidores e assalariados poderiam gerar situações de crise (...) (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 85).

O Estado de Bem-estar Social, também conhecido por Keynesianismo, em referência a John M. Keynes seu principal idealizador, realizou críticas ao modelo liberal e propagou a fundamentação de um modelo político e econômico de Estado provedor das necessidades sociais e interventor nas relações de mercado. Anunciou a importância da política social como instrumento de equilíbrio das forças sociais, apresentando a proteção social dentro da perspectiva de investimento público e não de gastos, trazendo como parte da democracia os direitos sociais.

Como contextualizam Behring e Boschetti, 2016, p. 83:

(...) o liberalismo heterodoxo de Keynes e seus seguidores é a expressão intelectual das propostas de saída da profunda crise cujo ápice foram os anos de 1929-1932, o que se combinou às mudanças intensas no mundo da produção, por meio do fordismo que também se generaliza no pós-guerra, com novos produtos e processos de produção, e também por meio da indústria bélica, no contexto da Guerra Fria (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 83).

Para o embasamento de sua tese do Estado de Bem-estar, Keynes (1978) primeiro realiza a análise da fundamentação teórica do papel do Estado na perspectiva dos economistas liberais:

Suponhamos que, pelo funcionamento de leis da natureza, indivíduos esclarecidamente voltados para seus próprios interesses sempre tendam, em condições de liberdade, a promover simultaneamente o interesse geral! Nossas dificuldades filosóficas ficam resolvidas, pelo menos para o homem prático, que pode, então, concentrar seus esforços na garantia das necessárias condições de liberdade. A doutrina filosófica de que o governo não tem o direito de intervir, e à doutrina divina de que ele não tem necessidade de interferir, acrescenta-se uma prova científica de que sua interferência é inconveniente. Esta é a terceira corrente de pensamento, que pode ser descoberta em Adam Smith, e que, fundamentalmente, estava pronta a permitir que o bem comum repousasse no "natural esforço de cada indivíduo para melhorar sua condição", ideia que só se desenvolveria completa e conscientemente no início do século XIX (KEYNES, 1978, p. 02).

Keynes (1978) realiza crítica ao pensamento liberal a partir da consonância desta com as leis divinas e da natureza, em que os homens naturalmente, por meio da busca de sua felicidade individual e de sua ascensão econômica, promoveriam o alcance do desenvolvimento social geral, pressupondo para isso, que não seria necessário o Estado intervir por meio de suas normatizações, e sim permitir que os indivíduos realizassem livremente suas relações mercadológicas, para que junto com a harmonia divina se alcançasse o bem estar de todos.

O pensamento liberal burguês ganhou espaço para a ideologia na sociedade, tanto pelo fato de terem ocorridos muitos casos de corrupção dos governos no século XVIII, quanto pela defesa da propriedade privada, por meio de legislações e contrato social, que foi sendo

difundida pelos segmentos mais conservadores e pelos filósofos que pregavam o individualismo. Como aponta Keynes (1978):

Em primeiro lugar, a corrupção e a incompetência dos governos do século XVIII, dos quais muitos legados sobreviveram no século XIX. O individualismo dos filósofos políticos tendia para o *laissez-faire*. A harmonia divina ou científica (conforme o caso) entre o interesse particular e a vantagem política também tendia para o *laissez-faire*. Mas, acima de tudo, a inépcia dos administradores públicos contribuiu muito para levar o homem prático no *laissez-faire* – um sentimento que, de maneira alguma, desapareceu. Quase tudo o que o Estado fizesse além de suas funções mínimas, no século XVIII, era, ou parecia, injurioso ou sem êxito (KEYNES, 1978, p. 02).

O que coaduna para uma ampla aceitação e desenvolvimento do liberalismo dentro da sociedade burguesa, já que as classes dominantes almejavam o mínimo de regras interferindo no alcance de seus interesses, destinando a atuação do Estado apenas a ações no legislativo e judiciário para resguardar a dinamicidade das relações de produção.

Assim, o terreno estava preparado para a doutrina que, em bases divinas, naturais ou científicas, estabelecia que a ação do Estado deveria ser rigorosamente limitada, e que, na medida do possível, a vida econômica deveria ser deixada, sem regulamentos, à aptidão e ao bom senso de cidadãos individualistas, impelidos pela admirável motivação de subir na vida (KEYNES, 1978, p. 02).

O liberalismo era agradável a certos segmentos sociais, aqueles que representavam a classe e o pensamento hegemônico da sociedade, pois suas justificativas eram de cunho religioso, filosófico, econômico e político, o que atendia aos anseios de indivíduos pertencentes à classe burguesa (KEYNES, 1978).

O pensamento liberal ao propor que o movimento das relações sociais e de comércio selecionaria naturalmente os indivíduos mais aptos a atividades laborativas do que os que não conseguiam seguir pelo caminho da abundância, tinha por trás o favorecimento dos interesses dos grandes empresários e a não responsabilização do aparelho de Estado com as demandas sociais. Como explica:

Este é um método para elevar ao topo os negociantes melhor sucedidos, mediante uma luta cruel pela sobrevivência, que seleciona os mais eficientes através da falência dos menos eficientes. Não se leva em conta o custo da luta, mas apenas os lucros do resultado final, que se supõe serem permanentes. Como o objetivo é colher as folhas dos galhos mais altos, a maneira mais provável de alcançá-lo é deixar que as girafas com os pescoços mais longos façam morrer à míngua as de pescoços mais curtos (KEYNES 1978, p. 04 e 05).

Keynes (1978), assim, diferencia seu pensamento dos filósofos liberais, ao levar em consideração que o desenvolvimento de políticas sociais seria fundamental para o equilíbrio da sociedade com a participação do Estado em oferecer respostas às necessidades das classes trabalhadoras, e não que esse equilíbrio fosse obra do acaso ou da natureza das relações humanas, para este autor o Estado não poderia ser apenas liberal:

Esclareçamos desde o início os princípios metafísicos ou gerais sobre os quais, de tempos em tempos, se fundamentou o *laissez-faire*. Não é verdade que os indivíduos possuem uma "liberdade natural" prescritiva em suas atividades econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que os têm ou aos que os adquirem. O mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. Não é administrado aqui embaixo para que na prática eles coincidam. Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o auto interesse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o auto interesse seja geralmente esclarecido; mais frequentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência não mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente (KEYNES, 1978, p. 06).

Keynes (1978) constata que as explicações para o alcance do sucesso nas relações de comércio não podem ser simplistas e nem de teor abstrato, requerem um rigor científico e uma análise mais ampla que abranja toda a estrutura social e considere a dinâmica das relações entre os indivíduos.

Segundo Keynes, cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo a economia. A política keynesiana, portanto, a partir da ação do Estado, de elevar a demanda global, antes de evitar a crise, vai amortecê-la através de alguns mecanismos, que seriam impensáveis pela burguesia liberal *stricto sensu*. São eles: a planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do "controle de preços"; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 86).

Para Keynes (1978), o Estado teria que compreender funções e entidades semiautônomas que, por não terem interesses econômicos e individuais, trabalharia em favorecimento do desenvolvimento da democracia e do bem comum, como forma de alcançar a finalidade do Estado em prover regras, coesão e consenso na sociedade. Assim, o Estado seria responsável por ações que não seriam de viés econômico e nem de caráter individual, mas que seriam fundamentais para a dinâmica e o equilíbrio das relações sociais.

Devemos aspirar à separação dos serviços que são tecnicamente sociais dos que são tecnicamente individuais. A mais importante Agenda do Estado não diz respeito às atividades que os indivíduos particularmente já realizam, mas às funções que estão fora do âmbito individual, àquelas decisões que ninguém adota se o Estado não o faz. Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, é fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquelas coisas que atualmente deixam de ser feitas (KEYNES, 1978, p. 08 e 09).

Ao verificar os objetivos de Keynes em relação ao papel do Estado, analisa-se que o autor considera este essencial para a forma de organização do modo de produção capitalista, e que este sistema econômico é o mais viável para a sociedade, não colocando em questão, no entanto, a viabilidade ou não deste sistema, mas a do modelo de Estado que permita a acumulação capitalista e o equilíbrio social. O que por um lado promove respostas concretas de

proteção social a parcelas da classe trabalhadora, mas que de outra naturaliza a questão social, a partir das escolhas do Estado na condução de políticas sociais em meio ao campo de disputas dos interesses das classes hegemônicas frente aos das classes trabalhadoras. Cerne da contradição existente nas relações sociais capitalistas (LESSA, 2013).

Para isso, sugere regulações e intervenções do Estado nas relações sociais, como forma de proteger os indivíduos das classes subalternas e para tratar de questões que não tenham como finalidade principal o lucro, mas que são necessárias para o desenvolvimento, ou para o equilíbrio e o consenso, da sociedade democrática liberal (BEHRING E BOSCHETTI, 2016).

Como destaca Iamamoto (2013), ao abordar sobre a atuação da Igreja e do Estado frente aos problemas sociais, caracteriza o caráter moral das ações sociais realizadas:

(...) como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2013, p. 23).

A grande proposta política do keynesianismo é a conciliação. Para Keynes (1978), a sociedade capitalista deve ser controlada para viabilização da manutenção do modo de produção do capital, o que demonstra o caráter liberal e de classe do seu modelo de Estado.

As políticas sociais realizadas no contexto do Estado de Bem-estar social, não necessariamente, cumpriram um papel de fornecer o bem-estar de todos, mas validaram uma atuação do Estado no social, sem, contudo, descaracterizar a sociabilidade necessária às relações de natureza capitalistas.

Segundo a análise crítica de Behring e Boschetti (2006, p. 84):

O Estado, com o keynesianismo, tornou-se produtor e regulador, o que não significa o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção. Keynes defendeu a liberdade individual e a economia de mercado, mas dentro de uma lógica que rompia com a dogmática liberal-conservadora da época (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 84).

O Estado, sob a ótica do Estado de Bem-estar Social apresenta-se como se fosse acima de todos, como se fosse ele que ditava as regras e o rumo para o qual a sociedade seguiria para seu desenvolvimento. Keynes pretendia a difusão de uma proteção social que equilibrasse as forças antagônicas presentes na sociedade capitalista, com a perspectiva de que as políticas sociais seriam investimentos, e não gastos para o Estado.

Porém em uma sociedade de classes, o Estado é um Estado de classe. E o que ocorre de fato, é justamente o inverso, sendo o grande capital quem dita as regras de como e onde o Estado irá destinar seus recursos (LESSA, 2013).

A análise do processo histórico-social constitutivo das políticas sociais no âmbito do Estado de Bem-estar Social, do mundo do trabalho e da economia e como instrumento de

reprodução da totalidade do sistema capitalista será aprofundada no decorrer do próximo capítulo deste trabalho.

1.3 CRÍTICA AO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Lessa (2013) realiza críticas ao período conhecido como os “30 anos dourados”, ao desmistificar, que o crescimento nas áreas sociais e econômicas ocorridas no momento histórico após a Segunda Guerra Mundial (1945 – 1975), por meio da ampla atuação do “Estado Providência” a partir de políticas públicas, não seria exclusividade desse modelo de Estado, pois: “(...) definir o Estado de Bem-Estar pela adoção de políticas públicas o torna tão amplo e abrangente que englobaria praticamente todos os Estados do planeta, já que a grande maioria, em algum momento do século 20, implementou políticas públicas” (LESSA, 2013, p. 116).

O autor analisa que tanto Estados nazistas, como o Estado soviético e até o Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, podem ser caracterizados como Estados Providências, se forem analisados apenas pela ótica da existência de políticas públicas no atendimento às necessidades sociais básicas da população.

Para Lessa (2013), o “Estado de bem-estar social” se desenvolveu como resposta à crise do Estado Liberal, e basicamente utilizou-se das políticas públicas para proporcionar um aumento no poder de consumo da população, por meio de investimentos nos serviços públicos essenciais, como moradia, transporte, saúde e educação, para que a classe trabalhadora não tivesse que gastar parte de seus salários com serviços e tivessem condições de adquirir mercadorias produzidas de acordo com o modo de produção em massa, o fordismo, e assim, viabilizar um consumo em massa.

Como descreve Paniago (2012, p. 62) “(...) durante algumas décadas foi possível manter as altas taxas de crescimento da economia, a expansão do consumo estimulado pela produção em massa e a valorização da força de trabalho e de seu poder aquisitivo”.

Analisa ainda, a referida autora, que:

O Estado vinha de um período de intervencionismo ativo na economia (Keynesianismo), através do estímulo ao investimento estatal direto, incentivo ao crescimento dos mercados de consumo, juntamente ao auxílio decisivo dado à reprodução da força de trabalho, com as políticas sociais de pretensão caráter distributivista¹² (PANIAGO, 2012, p. 69).

¹² Distributivistas aqui tem relação com medidas exclusivamente voltadas para a esfera da distribuição, deixando intactas as relações de produção, no mais puro estilo liberal. A finalidade era distribuir parcela da riqueza entre estratos diferentes dos trabalhadores, mas jamais alterar a proporção relativa da riqueza entre o capital e o trabalho no conjunto do sistema do capital (PANIAGO, 2012, p. 69).

E como menciona Melo (2012, p. 36),

(...) no capitalismo monopolista temos a ampliação da legislação social como forma de, através da extensão dos “pagamentos de transferência” (pensões, aposentadorias e seguro desemprego), aumentar o consumo dos trabalhadores. Além disso, com a criação de uma procura adicional através de compras estatais às empresas monopolistas, o Estado disponibilizava recursos para investimentos na infraestrutura necessária ao bom desenvolvimento das empresas, para financiar pesquisas de interesse de determinados grupos privados, bem como para auxiliar as indústrias em dificuldade, mediante a socialização dos prejuízos (MELO, 2013, p. 36).

Este tipo de Estado, como interventor e regulador das relações sociais, era imprescindível para a manutenção do capitalismo nesse momento histórico do Pós-Segunda Guerra Mundial. O que favorece aos interesses da burguesia, por meio do consumo em massa, da proteção social proporcionada pelo Estado e pelos investimentos na indústria militar e bélica e pela socialização dos prejuízos dos grandes capitais; e dos segmentos da classe trabalhadora mais favorecidos, que puderam contar com bons salários, direitos trabalhistas e previdenciários, por conta de acordos e da domesticação dos sindicatos¹³.

Para compreendermos inteiramente o desenrolar desses fatos e suas consequências sociais, não podemos deixar de colocar em cena a ação da classe trabalhadora. Como fator complementar a esse processo, devemos destacar a acomodação da classe trabalhadora e de seus dirigentes sindicais diante da política de negociação e de arrefecimento da luta de classe, posta como condição à obtenção dos ganhos materiais, então favorecidos pela fase de ascendência do capitalismo. Predominaram, então, o reformismo e a busca de conciliação de classe, comprometendo a autonomia e a independência de classe dos trabalhadores, deixando-os à mercê das benesses concedidas pelo capital, enquanto duraram (PANIAGO, 2012, p. 63).

Acrescenta-se a esse contexto, a situação dos trabalhadores dos países de economia periférica e até mesmo dos trabalhadores de países desenvolvidos que não conseguiam inserir-se, da mesma forma, na dinâmica do modo de produção capitalista, assim como crianças, adolescentes, mulheres e migrantes que tiveram sua força de trabalho explorada a preços bem mais baixos do que os pagos aos segmentos da classe trabalhadora mais bem paga, e não contavam com a cobertura pelos mesmos direitos sociais (BEHRING E BOSCHETTI, 2016; IAMAMOTO, 2012; LESSA, 2013 e PANIAGO, 2013).

Lessa (2013) consegue sintetizar como ocorreu o processo de desenvolvimento do capital nos “30 anos dourados” e a crescente exploração da força de trabalho no contexto das relações de produção:

¹³ Domesticação aqui no sentido de que o keynesianismo junto ao pacto fordista, com intuito de manter uma produção em massa, realizou acordos coletivos com os trabalhadores, por meio dos sindicatos, e individuais, diretamente com os representantes sindicais, que de certa forma favoreciam aos dirigentes dessas associações e viabilizavam na aprovação entre estes e o grande capital de medidas trabalhistas não tão vantajosas e não reconhecedoras de direitos da classe trabalhadora com menores rendimentos, tendo consequências prejudiciais principalmente aos grupos com relações de trabalho mais precarizadas e favoráveis aos trabalhadores que já possuíam uma condição mais estável e com altos rendimentos (PANIAGO, 2012).

(...) a aristocracia operária forneceu a base social para o desenvolvimento do reformismo no interior do movimento operário e (...) a integração dos sindicatos ao Estado durante os "30 anos dourados". Vimos, também, como o desenvolvimento do capitalismo se encarregou de um outro processo que fortaleceu a base social do reformismo: o gigantesco deslocamento da força de trabalho das indústrias para o setor de serviços. Uma camada de trabalhadores – tipicamente mais estáveis, com salários melhores e menores jornadas de trabalho – engrossou o mercado de consumo de produtos fabricados em série, contribuindo para a queda de seus preços pelo aumento da produção. Com isso, o círculo se realimenta: queda do valor dos bens que entram na reprodução da força de trabalho, conseqüente queda do valor da força de trabalho, maior lucratividade no emprego de novas tecnologias no sentido fordista, ampliação da mais-valia relativa pela produção de uma massa maior de mais-valia absoluta nos setores industriais movidos principalmente pelos operários não especializados (peões), maior exploração dos trabalhadores do "Terceiro Mundo". E a vida continua! (LESSA, 2013, p. 131).

Como concluiu Lessa, a vida continua e a reprodução do capital também continua, com a constante expansão da exploração da força de trabalho e da natureza, com o Estado lançando sempre para frente as questões sociais decorrentes das contradições, incontroláveis e sem soluções, da lógica capitalista de apropriação individual da mais-valia socialmente produzida.

Para Lessa (2013) e Paniago (2012) não houve um Estado democrático de bem-estar social, em que as relações sociais não fossem pautadas na lógica do modo de produção capitalista, de apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

1.4 CONFIGURAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO DO ESTADO NOVO AO NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO

Pretende-se apresentar uma análise sintética do percurso histórico pelo qual se desenvolveu a construção do Estado brasileiro para uma maior compreensão das relações de forças e poder que permeiam a gestão das políticas públicas no contexto nacional.

De acordo com Fiori (2003), as relações das estruturas sociais e econômicas do capital têm-se manifestado em um ciclo de longa duração, que ainda se faz presente na conjuntura atual e que se iniciou com as grandes revoluções burguesas, mas que ainda não se encerrou para a sociedade burguesa no modo de produção capitalista.

Este ciclo se mantém com a construção de ciclos menores, que Fiori (2003) vai conceituar como conjuntura, que poderão ser maiores ou menores dependendo do tempo histórico. O ciclo de longa duração seria capaz de criar ciclos dentro de si que iriam se encerrando e abrindo espaço para outros à medida necessária para a sustentação dos *modus operandi* da sociedade burguesa.

Para o contexto da sociedade brasileira, o primeiro ciclo da construção do Estado foi o oligárquico, que correspondeu a um padrão de economia de monocultura, com os conhecidos

ciclos como do ouro e do café e da política do Café com Leite, que para se sustentar, nesse padrão, produziu uma sociedade predominantemente agrária e situada, em grande parte, na hegemonia da burguesia paulista. O ciclo oligárquico teve duração até o momento histórico que não consegue mais responder às demandas postas pela sociedade brasileira (FIORI, 2003).

Contexto histórico este de crise internacional de 1929, que chegou a desestabilizar político e economicamente o bloco hegemônico do país, que foi agravado por processos internos de mobilizações sociais da classe trabalhadora e de segmentos da classe burguesa, denominado por “Revolução” de 1930, como explicam Behring e Boschetti (2006, p. 105),

Com a paralisia do mercado mundial de 1929-1932, as oligarquias agroexportadoras cafeeiras ficaram extremamente vulneráveis econômica e politicamente. E aquelas oligarquias do gado, do açúcar, e outras que estavam fora do núcleo duro do poder político, aproveitaram as circunstâncias para alterar a correlação de forças e diversificar a economia brasileira. Aqui, há destaque para os produtores de carne do Sul, de onde vem a principal liderança desse processo, Getúlio Vargas, e que consegue o apoio dos militares médios, os tenentes, - alguns deles partícipes da famosa Coluna Prestes e outros com clara inspiração autoritária e fascista -, bem como as bases sociais mais populares (BEHRING E BOSCHETTI, 2006, p. 105).

Nesse contexto de articulações políticas e econômicas diante da instabilidade do mercado internacional e dos processos produtivos nacionais, a partir de Fiori (2003) também pode-se compreender, com maior detalhamento, os fatores que levaram a República Oligárquica da sociedade brasileira ao seu processo de encerramento e abertura para um novo ciclo na construção do Estado:

Diversos fenômenos, se tomados no seu conjunto, sinalizam uma crise decisiva e a erosão e ruptura da confederação oligárquica pactuada por Campos Salles. Dentre eles mencionáremos: as pressões sociais, manifestas nas greves operárias e nos quebra-quebras que sacudiram Rio de Janeiro e São Paulo em 1917 e 1918; a surpreendente votação urbana obtida por Rui Barbosa nesse mesmo momento; a intensificação dos conflitos intra-oligárquicos explicitados, de forma mais clara na eleição tensa e no governo repressivo de Arthur Bernardes; além da sublevação tenentista que irrompe a partir de 1922 dividindo os militares. Mas, simultaneamente, estes episódios dinamizam um prolongado processo de redefinição dos novos rumos a serem trilhados, a partir de então, pela economia, pela sociedade e pela política brasileira (FIORI, 2003, p. 125).

O processo de encerramento do ciclo do poder oligárquico concretizou muitas mudanças no centro do Estado brasileiro, surge a partir de então o Estado desenvolvimentista, sob hegemonia internacional norte-americana. Abre-se o ciclo do Estado com características industrializantes e autoritárias. Como sintetizam Behring e Boschetti (2006, p. 105), “[...] assim, chegam ao poder político outras oligarquias agrárias e também um setor industrialista, quebrando a hegemonia do café, e com uma agenda modernizadora”.

Os traços comuns no desenvolvimento político e econômico que ocorreu nos países da América Latina, a partir do contexto histórico do nacional desenvolvimentismo, também é de

crescimento no processo de industrialização e de autoritarismo nos modelos de Estado (FIORI, 2003).

Esse processo ocorreu após o quadro de escassez do pós-guerras mundiais, que obrigou os países a trabalharem uma outra lógica para a saída do contexto instaurado de crise do capital. Esta realidade afetou o Brasil e também o fez procurar outra saída com o encerramento do ciclo oligárquico, por meio da tentativa de substituir o modelo utilizado de importações de produtos industrializados dos países centrais e passando a instaurar a criação da indústria no seu território e na sua própria história, como destacado por Fiori (2003):

Logo depois da Primeira Guerra, por outro lado, deu-se também a primeira onda de investimentos externos e de instalação de filiais norte-americanas e europeias, em menor escala, no espaço econômico nacional. Empresas manufatureiras que contribuíram decisivamente para o início do processo de diversificação da estrutura industrial brasileira (FIORI, 2003, p. 127).

Nos países da América Latina, foi possível a aceleração do crescimento da industrialização, com o processo de disputa pela hegemonia e por uma acumulação ampliada dos países do centro do capitalismo, por meio do repasse de soma de dinheiro para a os países periféricos, que do ponto de vista econômico foi um fator bastante positivo (BEHRING E BOSCHETTI, 2016; FIORI, 2003; LESSA, 2013 e MOTA, 1995).

O modo de produção capitalista estava baseado no modelo fordista-keynesiano fundamentado em uma acumulação do excedente produzido socialmente, por meio de fabricação de produtos em massa para um consumo em massa, que dinamizava a economia, e com um protecionismo de Estado, nos países centrais, em âmbito político, como suporte social para manter certo poder aquisitivo para as classes trabalhadoras que possuíam relações de trabalhos estáveis e o mínimo social necessário para a subsistência da população extremamente pobre, como forma de conter as massas, e também auxiliar aos capitalistas com ajustes fiscais e normas reguladoras que viabilizassem a maximização dos lucros.

Com efeito, a partir do segundo pós-guerra, o mundo capitalista presenciou um grande movimento de articulação entre as diversas economias, sob a hegemonia do grande capital monopolista norte-americano, que imprimiu à economia internacional o seu padrão de produção e de consumo. Essa articulação se processou via internacionalização do capital, por meio das empresas industriais transnacionais, da mundialização do capital financeiro e da divisão internacional dos mercados e do trabalho (MOTA, 1995, p. 55).

Esse modelo de processo produtivo ultrapassou os limites dos territórios dos países de capitalismo central chegando a instalação de empresas multinacionais nos Estados de capital periférico extraindo-lhes matéria-prima de seus produtos naturais e submetendo a mão de obra de sua população a relações e condições de trabalho precárias e mais vantajosas para as

empresas transnacionais que as obrigações trabalhistas exigidas nos países centrais do capitalismo (BEHRING E BOSCHETTI, 2016).

No Brasil, como descreve Fiori (2003) o cenário econômico e político apresentava grande influência do modelo produtivo imposto pelos norte-americanos:

Programa desenvolvimentista e industrializante que adquiriu maior consistência e velocidade nos anos 50, com o nacional-desenvolvimentismo do segundo governo Vargas e o desenvolvimentismo internacionalizante de JK, que se prolonga, de forma conservadora e autoritária, durante o regime militar. Em particular, na gestão do general Geisel, que propunha a construção de uma potência nacional intermediária (FIORI, 2003, p. 11 e 12).

O Estado desenvolvimentista no Brasil tornou-se industrializante para responder a grandes crises dos países de capitalismo central, os quais permitiram que os investimentos chegassem a periferia do sistema capitalista, para sustentar as suas multinacionais, por meio da oferta de força de trabalho barata e da fraca regulamentação de leis trabalhistas, fiscais, ambientais e demais normativas de natureza restritivas ao *modus operandi* de acumulação (BEHRING E BOSCHETTI, 2016; FIORI, 2003 e MOTA, 1995).

A construção do Estado desenvolvimentista também foi a construção do Estado autoritário com repressão e morte daqueles todos que se colocavam contra o Estado. Contava, para isso, com o apoio de frações múltiplas da classe dominante na ditadura civil-militar, que foi presente não só no Brasil, mas nos demais países da América Latina.

Foi um período de altas taxas de crescimento e de acelerada industrialização, mas, ao mesmo tempo, foram 29 anos de autoritarismo e de crescente desigualdade social. A ação econômica do Estado foi decisiva no desenvolvimentismo conservador, mas não deu lugar a um Estado de tipo “prussiano”, e não houve nenhuma ideologia de tipo nacionalista que unisse elites e povo numa mesma “comunidade imaginária” (FIORI, 2003, p. 12).

Todo esse movimento industrializante, no cenário nacional, também favoreceu para que grande parcela da população que residia no campo passasse a habitar nas áreas urbanas. Sendo decorrente desse processo de êxodo rural o agravamento de questões como o aumento no número de favelas e a ocupação desordenada dos espaços das cidades, como aponta Fiori (2003, p. 122), “(...) observa-se o avanço permanente de um processo de urbanização acompanhado do crescimento de novos setores médios, da classe operária e de uma massa de desempregados e semiempregados reunidos no fenômeno da marginalidade urbana”.

Do ponto de vista econômico, o Estado brasileiro tornou-se um gigante por meio do alcance da industrialização nacional no período do pós-segunda guerra. No entanto, essa mesma dimensão lógica de grandes investimentos para abertura de instalação de parques industriais no território nacional, transformou-se depois no grande problema da sociedade brasileira (BEHRING E BOSCHETTI, 2016 e FIORI, 2003).

Ou seja, o pensamento que defendeu a ampliação do padrão de riqueza da sociedade brasileira, nos anos 1970, é o mesmo pensamento que vai atacar o Estado como causador de todos os problemas, que vai dizer que o poder público gasta muito, que é mal administrado e que não é eficiente, o que tem raízes no pensamento conservador liberal, e que vai desencadear no processo de encerramento do ciclo nacional desenvolvimentista.

Em síntese, para a construção do Estado brasileiro, teve-se primeiro o Estado oligárquico, depois o Estado nacional-desenvolvimentista e, posteriormente, o ciclo do projeto neoliberal que se abriu com Fernando Collor, e que prosseguiu no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), Dilma Rousseff (2011 – 2016) e Michel Temer (2016 – 2018), que também tem a presença de características de um Estado de Terceira Via, que iremos analisar posteriormente, com o maior criticidade para construção do objetivo a que se propõe este trabalho, por serem governos que desenvolveram ou que deram continuidade ao processo de expansão das Instituições Federais de Ensino.

1.5 A RETOMADA DA IDEOLOGIA DO ESTADO LIBERAL

Com a necessidade de se modificar a estrutura de Estado Liberal Interventor para um modelo de aparelhos de Estado mais enxuto, ganha espaço as ideias de Hayek (1987) sobre a análise do Estado Liberal. Esse autor traz à tona a discussão em volta do contrassenso entre as finalidades econômicas e o objetivo do Estado em viabilizar o bem comum, o que envolve o individualismo como pressuposto básico à dinâmica social, visto que o indivíduo seria capaz apenas de vislumbrar planos para a sua realidade e incapaz para pensar nas necessidades postas aos demais homens cercados por outras realidades sociais, a qual ele não teria tido contatos.

Os indivíduos deveriam realizar suas escolhas de maneira livre, pois seriam conhecedores de suas necessidades, e não teriam que se submeterem a decisões alheias tidas com um objetivo social único, o que desconsiderava a capacidade intelectual do livre arbítrio de homens e mulheres para traçarem seus próprios planos, o que implicaria em uma sociedade, de certo modo, caracterizada como ditatorial, por este autor.

Daí concluem os individualistas que se deve permitir ao indivíduo, dentro de certos limites, seguir seus próprios valores e preferências em vez dos de outrem; e que, nesse contexto, o sistema de objetivos do indivíduo deve ser soberano, não estando sujeito aos ditames alheios. É esse reconhecimento do indivíduo como juiz supremo dos próprios objetivos, é a convicção de que suas ideias deveriam governar-lhe tanto quanto possível a conduta que constitui a essência da visão individualista (HAYEK, 1987, p. 77).

O autor defende a lógica da liberdade individual, em que o Estado deve intervir, controlar e regular minimamente as relações sociais, para não impedir os indivíduos de manifestarem e desenvolverem suas habilidades e estratégias no alcance de seus objetivos individuais.

Seguindo essa lógica, que seria inviável o parlamento legislar em prol de um objetivo único para toda a sociedade, visto que a democracia representativa ao ser realizada por meio de consenso, não teria como tomar decisões benéficas a todos, o que ocasionaria um conflito de interesses, que inviabilizaria um acordo consensual com uma única finalidade de garantir o bem a todos os membros da sociedade. Tendo o Estado que atuar no alcance de fins sociais que fossem oportunos para grande parcela dos indivíduos como meios estratégicos para o desenvolvimento de planos individuais (HAYEK, 1987).

A ação comum limita-se, assim, aos campos em que as pessoas concordam acerca de objetivos comuns. Com muita frequência, tais objetivos comuns não constituirão os objetivos supremos do indivíduo, mas apenas meios que diferentes pessoas podem utilizar para alcançar diferentes propósitos. Com efeito, é mais provável que as pessoas concordem quanto a uma ação comum se o fim visado por todos não constitui para eles um objetivo supremo, e sim um meio capaz de servir a uma grande variedade de propósitos (HAYEK, 1987, p.78).

Tal fundamentação também é manifestada na área econômica, que de acordo com o autor, é uma área que possui finalidades bem específicas para cada segmento de indivíduos, em que não é possível a realização de um planejamento que viabilize o bem comum, o que acirra bastante o conflito de interesses, e que impossibilita a representação do interesse consensual da população a partir de assembleias. Fazendo-se necessário o repasse do tratado desse tipo de questões específicas a especialistas.

Conforme argumenta Hayek (1987):

A essência do problema econômico está em que a elaboração de um plano envolve a escolha entre finalidades conflitantes ou que competem entre si – diferentes necessidades de pessoas diversas. Mas só aqueles que conhecem todos os fatos saberão quais são os objetivos que realmente conflitam, e quais os que terão de ser sacrificados em benefício de outros – em suma, entre que alternativas é preciso escolher. E apenas eles, os especialistas, estão em condições de decidir qual dos diferentes objetivos terá de ser prioritário. É inevitável, assim, que eles imponham a sua escala de preferência à comunidade para a qual planejam (HAYEK, 1987, p. 82).

Encontra-se aqui a tendência do autor em considerar a liberdade econômica como o cerne do modelo neoliberalista. O sentido aqui posto da atuação das políticas sociais seria com foco no individualismo, contrapondo-se com a perspectiva universal proposta pelo keynesianismo. Ou seja, bastaria ao Estado atender às demandas imediatas de subsistência da população em miserabilidade, não sendo necessário reconhecer e estender a proteção social a todos.

O Estado tenderia a realizar suas tomadas de decisões pautadas na representação de determinados segmentos da sociedade, que conseguiriam debater seus planos de forma coordenada, desenvolvendo seus objetivos e impondo-os aos demais grupos sociais. O que é justificado, pelo autor, pela impossibilidade de se ter um plano único e coerente para o bem comum, pela inviabilidade da coordenação de conseguir-se alinhar todos os pontos de vista acerca das diversas demandas sociais, por meio do consenso.

(...) numa sociedade cujo funcionamento está subordinado ao planejamento central não se pode fazer com que esse controle dependa da possibilidade de um acordo de maioria; muitas vezes será necessário impor ao povo a vontade de uma pequena minoria, porque esta constitui o grupo mais numeroso capaz de chegar a um acordo sobre a questão em debate (HAYEK, 1987, p. 85).

Percebe-se que a função social do Estado está em viabilizar o atendimento aos anseios individuais e coordenar ações de fins sociais com o intuito de favorecer o equilíbrio social.

1.6 CONFIGURAÇÃO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL

Ao realizar a discussão deste capítulo, tem-se como objetivo possibilitar a reflexão sobre o debate do papel do Estado na dinâmica da luta de classes no contexto da intensa hegemonia da ideologia neoliberal.

O desenvolvimento do Estado Liberal Interventor, nos países de capitalismo avançado, foi resposta a uma crise cíclica do sistema capitalista e teve importante atuação no campo da proteção social devido às modificações na conjuntura socioeconômica de aceleração na urbanização e industrialização que foram determinantes para uma aglomeração de indivíduos das classes trabalhadoras em torno das regiões das fábricas (BEHRING E BOSCHETTI, 2016; LESSA, 2013 e NETTO E BRAZ, 2006).

Em consequência disso, o Estado, por meio de políticas públicas, atuou no prevailecimento dos interesses do capital na manutenção e reprodução da classe trabalhadora, principalmente, em situação de desemprego, e essencial para o ciclo de produção e acumulação capitalista.

Retoma-se a discussão a partir do processo de desaceleração do crescimento da onda longa expansiva do período do *Welfare State*¹⁴, substituída por uma considerada recessão generalizada, conforme apresenta Netto e Braz (2006, p. 215):

¹⁴ A expressão inglesa – *Welfare State* foi criada na década de 40, ainda que a menção à *Welfare Policy* – Política de Bem-estar, ocorra desde o início do século XX. O Plano Beveridge, foi o primeiro documento a marcar os princípios do *Welfare State*. Esse documento teve repercussão em vários países, que passaram a organizar a política de segurança social com as características apontadas por Beveridge (NOGUEIRA, 2001, p. 90).

A recessão generalizada de 1974-1975 acende o sinal vermelho para o capital monopolista que, a partir de então, implementa uma *estratégia política global* para reverter a conjuntura que lhe é francamente negativa. O primeiro passo é o ataque ao movimento sindical, um dos suportes do sistema de regulação social encarnado nos vários tipos de *Welfare State* – com o capital atribuindo às conquistas do movimento sindical a responsabilidade pelos gastos públicos com as garantias sociais e a queda das taxas de lucro às suas demandas salariais. Nos finais dos anos setenta, esse ataque se dá por meio de medidas legais restritivas, que reduzem o poder de intervenção do movimento sindical; nos anos oitenta, o assalto do patronato toma formas claramente repressivas – de que são exemplos as ações dos governos Thatcher (Inglaterra) e Reagan (Estados Unidos) (NETTO e BRAZ, 2006, p. 215).

Tem-se a partir dos anos 1980, a primazia do ideário neoliberal de retomada do crescimento econômico com a diminuição da presença do Estado na regulação do mercado e na manutenção da vida social. O que ocorre, primeiramente nos países de capitalismo central, como citados por Behring (2006, p. 126) “[...] os primeiros expoentes foram os governos Thatcher (Inglaterra 1979), Reagan (EUA, 1980), Kohl (Alemanha 1982), Schlutter (Dinamarca 1983).

Nos anos 1980, entra-se num novo período, com a ascensão dos neoliberais conservadores nos EUA e na Inglaterra, e o desencadeamento de políticas que já não visam sustentar a demanda, mas exclusivamente restaurar o lucro. Estas atingem seu objetivo nos principais países capitalista, alcançando uma pequena ascensão das taxas de crescimento, o que gerou um certo triunfalismo no início dos anos 1990, acentuada pela queda do Muro de Berlim (BEHRING, 2006, p. 120).

Esse período é marcado pela adoção de medidas de intensificação da produção, principalmente, por meio da inovação de tecnologias no processo produtivo, como microeletrônica e a robótica, “a base produtiva vem se deslocando rapidamente dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 216); e por medidas como a flexibilização e precarização na utilização do trabalho vivo e a consequente diminuição dos postos de trabalho e a desarticulação e heterogeneização da classe trabalhadora, principalmente aos segmentos de operários dos polos industriais, “que leva a perda de unidade e identidade nas lutas” (MONTÃO e DURIGUETTO, 2010, p. 191).

Como afirma Netto e Braz,

Simultaneamente, começam a ser introduzidas alterações nos circuitos produtivos que deslocam cada vez mais o padrão que se consolidou nos “anos dourados”: esgota-se a modalidade de acumulação denominada *rígida*, própria do taylorismo-fordismo, e começa a se instaurar aquela que vai caracterizar a terceira fase do estágio imperialista, a *acumulação flexível* (NETTO e BRAZ, 2006, p. 215).

Esse novo tipo de produção com especificidades que interferem na lógica de consumo e de exploração da força de trabalho, expandiu-se para além do território dos países de capitalismo central, tornando-se mais viável para os grandes capitais a realização dessa reestruturação produtiva nos países de capitalismo periférico por reduzir gastos, como por

exemplo, a aquisição de força de trabalho local, que era mais barata, comparada aos grandes centros mundiais, e por alguns desses países não contarem com um sistema de normas de proteção ao trabalhador (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, LESSA, 2013 e NETTO E BRAZ, 2006).

Atrelado a esse contexto de ordem econômica, tem-se o aumento da desigualdade social e conseqüentemente do empobrecimento da população pertencente às classes trabalhadoras, mesmo diante a um cenário de desenvolvimento econômico e social após o período de redemocratização do país, em meados das décadas de 1980 e 1990 (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, MARANHÃO, 2008 e NETTO E BRAZ, 2006).

De acordo com a lógica da acumulação da riqueza socialmente produzida, com o advento de novas tecnologias no sistema produtivo, o trabalhador vai se tornando cada vez mais descartável ao processo de produção e seu trabalho cada vez mais intenso, no sentido de que se antes, de todo o novo maquinário implementado, o trabalho era desenvolvido por diversos indivíduos em meio a uma cadeia produtiva, agora basta um número reduzido de indivíduos com a função de supervisionar o funcionamento das máquinas que requerem mais do seu esforço mental do que físico. Ou seja, como explica Maranhão (2008, p. 103) o capitalismo modifica seu modo de produção sempre no sentido de aumentar a capacidade de extração do trabalho e da riqueza socialmente produzida:

A introdução massiva de novos maquinários e novas formas de organização do trabalho expulsam continuamente a força de trabalho das fábricas, gerando uma superpopulação de trabalhadores. Contudo, ao contrário da tese malthusiana, que prevê um crescimento absoluto dessa superpopulação em comparação com a atividade produtiva em geral, Marx tinha a clareza que o movimento histórico do capital permite que essa superpopulação passe a flutuar de acordo com a dinâmica de acumulação. Assim ela cresce ou diminui sempre em conformidade com o quadro de reprodução ampliada do capital. Exatamente por isso Marx a nomeou de superpopulação *relativa* (MARANHÃO, 2008, p. 103).

A ação do Estado seria determinante, no contexto da lógica capitalista de expropriação e acumulação da riqueza socialmente produzida, em resguardar as classes trabalhadoras condições necessárias para sua subsistência. Pois, o domínio da ideologia neoliberal na totalidade da dinâmica social, com os fundamentos do Estado mínimo para o social, mas presente na adoção de políticas econômicas favoráveis ao capital, favoreceu o processo histórico de desregulamentação de direitos sociais e agravou as situações de vulnerabilidades sociais das classes trabalhadoras. Vivendo-se um eterno ciclo de reprodução da pobreza (BEHRING E BOSCHETTI, 2016; LESSA, 2013; MARANHÃO, 2008 e NETTO E BRAZ, 2006).

O desenvolvimento da política macroeconômica neoliberal determinou para a dinâmica social o acirramento das manifestações da questão social, demonstrando a necessidade da atuação do Estado na correlação de forças entre sociedade civil e capital, por meio de políticas essenciais para o atendimento da condição de pobreza de parcela da população e viabilização da coesão social.

Netto e Braz (2006, p. 216) apontam o processo como os países de capitalismo periférico subordinaram-se as determinações dos capitalistas avançados:

(...) o capital lança-se a um movimento de desconcentração industrial: promove a *desterritorialização da produção* – unidades produtivas (completas ou desmembradas) são deslocadas para novos espaços territoriais (especialmente áreas subdesenvolvidas e periféricas), onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa (seja pelo seu baixo preço, seja pela ausência de legislação protetora de trabalho e de tradições de luta sindical). Tal desterritorialização acentua ainda mais o caráter desigual e combinado da dinâmica capitalista (NETTO e BRAZ, 2006, p. 216).

O que veio a ocorrer no Brasil, que ainda se encontrava em período de regime militar, o qual iniciou na década de 1960 e que durou até meados dos anos 1980, sendo caracterizado por:

(...) industrialização e urbanização aceleradas, e modernização do Estado Brasileiro, inclusive com expansão de políticas sociais centralizadas nacionalmente. Esse processo que representou uma espécie de salto adiante, foi conduzido pela lógica de “deixar crescer o bolo para depois dividir”, segundo a conhecida frase de Delfim Netto, então responsável pela política econômica. O que se assistiu, na verdade, foi ao acirramento das contradições sociais no país com a radicalização das expressões da questão social (BEHRING E BOSCHETTI, 2006, p. 15).

Essa conhecida proposição citada pelas autoras (BEHRING E BOSCHETTI, 2016): “deixar crescer o bolo para depois dividir”, traz consigo uma apreensão contraditória da política econômica adotada, em que por meio do discurso de priorização dos investimentos públicos para a acelerar o processo de industrialização no país, promoveu-se também o discurso de após a economia do país encontrar-se estabilizada e em plenas condições de competição para com o mercado internacional, a área social teria seu devido tratamento, por meio da acumulação e distribuição da riqueza socialmente produzida pela sociedade brasileira.

Mas, o que ficou conhecido pela história, foi um processo contraditório de desenvolvimento da riqueza e da pobreza, de reprodução dos privilégios das classes dominantes e exploração das classes trabalhadoras.

Como esclarece Behring e Boschetti (2006, p. 138) que

Os anos de 1980 são conhecidos como a década perdida no ponto de vista econômico, ainda que também sejam lembrados como período de conquistas democráticas, em função das lutas sociais e da Constituição de 1988. O recrudescimento do endividamento externo e suas consequências são dados fundamentais para entender o caso da ditadura e nosso passaporte para a crise econômica crônica daqueles anos, após o curto tempo virtuoso do milagre. Na entrada dos anos 1980, tem-se um aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto

nos investimentos e na redistribuição da renda, não só no Brasil, mas no conjunto na América Latina (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 138).

Diante do cenário de crise econômica no país, decorrente, em grande parte, pelas dívidas realizadas para o processo de industrialização, tanto por parte dos setores privados como pelo Estado, e arcadas em quase sua totalidade pelo setor público, como afirmam Behring e Boschetti (2006, p. 139) “[...] no Brasil 70% da dívida externa tornou-se estatal”, as medidas neoliberais apresentaram-se como respostas mais eficientes para a retomada dos avanços na economia.

Os efeitos da crise do endividamento foram muitos: empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no seu país mais rico, o Brasil; crise nos serviços públicos num contexto de aumento da demanda em contraposição à não expansão dos direitos; desemprego; agudização da informalidade da economia; favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 139).

Houve a retração do Estado nos gastos públicos, por meio da execução de políticas sociais compensatórias, fragmentadas e focalizadas para a população em situação de extrema pobreza, que se tornou um retrocesso a efetivação dos direitos sociais conquistados constitucionalmente, caracterizando as ações estatais como decorrentes de um “Estado mínimo”. Políticas Sociais Compensatórias no sentido de que não possuem o caráter de superar e romper com a lógica das contradições do sistema capitalista, assim como, de modificar a realidade em que se encontra a população em vulnerabilidade social, mas de compensar, por meio de ações sociais, o mínimo para sua subsistência destes sujeitos e garantir a reprodução das classes trabalhadoras (BEHRING E BOSCHETTI, 2016 e NETTO e BRAZ, 2006).

É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista¹⁵ não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital (NETTO e BRAZ, 2006, p. 227).

Para legitimar suas estratégias, os neoliberais divulgam suas ideias como naturais e necessárias a sociedade, utilizando-se para isso dos meios de comunicação em massa, e transmitindo ao senso comum ideologias como: a imprescindibilidade da liberdade de mercado, a concepção do indivíduo enquanto consumidor, em detrimento de sua qualidade de cidadão detentor de direitos, e a prestação de serviços privados como sinônimo de qualidade, em oposição à execução dos serviços público, como justificativa para limitações em investimentos

¹⁵ “O que importa observar e destacar com a máxima ênfase é que a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: *o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*. Essa organização – na qual o sistema bancário e creditício tem o seu papel econômico-financeiro substantivamente redimensionado – comporta níveis e formas diferenciados que vão desde o “acordo de cavalheiros” à fusão de empresas, passando pelo *pool*, o cartel e *truste*” (NETTO, 2006, p. 20).

na área social e consequente sucateamento da estrutura estatal, dentre outros argumentos que prevalecem a defesa dos interesses do grande capital e nega o caráter universal das políticas sociais. Conforme argumenta Behring e Boschetti (2016, p. 149) em suas considerações teóricas:

Ao longo dos anos 1990, propagou-se na mídia falada e escrita e nos meios políticos e intelectuais brasileiros uma avassaladora campanha em torno de reformas. A era Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor, cuja características de *outsider* (ou o que vem de fora) não lhe outorgaram legitimidade política para conduzir esse processo. Tratou-se, como se pôde observar, de reformas orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial na privatizações e previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada –, estaria aberta o caminho para o novo “projeto de modernidade” (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 149).

Esse novo “projeto de modernidade” com o objetivo primordial de aumentar a taxa de lucratividade, esconde-se por trás do discurso de se tratar de uma reforma econômica para alavancar o poder financeiro dos Estados nacionais, e não transparece nitidamente suas pretensões na área social, com a, cada vez mais, intensa exploração da força de trabalho, o enfraquecimento da luta e das conquistas da classe trabalhadora, a reestruturação produtiva e o desmonte dos aparelhos de Estado. Como descreve Netto e Braz (2006)

O ataque do grande capital às dimensões democráticas da intervenção do Estado começou tendo por alvo a regulamentação das relações de trabalho (...) e avançou no sentido de reduzir, mutilar e privatizar os sistemas de seguridade social. Prosseguiu estendendo-se à intervenção do Estado na economia: o grande capital impôs reformas que retiraram do controle estatal empresas e serviços – trata-se do processo de privatização, mediante o qual o Estado entregou ao grande capital, para a exploração privada e lucrativa, complexos industriais inteiros (siderurgia, indústria naval e automotiva, petroquímica) e serviços de primeira importância (distribuição de energia, transportes, telecomunicações, saneamento básico, bancos e seguros) (NETTO e BRAZ, 2006, p. 228).

Diante desse cenário, de diminuição do aparato e do poder do Estado, os serviços públicos lucrativos foram repassados ao controle do grande capital e os demais serviços de manutenção da vida da população foram transferidos para organizações da sociedade civil e sem fins lucrativos, com o apoio de recursos públicos para sua execução em cooperação com o poder público (BEHRING E BOSCHETTI, 2016; NETTO E BRAZ, 2006 E PANIAGO, 2013).

Esse movimento de reforma do Estado ampliou o mercado para a prestação de serviços básicos essenciais, como educação e saúde, à iniciativa privada, que também, quando executados por entidades de interesse público, conseguiam receber montantes de recursos públicos destinados ao atendimento da área social. O que agravou ainda mais a situação das classes sociais que não conseguiam arcar com as despesas de serviços privados, ficando a

margem da sociedade, sem cobertura do atendimento ou tendo-a realizada de forma precária e com impactos ineficazes sob suas vidas.

Para entendimento da totalidade que engloba a hegemonia neoliberal, soma-se a estes aspectos sociais, políticos e econômicos, a incorporação das estratégias advindas com a reestruturação produtiva, que atingiu gravemente a dinâmica da classe trabalhadora, com a ampliação do exército industrial de reserva¹⁶, essencial para manutenção da lucratividade do capital, a partir da diminuição do custo da força de trabalho, da redução das vagas de emprego e ampliação do número de trabalhadores sem empregos ou submetidos a subempregos e trabalhos informais, precários e temporários. Como apontam Netto e Braz (2006, p. 132) “(...) os capitalistas valem-se da existência desse contingente de desempregados para pressionar para baixo os salários; aliás, os próprios capitalistas dispõem de meios para forçar o desemprego”.

A situação das classes trabalhadoras dos países de capitalismo periférico foi mais atingida pelas consequências da reforma do Estado, imposta pela hegemonia neoliberal, por já não contarem com a cobertura de serviços públicos básicos, como moradia, transporte, saúde, saneamento e assistência social. Assim como, pelos Estados nacionais terem se submetidos a grandes dívidas externa, seguindo as diretrizes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, difundidas a partir do Consenso de Washington¹⁷, nos anos de 1990.

Dentro desta compreensão, as políticas sociais brasileiras, enquanto não se assentam em bases de negociação, não criam garantias de fixação dos investimentos estatais nas prioridades da força de trabalho. Este é um dos “saldos” do modelo autoritário e selvagem do capitalismo brasileiro.

Consequentemente, os investimentos governamentais, além de forte tendência à descontinuidade, terminam representando mais os interesses do capital.

Acresce-se a este favorecimento o fato de que as políticas sociais são em si mesmas espaço para a expansão da acumulação do capital (SPOSATI et al, 1985, p. 80 e 81).

A partir dessas discussões sobre o contexto histórico-social percorrido pelo Estado, pode-se afirmar que as políticas públicas são desenvolvidas, não com o objetivo principal de atender as demandas sociais da população, mas para conter a parcela da população mais desprovida de recursos para sua subsistência e mantê-la como força de trabalho disponível ao modo de produção capitalista, no sentido de preservar a coesão social.

¹⁶ “A acumulação do capital também impacta fortemente a classe operária. No seu desenvolvimento, acompanhado pela concentração e pela centralização, a principal consequência para os trabalhadores é a constituição do que Engels, inspirado pelos cartistas ingleses, designou como exército industrial de reserva – ou seja, um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 132).

¹⁷ “O documento produzido pelos representantes dos países do capitalismo central, conhecido como Consenso de Washington, balizou a doutrina do neoliberalismo ou neoconservadorismo que viria a orientar as reformas sociais nos anos de 1990” (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p. 95).

1.7 O CARÁTER DE CLASSE DO ESTADO

O contexto histórico abordado se faz necessário para a configuração da análise pretendida acerca da política de assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e enquanto meio viabilizador da permanência de estudantes migrantes.

Partindo-se de Mészáros (2002), tem-se a análise sobre a concepção do sistema de sociometabolismo do capital como uma estrutura formada por capital, trabalho e Estado que, combinados entre si e considerados indissociáveis, configuram a totalidade e a dinâmica das relações sociais e de produção.

O autor considera o trabalho como fundamental para a sobrevivência do sistema capitalista, por meio da geração e apropriação dos valores de uso e de troca das mercadorias, e o Estado por seu papel de controle e coesão social, o que os fazem ser elementos vitais para a reprodução do sistema do capital.

Compreende o Estado por meio de sua totalidade dialética, e não apenas em sua aparência, como produto de relações isoladas que tenham início e fim em si mesmas, mas como decorrentes de relações sociais e materiais de produção e reprodução de uma sociedade regida pelos interesses de uma única classe social, a dominante.

Para Marx e Engels (2007, p. 47):

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante (...). As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.

O Estado enquanto instrumento de dominação das classes e representante de uma dada classe social, possui uma aparente e superficial finalidade de garantir o bem comum, apenas cumprindo seu papel de reproduzir a ideologia dominante de forma dogmática, como única maneira de existência da sociedade.

Montaño e Duriguetto (2010, p. 38) esclarecem que “(...) o Estado legitima a dominação e a exploração da burguesia sobre o proletariado, revelando, assim, a sua essência de representante não dos interesses ‘comuns’, mas daqueles de uma classe particular”.

Considera-se para o entendimento da funcionalidade do Estado no sistema capitalista, o antagonismo das lutas de classe decorrentes da dinâmica das contradições de interesses dos diferentes segmentos da sociedade. Tendo o Estado o aparente papel de “conciliar” os conflitos, mas que na prática atua a favor da manutenção dos interesses da classe dominante.

Como cita Andrade (2012):

(...) Lenin reitera a tese marxiana segundo a qual o Estado é, por sua natureza, um órgão de dominação de classe; um órgão cujo princípio fundamental é a opressão de uma classe por outra; um órgão cuja função se manifesta concretamente como a “ordem” que legaliza e garante tal opressão etc. Neste sentido, se a conciliação entre as classes fosse possível, o Estado sequer poderia existir enquanto tal (ANDRADE, 2012, p. 12 e 13).

O Estado possui um caráter de classe, imprescindível para a manutenção da sociedade capitalista e que sua função social vai além de ser, meramente, um ente político, mas também um importante aparelho ideológico na proteção da sociedade burguesa.

Como discorre Neves (2005, p. 21), tendo como base as análises gramscianas sobre Estado:

(...) essa relação de reciprocidade entre forças materiais e ideologias aponta para uma possibilidade concreta de o desenvolvimento histórico das formações sociais capitalistas ser uma resultante da simultaneidade de instrumentos de coerção, persuasão das forças político-sociais em disputa pela hegemonia político-social e alterações concretas nas forças materiais de produção social (NEVES, 2005, p. 21).

O posicionamento do Estado em ser um instrumento mantenedor da lógica do modo de produção capitalista, serve aos anseios do capital individual e é realizado por meio de seu papel social de mediador da correlação de forças da luta de classes, seguindo com suas responsabilidades no equilíbrio das relações sociais. E para a compreensão da dinâmica que envolve a análise das relações sociais entre os indivíduos e o Estado deve-se considerar as categorias historicidade, totalidade e contradição que configuram o homem, enquanto ser socialmente constituído, de acordo com os interesses das classes dominantes. Ou como afirma Mézáros (2002):

Na qualidade de modo específico de controle sociometabólico, o sistema do capital inevitavelmente também se articula e consolida como estrutura de comando singular. As oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente situados na estrutura hierárquica de comando do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 98).

É a inserção do homem neste processo de produção capitalista que determina sua consciência e sua classe social. De acordo com Rodriguez (2004, p. 18), “Marx (1983, p. 24) afirma que não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o seu ser social que, inversamente determina a sua consciência”.

A constituição do ser social e das relações sociais são decorrentes de uma construção histórico-social dinâmica ditada pelas regras do capital e a partir de mediações, lutas e contradições entre os agentes das diferentes classes sociais, por meio de relações de exploração, compra e venda de mercadorias e da força de trabalho humana.

Mészáros (2002) ao discutir a funcionalidade do Estado no sistema capitalista, explana como esse modo de produção conseguiu penetrar e dominar as relações sociais:

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

Essa configuração controladora e de quem dita as regras das relações sociais, que obriga os seres sociais a moldarem-se para se inserirem a esse modo de produção, como forma de obterem sua sobrevivência e garantirem a reprodução dos indivíduos das classes trabalhadoras, é fundamental para que o capital seja defendido como única forma social viável de se garantir a perpetuação das relações econômicas e de dominação das classes hegemônicas.

O que fundamenta a concepção de que o trabalho é uma forma natural e necessária para a manutenção da vida dos indivíduos e que enquadra os seres que não conseguem vender a sua força de trabalho ao capital como incapazes ou despreparados para o mercado. Tornando a classe que vive do trabalho, mas que não consegue encontrar trabalho, culpada pelo seu destino de desprovimento de recursos para sua sobrevivência (BEHRING E BOSCHETTI, 2016).

Para que toda essa lógica de controle, dominação e exploração se prolongue ao longo da história, é imprescindível que o capital conte com o sistema político a seu favor, por ser o Estado o organismo com poder de controlar e gerar consenso na sociedade. Como forma de defender e garantir os interesses de quem tem a posse privada dos meios de produção. Para Paniago (2012), o Estado, em qualquer modelo de dinâmica do sistema capitalista, vai desenvolver sempre a mesma função social:

O que parece predominar na função social exercida pelo Estado são os interesses em jogo da classe dominante, os quais necessitam do apoio mais ou menos ativo do Estado. Em período de crise estrutural a atuação do Estado, sempre necessária e presente no auxílio e proteção da reprodução ampliada do sistema do capital, torna-se ainda mais importante, comprometendo-se com a própria sustentação direta de atividades de produção e circulação de valor (PANIAGO, 2012, p. 61).

No momento de expansão do capitalismo, o Estado pode atuar de maneira ampla, ser mais flexível nos acordos e gastos nas áreas sociais, mas nos momentos de crise, o Estado retém, revisa e desmobiliza toda a estrutura de proteção social, utilizando-se do discurso que por meio dos investimentos realizados no âmbito social, o Estado chegou a situação de déficit nos recursos públicos. Mészáros (2015) aponta que o modo autoexpansionista do capitalismo, em algum momento chega a limites estruturais, gerando as crises do capital e conseqüentemente acirrando o antagonismo das lutas de classes.

No contexto das crises, até os capitalistas também são afetados. As empresas que dependem mais diretamente do Estado ou são de pequeno porte acabam não sendo o alvo do protecionismo do Estado, que por ter uma relação mútua e parasitária de empréstimos e destinação de recursos com os grandes capitais, acaba por priorizar e focar suas medidas em ações que preservem o grande capital (LESSA, 2013 e NETTO, 2006).

O Estado ao mesmo tempo em que revisa e realiza o desmonte dos direitos já conquistados pela classe trabalhadora, realizando o seu papel na coesão social, acaba por favorecer, de certa forma, a sobrevivência, em meio à crise, dos capitais individuais. O que nesse sentido, demonstra que quem perde de fato são os segmentos da população que vivem da venda da sua força de trabalho, reforçando o argumento de que o Estado no sistema capitalista está posto para garantir os interesses do grande capital.

E como forma de legitimar as medidas necessárias para que o grande capital consiga sobreviver em tempos de crise, é imprescindível que se mantenha uma situação de consenso social. E para manter esse seu papel na coesão e coerção na sociedade, durante as crises cíclicas e estrutural do capital, o Estado vai passando por reformas como propostas de saída do capital dos processos de recessão.

A cada reforma, o Estado tem a característica de tratar das questões da crise do capitalismo naquele momento histórico e, que por seu viés político, sua intervenção na dinâmica das relações sociais vai além de ter um caráter meramente econômico. Em qualquer modelo, o Estado irá sempre assumir sua função social de coesão social para garantir a manutenção do modo de produção capitalista, apenas modificando-se de acordo com as respostas para cada crise posta, assim temos que o Keynesianismo foi resposta à crise do liberalismo, o neoliberalismo uma resposta à crise do Estado Liberal Interventor, e assim seguem as respostas às crises, durando cada vez menos tempo, mas mantendo sempre a essência do Estado e seu caráter de classe a qualquer custo (FIORI, 2003, LESSA, 2013, PANIAGO, 2012 e NETTO, 2006).

O que demonstra ser o Estado, cada vez mais, necessário ao desenvolvimento do sistema capitalista, e que, portanto, atua sempre como representante dos interesses da classe capitalista e sua atuação no atendimento das necessidades sociais da população, somente ocorre dentro da lógica da manutenção da coesão social e viabilização do crescimento do capital.

Pretende-se no próximo capítulo realizar a análise sobre o contexto histórico de configuração e modificações do posicionamento do Estado na prestação de políticas sociais para a população de baixa renda. Considerar-se-á o movimento de dominação e reprodução das classes trabalhadoras decorrentes do processo de acumulação capitalista e do caráter

compensatório das políticas sociais, que promovem uma relação de dependência da população pobre com o Estado, sujeitando-a a uma relação de clientelismo e uma lógica de culpabilização do indivíduo pela sua condição socioeconômica. O que favorece o atendimento das necessidades sociais de maneira burocratizada e sem a estrutura adequada para a viabilização de mudanças de fato da realidade social da população pobre.

2. POLÍTICAS SOCIAIS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ACESSO E PERMANÊNCIA PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para análise da Política de Assistência Estudantil na viabilização da permanência de estudantes migrantes na UFMS/CPNA a que se propõe com este trabalho é necessário situá-lo na conjuntura dos processos das relações sociais sob a hegemonia neoliberal.

Tem-se a partir da construção histórica apresentada da configuração do Estado, analisar o movimento do objeto de estudos para além do momento presente e da realidade imediata, assim como considerar as singularidades existentes na construção do Estado brasileiro e das políticas sociais e, então, verificar como as questões particulares do Brasil se tornaram importantes.

2.1 CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA SOCIEDADE BURGUESA

As políticas sociais devem ser analisadas considerando-se a estrutura da sociedade capitalista, o movimento de correlação de forças entre as classes sociais, a conjuntura econômica que regula as relações de mercado e as ações do Estado na mediação da reprodução da classe trabalhadora, como instrumento mantenedor de coesão social, por meio de repasse dos mínimos sociais necessários a sobrevivência das classes trabalhadoras pobres.

De acordo com Höfling (2001, p. 31):

Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HÖFLING, 2001, p. 31).

A origem das políticas sociais encontra-se vinculada às leis fabris aprovadas pelo parlamento inglês, cujo objetivo fundamental era materializar instrumentos de reprodução da vida da classe trabalhadora, decorrente de pressões das lutas de classes por regulamentação de direitos sociais, como o disciplinamento de sua jornada de trabalho. Segundo Behring e Boschetti (2016, p. 47),

Não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois, como processo social elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal (BEHRING e BOSCHETTI, 20016, p. 47).

A legislação referente à assistência social aos pobres, que surgiu no período anterior a irrupção da Revolução Industrial, como apontam Behring e Boschetti (2016), tinha finalidades punitivas e repressivas, como forma de manter a ordem social e a oferta do mínimo necessário para a sobrevivência daqueles inaptos para o trabalho ou considerados como vadios e incapazes para a subsistência e manutenção de um orçamento familiar favorável a condições de vidas dignas.

De acordo com Montañó (2012), a situação de vulnerabilidade social vivida pelos indivíduos era tida como se fosse um problema de ordem particular, desvinculada das manifestações da questão social que configuram, historicamente, a condição de pobreza nas relações sociais capitalistas.

A "questão social", portanto, passa a ser concebida como "questões" isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem.

A partir de tal pensamento, as *causas* da miséria e da pobreza estariam vinculadas (nessa perspectiva) a pelo menos três tipos de fatores, sempre vinculados ao indivíduo que padece tal situação.

Primeiramente a pobreza no pensamento burguês estaria vinculado a um *déficit educativo* (falta de conhecimento das leis "naturais" do mercado e de como agir dentro dele). Em segundo lugar, a pobreza é vista como um *problema de planejamento* (incapacidade de planejamento orçamentário familiar). Por fim, esse flagelo é visto como *problemas de ordem moral-comportamental* (mal-gasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem etc.).

Surgem com isso as bases para o desenvolvimento de concepções, como a da "cultura da pobreza", onde a pobreza e as condições de vida do pobre são tidas como produto e responsabilidade dos limites culturais de cada indivíduo.

Com esta concepção de pobreza (típica da Europa nos séculos XVI a XIX), o *tratamento e o enfrentamento* da mesma desenvolvem-se fundamentalmente a partir da *organização de ações filantrópicas* (MONTAÑO, 2012, p. 04).

Do final do século XIII ao início do século XIX, o parlamento inglês começa a repensar as ações de benesses aos pobres, por acreditarem que os auxílios sociais favoreciam a uma situação de conformismo das classes trabalhadoras com os benefícios providos por entidades de ações sociais e proporcionaram a ampliação da miséria, vinculando a condição de pobreza dos indivíduos a questões isoladas e de inadaptação a lógica das relações do livre mercado. Como apontam Duayer e Medeiros (2003):

Em suma, na Inglaterra, assim como na Alemanha, o pauperismo, julgado resultante ora da falta de beneficência, ora do excesso de beneficência, foi sempre manejado com medidas filantrópico-administrativas. Portanto, em ambos os casos, jamais foi considerado consequência necessária das relações sociais de produção, em particular da indústria moderna (DUAYER E MEDEIROS, 2003, p. 242).

A legislação social pensada para intervenção do Estado burguês, considerava que as políticas sociais seriam concretizadas a partir de ações sociais específicas para cada tipo de problema social, por exemplo para os trabalhadores pobres com necessidade de habitação, seriam fornecidas "*workhouses*" como forma de solucionar essa expressão da questão social,

porém a custo de rotinas de trabalho exaustivas e degradantes, como se com esta única ferramenta fosse suficiente para sanar toda a problemática social existente na vida daqueles indivíduos, como se a condição de pobreza se resumisse apenas a ausência de um local para habitar (BEHRING E BOSCHETTI, 2016).

Behring e Boschetti (2016) apresentam que, a partir do contexto social da Revolução Industrial, e da necessidade do mercado de maior liberdade da mão de obra para o aumento da mais-valia no processo produtivo, a legislação da área social passou a exigir o trabalho obrigatório dos que possuíssem condições de executarem alguma atividade laboral em troca de conceder-lhes o mínimo ou um complemento a suas rendas necessários a suas sobrevivências. O que demonstra a centralidade do viés econômico na condução das relações sociais.

(...) em 1834, pela *Poor Law Amendment Act*, também conhecida como *New Poor Law* (Nova Lei dos Pobres), marcou o predomínio, no capitalismo, do primado liberal do trabalho como fonte única e exclusiva de renda, e relegou a já limitada assistência aos pobres ao domínio da filantropia. A nova lei dos pobres revogou os direitos assegurados pela Lei *Speenhamland*, restabeleceu a assistência interna nos albergues para os pobres “inválidos”, reinstalou a obrigatoriedade de trabalhos forçados para os pobres capazes de trabalhar, deixando à própria sorte uma população de pobres e miseráveis sujeitos à uma “exploração sem lei” do capitalismo nascente. O sistema de salários baseado no livre mercado exigia a abolição do “direito de viver” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 50).

Este ponto de vista desconsidera a essência totalizante que movimenta as relações sociais entre capital e trabalho, em que as sequelas da questão social são produtos da lógica alienante de exploração da força de trabalho como mercadoria e como fator estruturante do modo de produção capitalista. Sendo superficial a compreensão da vulnerabilidade social a partir do enquadramento dos problemas sociais em categorias desconexas da heterogeneidade da sociedade.

A questão social se situa na intersecção da disputa entre o projeto de sociedade, interesses e escolhas das classes dominantes para com as classes trabalhadoras e que está presente em todo o processo histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, IAMAMOTO, 1998, MOTA, 2017, NETTO, 2006, SPOSATI, 1985 e YAZBEK, 2009).

O contexto do final do século XIX, que marca o advento do processo de acumulação produtiva do monopólios no sistema capitalista, dentro do ideário do liberalismo clássico, teve graves consequências decorrentes da relação de exploração do trabalho pelo capital na vida de grande parcela da sociedade que dependia da venda de sua força de trabalho para sobreviver, por questões como a não regulamentação de direitos trabalhistas, o desemprego, a precariedade nas condições de trabalho e moradia, situações decorrentes do processo de urbanização descontrolado das cidades que se transformaram em grandes parques industriais, a desproteção

social do Estado na prestação de serviços essenciais como saúde e educação e demais expressões da questão social, que eram tratadas de maneira fragmentadas e que agravavam a situação de pobreza das classes trabalhadoras, que frente ao cenário de acirramento da luta de classes cobravam respostas às suas necessidades das ações do Estado (BEHRING E BOSCHETTI, 2016 e NETTO, 2006).

As pressões das classes trabalhadoras na luta por uma diminuição nas desigualdades sociais, a partir do contexto histórico da Revolução Industrial, também foram fatores que contribuíram com o desenvolvimento das políticas sociais.

Netto (2006) apresenta como se desenvolveu a atuação do Estado em responder aos interesses da burguesia pelo aumento da lucratividade e exercer seu papel de coesão social junto às massas nesse período de transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, no final do século XIX:

(...) no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada da burguesia como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio (NETTO, 2006, p. 26).

As políticas sociais ganham espaço, nesse período histórico social, para atender consensualmente a demanda da ordem burguesa e retrair as lutas das classes trabalhadoras, como forma de proporcionar certa coesão social, por meio de ações e serviços necessários à manutenção e reprodução da força de trabalho e não rentáveis para o mercado ou tidos como empecilhos para o aumento da mais-valia, assim como resposta a insatisfação a realidade posta às classes trabalhadoras e como estratégia do Estado burguês em criar o sentimento de vitória aos sujeitos que participaram dos processos de lutas sociais (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, FIORI, 2003, NETTO, 2006 e YAZBEK, 2009).

Behring e Boschetti (2006) apresentam que, no período inicial do século XX, sob a hegemonia do ideário liberal, as classes dominantes e o Estado acreditavam na lógica de que cada indivíduo era naturalmente bom, por ter um senso moral natural, e que era responsável pela sua prosperidade, não necessitando de intervenção estatal para proporcionar oportunidades e igualdade de condições ao mercado de trabalho para os seres sociais. Já que para a liberdade das relações capitalistas não seria necessária a regulação do Estado.

Trata-se de uma sociedade fundada no *mérito* de cada um em potenciar suas capacidades supostamente *naturais*. O liberalismo, nesse sentido, combina-se a um forte *darwinismo social*, em que a inserção social dos indivíduos se define por mecanismos de *seleção natural* (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 60 e 61).

Compreende-se que para os defensores da ideologia liberal, Smith (1996) e Locke (1978), o Estado não deveria intervir nas relações de mercado, trabalhistas e sociais, pois se cada indivíduo buscasse por seu progresso aos moldes da sociedade capitalista, alcançar-se-ia a coesão e o equilíbrio social de forma espontânea, não sendo necessário gastos públicos para o provimento de benefícios sociais.

No contexto do segundo pós-guerra, surge uma nova concepção de políticas sociais, a partir de Keynes (1978), dentro de uma lógica de distribuição do acúmulo de riquezas, em que a pobreza era compreendida considerando a inserção ou não do indivíduo dentro do processo produtivo e que o Estado teria a função de prover benefícios sociais aos excluídos do mercado do trabalho, auxiliando na manutenção da sobrevivência do exército industrial de reserva e na complementação dos rendimentos daqueles que tinham ganhos insuficientes para sua subsistência e de seus familiares.

A questão social também se apresenta, nesse momento histórico, enquanto manifestação das necessidades das classes trabalhadoras, provenientes do modo de acumulação de riquezas, essencialmente capitalista, e sujeita aos interesses e escolhas que as classes dominantes e o Estado teriam em atender a essas demandas, concomitantemente, com o objetivo da busca por um equilíbrio e um consenso social que fossem favoráveis ao movimento de ampliação dos lucros pelo capital (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, FALEIROS, 2011, IAMAMOTO, 1998, MONTAÑO, 2012, NETTO 2006, SPOSATI, 1985 e YAZBEK, 2009).

A lógica do modelo de Estado apresentado por Keynes (1978) teria como cerne a viabilização de condições de consumo de produtos pelas classes trabalhadoras, com intuito de dinamizar o mercado e favorecer os lucros dos grandes capitais.

Isto é, com o desenvolvimento das forças produtivas (...), um contingente da população fica excluído do mercado de trabalho, e ao não poder vender sua força de trabalho, não tem fonte de renda que lhe permita adquirir no mercado bens e serviços. Para enfrentar esse hiato, segundo Keynes, o *Estado deve passar a intervir em dois sentidos: (a) responder a algumas necessidades (carências)/demandas dessa população carente; (b) criar as condições para a produção e o consumo*, incentivando a uma *contenção do desemprego ou uma transferência de renda* (seguridade social e políticas sociais). Promove-se o chamado "círculo virtuoso" fordista-keynesiano (MONTAÑO, 2012, p. 06).

O Estado passa a ter a função de receber parte do excedente e distribuí-lo em forma de políticas sociais para que o mercado possa ter sua movimentação contínua. Como analisa Fiori (2003, p.18), “o Estado se torna responsável, em grande medida, pelo surto do crescimento acompanhado de paz social que, nos anos 50/60, alimentou a utopia de uma sociedade estável de consumo de massas, com bem-estar e liberdade para todos”.

No entanto, tal lógica também não colocava a situação da pobreza como decorrente da estrutura do modo de produção capitalista, em que de um lado estão os proprietários dos meios de produção e de outro os que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviverem.

A discussão sobre o papel do Estado e o rumo das políticas sociais, no sistema capitalista, sempre gira em torno da discussão do favorecimento da economia para o *modus operandi* da acumulação privada da riqueza socialmente produzida. Como analisa Höfling (2001, p. 33), “em momentos de profunda assimetria nas relações entre proprietários de capital e proprietários de força de trabalho, o Estado atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto”.

Na sociedade burguesa, as políticas sociais são consideradas tendo como ponto central a condição de renda dos indivíduos, dentro de um viés economicista e focalizada no público que não possui recursos financeiros necessários para manterem sua sobrevivência e de seus familiares. O que as descaracterizam enquanto meio de garantia de direitos sociais, não considerando a totalidade que envolve as manifestações da questão social na vida das classes trabalhadoras. Desconsideram as singularidades e a universalidade presente na vida social de cada indivíduo, pois não é somente a renda ou o desprovido desta que vai ser a única causa do agravamento de uma situação de necessidades sociais, mas todo um conjunto de desproteção de serviços e bens sociais essenciais para uma sobrevivência digna, como a prestação de políticas de educação, saúde, saneamento básico, moradia, transporte público dentre outros serviços sociais.

Arretche (2015, p. 194) explica que

Desse modo, o acesso a serviços sociais é uma dimensão do bem-estar distinta e não-reduzível aos rendimentos. Assim, as pessoas com os mesmos ganhos podem ter padrões de vida muito diferentes caso tenham distinto acesso a serviços. Além disso, a renda real é afetada pela desigualdade de acesso a serviços, dado que indivíduos com a mesma renda nominal poderão ter padrões de consumo diferentes dependendo do peso e do gasto com bens essenciais em seus respectivos orçamentos (ARRETICHE, 2015, p. 194).

A lógica economicista das políticas sociais desconsidera a heterogeneidade dos processos sociais, desconectando-os dos aspectos contraditórios da disputa de correlação de forças inerentes ao capitalismo.

Favorece uma falsificação da realidade de que o indivíduo que não se adaptou ao modo de vida da sociedade capitalista, não se adequou a tal condição por incapacidade ou falta de esforço próprio, e não considera a realidade posta as classes trabalhadoras são permeadas por conflitos de ordem social, econômica, cultural e estrutural, ampliando, cada vez mais, o distanciamento das massas da propriedade dos meios e dos processos de produção e dos

privilégios das classes dominantes (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, FALEIROS, 2011, IAMAMOTO, 1998, MOTA, 2017, SPOSATI, 1985 e YAZBEK, 2009).

A política social vem a ser a estratégia do Estado em busca de minimizar os conflitos decorrentes dessa fragmentação social, que de um lado vem em forma de pressão da classe trabalhadora contra o Estado e de outro a manifestação dos interesses da burguesia em “domesticar” as massas para sua exploração e ampliação dos lucros.

Não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas. Entretanto, a dinâmica das políticas sociais está longe de esgotar-se numa tensão bipolar – segmentos da sociedade demandantes/Estado burguês no capitalismo monopolista. De fato, elas são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos. A diferenciação no seio da burguesia, os cortes no conjunto dos trabalhadores e as próprias fissuras no aparelho do Estado (...) tornam a formulação das políticas sociais processos que estão muito distanciados de uma pura conexão causal entre os seus protagonistas, os seus interesses e as suas estratégias (NETTO, 2006, p. 33).

Constata-se, portanto, que as políticas sociais são ações estratégicas do Estado em busca de resolver os conflitos postos pela lógica contraditória do sistema capitalista, que favorecem a reprodução da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora e auxilia na manutenção da hegemonia das classes dominantes. Por isso, para sua compreensão da conjuntura neoliberal no Estado brasileiro, faz-se necessário toda a construção histórica dos processos das relações sociais no contexto da sociedade brasileira.

2.2 ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRA

Pensar em políticas sociais no Brasil requer um conhecimento sobre o desenvolvimento do sistema capitalista e sua influência na construção do Estado brasileiro, que apesar de ter seguido as orientações advindas dos países de capitalismo central para a manutenção do modo de acumulação vigente e por ser objeto de subordinação e dependência destes, apresentou um contexto histórico com bastante singularidades.

Uma primeira análise sobre a questão mostra que as políticas sociais no Brasil nascem e se desenvolvem na perspectiva de enfrentamento da “questão social”, permitindo, apenas, acesso discriminado a recursos e a serviços sociais. O caráter regulador de intervenção estatal no âmbito das relações sociais na sociedade brasileira vem dando o formato às políticas sociais no país: são políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos. Nesse sentido, servem à acomodação de interesses de classe e são compatíveis com o caráter obsoleto dos aparelhos do Estado em face da questão. Constituem-se de ações que, no limite, reproduzem a desigualdade social na sociedade brasileira (YAZBEK, 2009, p. 46 e 47).

Tais relações de concessão de benefícios sociais a população, desconexa do processo de correlação de forças e desconsiderando o contexto político e econômico que abrange toda a estrutura da sociedade capitalista, leva a prestação de políticas sociais do Estado terem um caráter imediatista e enraizado na cultura paternalista no âmbito da viabilização dos direitos sociais.

Entende-se por paternalismo, na conjuntura político-social da sociedade brasileira, o que define Faleiros (2011, p. 23),

O paternalismo consiste na manutenção ou na distribuição de um direito como se fosse um favor, obtendo-se em troca a lealdade do indivíduo. A distribuição de casas, de benefícios e de serviços que são pagos pelo trabalhador são obtidas através de uma rede pessoal de relações que fazem com que a obtenção destes benefícios leve ao agradecimento daquele que os obtém àquele que os outorga (FALEIROS, 2011, p. 23).

Crença esta, historicamente construída desde o Brasil Império, proveniente das relações de escravismo, coronelismo e apadrinhamento, que contribuíram e ainda contribuem para a perpetuação das relações de dependência e exclusão das classes mais vulneráveis para com as dominantes na sociedade brasileira, como se aquelas não tivessem capacidade de terem a autonomia de suas vidas caso não fossem tuteladas por estas.

Favorecem um sentimento cultural, para o senso comum, de que os direitos sociais viabilizados pelo poder público, por meio de políticas sociais, são de ordem pessoal e dependem da boa vontade dos sujeitos que estão no comando do poder de Estado, tendo-se uma concepção de mediação de favores pelos agentes estatais desvinculada da lógica de totalidade existente nos processos sociais, o que não ultrapassa a lógica estrutural do sistema capitalista e favorece a neutralização das tensões decorrentes das correlações de forças. E que não deixa de ser uma forma de alienação das classes trabalhadoras em meio a dialética contraditória das relações sociais no modo de produção capitalista, em que as políticas sociais não são realizadas por meio da lógica de redistribuição da riqueza socialmente produzida e, sim, pelo que a classe hegemônica abriria mão de acumular para auxiliar no estado de miséria dos indivíduos empobrecidos (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, FALEIROS, 2011, IAMAMOTO, 1998, MOTA, 2017, SPOSATI, 1985 e YAZBEK, 2009).

Na realidade, a acumulação da riqueza, somente é possível por meio da venda e da exploração da força de trabalho de atores sociais das classes trabalhadoras, que são agentes e partícipes desse processo de produção de mercadorias e serviços que culminam na apropriação privada dos produtos provenientes do trabalho alheio (NETTO E BRAZ, 2006). Ciclo este que amplia, cada vez mais, a situação de desigualdades sociais.

As políticas sociais brasileiras surgem a partir das necessidades postas pelos atores sociais, tanto pelo lado dominador, no interesse por maior intensidade na movimentação do mercado a partir da garantia do poder aquisitivo de parcelas das classes sociais pobres e da reprodução da força de trabalho, como pelo lado dominado, na viabilização de mínimo sociais para subsistência das classes trabalhadoras, que aparentemente são vistos como o lado benevolente do Estado, mas que acabam por contribuir com a legitimação da exploração dessas classes (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, FALEIROS, 2011, IAMAMOTO, 1998, MOTA, 2017, SPOSATI, 1985 e YAZBEK, 2009).

O trabalhador acaba por sempre se submeter a formas e relações de trabalhos precarizados, que historicamente tem sido o meio de extração de riqueza da força de trabalho humana. Ou como analisa Faleiros (2011, p. 25) “as relações da política social com a população são relações de força, são relações em que o processo de acumulação é questionado direto ou indiretamente, de forma manifesta ou velada, através de movimentos implícitos ou de resistências cotidianas”. Ou seja, de acordo com o autor, essa relação do Estado com a população, por meio das políticas sociais, é uma relação dinâmica e contraditória, onde os sujeitos envolvidos, atuam de acordo com os seus interesses, em que no jogo de poderes e mediações ganha o que possui certo grau de organização e de articulação com as estruturas de Estado.

O Estado brasileiro é requisitado a atuar, por meio de uma organização legislativa, no desenvolvimento de políticas sociais para regulamentação das relações de trabalho. A rigor, fala-se de política social no Brasil a partir de 1930. Pois é a partir do Estado Novo, com a política autoritária e com o marco da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, que o Estado brasileiro começa a pensar a política social da classe trabalhadora, mas para os trabalhadores brancos e dos centros urbanos.

Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho e, em 1932, a Carteira de Trabalho, a qual passa a ser o documento da cidadania no Brasil: eram portadores de alguns direitos aqueles que dispunham de emprego registrado em carteira. Essa é uma das características do desenvolvimento do Estado social brasileiro: seu caráter corporativo e fragmentado, distante da perspectiva da universalização de inspiração Beveridgiana (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, p. 106).

O recorte realizado em torno das relações de trabalho e no público operário para o atendimento das ações regulamentadas pelo Estado, no âmbito dos direitos trabalhistas e sociais, encontra fundamentação na lógica economicista da política social, que gira em torno de garantir um salário que seja mínimo ao trabalhador para que possa realizar a aquisição de produtos do mercado e assim participar no processo de fomento da acumulação capitalista (BEHRING E BOSCHETTI, 2016).

O contexto abordado, anteriormente, de Estado de Bem-estar Social não chegou a se desenvolver, no Brasil, como ocorreu nos países centrais do capitalismo. O país ao longo de sua trajetória histórica, após o período de pós-guerras, permaneceu com avanços na desigualdade social e desenvolvimento de políticas sociais casuísticas, focalizadas nas situações de extrema pobreza.

Na área econômica e política o país voltou-se para o desenvolvimento da industrialização, processo que teve início a partir da década de 1930, contando para isso com investimentos externos dos países centrais e com regulações nos gastos sociais fundamentados pelo ideário liberal e por um Estado mínimo. Os direitos sociais e de cidadania eram instituídos enquanto direitos trabalhistas, vinculados à condição do trabalho de carteira assinada, em que o cidadão somente seria considerado nessa perspectiva apenas se possuísse um vínculo contratual de trabalho (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, IAMAMOTO, 1998, SPOSATI, 1985 e YAZBEK, 2009).

Ou seja, a lógica da garantia de direitos ao cidadão não incluía a esfera social, as manifestações da questão social decorrentes da dialética capitalista, que agravavam a situação de vulnerabilidade social das classes trabalhadoras. Assim, a questão social não recebia do Estado um trato inclusivo e redistributivo no sentido de ser essencial para um desenvolvimento social, o que acabava por agravar a situação de desigualdades no país.

Em mais de meio século de industrialização nacional registrado entre as décadas de 1930 e 1980, o Estado foi conduzido pela maior presença do regime autoritário. Com isso, os interesses dos “de baixo” foram secundarizados frente ao favorecimento das classes rica e média pelo Estado por meio dos monopólios sociais que, seletivamente, privilegiaram segmentos e setores no interior da economia e da sociedade brasileira (POCHMANN, 2017, p. 317).

No período que vai de 1930 até 1980, o mercado de trabalho tinha a necessidade de trabalhadores com baixa escolarização, tanto para atividades laborais em indústrias como na prestação de serviços. No entanto, com a chegada, no país, de fábricas com maior mecanismo tecnológico, como a produção a automóveis, geladeiras e demais produtos com certo maquinário mais sofisticado, passa-se a ter a necessidade de uma força de trabalho com o mínimo de conhecimento e um maior disciplinamento para sua adequação e para o funcionamento dos processos produtivos industriais. O Estado, na mediação dos interesses do capital, consolidou certas medidas na área de proteção social a classe trabalhadora com vínculos contratuais estáveis e políticas sociais à população extremamente pobre, no sentido subsidiar o mínimo para sobrevivência desses indivíduos e de reprodução da força de trabalho e manutenção do exército industrial de reserva, assim como conter os movimentos sociais e

compensar a repressão do período de Regime Militar, durante as décadas de 1960 a 1980 (BEHRING E BOSCHETTI, 2016).

Para a discussão, considera-se a definição de políticas sociais realizada por Höfling (2001)

(...) políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HÖFLING, 2001, p. 31).

A regulamentação de políticas sociais, no Brasil, surge como resposta ao movimento da luta de classes, acirrado pela pressão e mobilização social, e também como forma de manter a pacífica aceitação da classe trabalhadora diante das contradições do sistema capitalista (BEHRING E BOSCHETTI, 2016).

Outra análise a se considerar nessa relação de mediações entre classe trabalhadora e classe dominante é o que Faleiros (2011) traz sobre a manutenção da coesão social e as ações das instituições sociais no trato de questões consideradas ameaças às classes dominantes, as quais seriam: “ameaça à reprodução da força de trabalho e ameaça à paz social” (FALEIROS, 2011, p. 34), em que o Estado atuaria com benefícios sociais necessários a subsistência das classe dominadas e que não onerasse os salários pagos pelos empregadores, assim como com a fragmentação das classes trabalhadoras com intuito de enfraquecer o reconhecimento de grupo destas e desmobilizar os processos de pressões sociais.

A regulamentação de políticas sociais desenvolveu-se em torno da viabilização de meios para que o sistema de acumulação capitalista não sofresse o risco de entrar em colapso pelas ameaças apresentadas, a partir da organização da estrutura de instituições sociais centralizadas no âmbito do governo federal, como apresentam Behring e Boschetti:

Em 1930, foi criado também o Ministério da Educação e da Saúde Pública, bem como o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo de Ensino Comercial. Até os anos 1930, não existia uma política nacional de saúde, sendo a intervenção efetiva do Estado inicia-se naquele momento, a partir de dois eixos: a saúde pública e a medicina previdenciária, ligada aos IAPs, para as categorias que tinham acesso a eles. A saúde pública era conduzida por meio de campanhas sanitárias coordenadas pelo Departamento Nacional de saúde, criado em 1937 (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, p. 107).

O que demonstra o caráter fragmentado e seletivo no atendimento às classes trabalhadoras das políticas públicas realizadas pelo Estado, no contexto histórico do nacional desenvolvimentismo, com uma ideologia voltada para dinamizar e manter a classe trabalhadora de acordo com a necessidade do mercado (BEHRING E BOSCHETTI, 2016).

Como por exemplo, com a regulamentação da obrigatoriedade da educação no país, por nesse momento histórico ser essencial para o movimento industrializante uma mão-de-obra com

o mínimo de conhecimento e habilidades para participação no processo produtivo, por intermédio do manuseio de máquinas, diferentemente, da força de trabalho exigida no contexto anterior oligárquico de necessidade de trabalhadores “braçais”. Já a população brasileira que residia nas zonas rurais ou que habitavam as favelas dos centros urbanos não participavam dessa lógica no atendimento das políticas sociais por intermédio de direitos regulamentados.

Pode-se citar, que os trabalhadores rurais somente conseguiram ter acesso ao direito previdenciário normatizado anos depois, a partir da década de 1960, que culminou na lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL); e que os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho das cidades somente eram atendidos por meio de ações sociais pontuais e pautadas no assistencialismo, na reprodução do ciclo da pobreza, da subordinação e dependência aos governantes e não trazia soluções concretas para as manifestações da questão social que permeavam a sobrevivência dos indivíduos pertencentes às classes subalternas. O que contribuiu, ao longo da história, na desigualdade de oportunidades para pessoas de diferentes classes sociais, escolaridade, origem, cor, gênero e idade.

A década de 1980 foi um período de efervescência de mobilização social nas reivindicações por efetivação dos direitos sociais das minorias, por meio dos movimentos feministas, antirracistas e homoafetivos, por exemplo. O que caracteriza esse período, numa perspectiva social, de muitos avanços nas legislações sociais.

O que se observa é que hoje os movimentos sociais veem a luta por direitos sociais como um processo de construção coletiva. A “nova cidadania” se define no cenário político da sociedade como processo que tem como referência as classes sociais e não apenas os indivíduos (YAZBEK, 2009, p. 65 e 66).

A perspectiva social que ganha espaço, nessa conjuntura de processo de redemocratização do país, de visualização do indivíduo como cidadão detentor de direitos, possibilitou grandes avanços na área da legislação social e no protagonismo e atendimento de demandas dos segmentos sociais marginalizados. Principalmente, com a inclusão da política de assistência social, juntamente com a saúde e a previdência social, na Constituição Federal de 1988, configurando a seguridade social no país.

2.3 DESIGUALDADES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Cabe aqui apresentar o que Saviani (2012) discorre sobre teorias da educação: existem dois tipos de teorias educativas, a primeira considera a educação como meio de harmonização da sociedade, como instrumento de integração social de seus membros, a qual denomina de

“não crítica” por não considerar o contexto econômico e social que envolve a sociedade capitalista, “já que encaram a educação como autônoma e buscam compreendê-la a partir dela mesma” (SAVIANI, 2012, p. 05).

E a segunda teoria, que denomina de “crítico-reprodutiva”, diferente da anterior, compreende a educação considerando o modo de produção capitalista e seu processo de correlação de forças, de apropriação privada dos meios de produção e dos produtos socialmente produzidos (SAVIANI, 2012).

Nesta segunda teoria a educação é partícipe do processo de reprodução das desigualdades sociais, pois dependendo da classe social em que o sujeito esteja inserido, ele terá acesso a um sistema educacional condizente com a posição social em que ocupa, seja com mais privilégios e disponibilidade de diversos recursos para uma aprendizagem e desenvolvimento pessoal destinada a população com maior poder e reconhecimento social ou com restrições de infraestrutura, de material, de profissional, dentre outros, para a grande parcela da população que vive em situação de vulnerabilidade social e que não está inserida nos espaços de tomadas de decisões do poder público (SAVIANI, 2012).

Pode-se depreender na análise desta segunda teoria as categorias mediação de Estado e contradições das políticas, em que o Estado enquanto mediador da ordem e coesão social, por meio das políticas sociais, atua em consonância com seus interesse de classe, o que acirra as contradições existentes na dialética das relações sociais capitalistas

A concepção de educação compreendida pelo primeiro grupo é a que predomina na condução da política educacional do Estado brasileiro conduzido pelo ideário que representa os interesses das classes dominantes, subestimando a correlação de forças sociais que interfere também no processo de produção e repasse do conhecimento na sociedade, e até como forma de manutenção do senso comum e de suas crenças em respostas simplistas para os problemas sociais complexos, desvinculados do processo de acumulação capitalistas e ligados diretamente ao sucesso individual.

A realidade educacional das escolas públicas, no país, apresentam especificidades e deficiências na qualidade da prestação do ensino que afetam diretamente o desempenho e o comprometimento dos alunos em seus estudos, por fatores alheios ao indivíduo como o pouco interesse dos gestores públicos em investir na educação pública, a precária condições de trabalho e salários dos profissionais, as condições inadequadas da infraestrutura das instituições de ensino, dentre tantos outros fatores que dificultam a escola de cumprir seu papel social na construção e repasse de conhecimentos aos alunos, assim como não possibilitam a priorização da educação como política pública essencial na formação do indivíduo enquanto cidadão. A

política educacional que tem sido promovida objetiva uma formação de força de trabalho para o mercado de maneira rápida, superficial e pouco onerosa aos cofres públicos, considerada como gasto e não como investimento pela lógica neoliberal. Como se pode observar no que descreveram, no tocante à prestação da educação superior pública, Cislaghi e Silva (2012, p. 498):

(...) significa uma redução da qualidade defendida pelos movimentos sociais e inscrita na Constituição de 1988, que é calcada na indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Também não garante princípios pedagógicos básicos, como o ensino presencial, condições infraestruturais adequadas, professores suficientes (CISLAGHI e SILVA, 2012, p. 498).

O não cumprimento do papel social da educação pública pelo Estado também desqualifica e descaracteriza a educação enquanto direito social de caráter universal. Já que, esta política não se resume apenas a oferta de ensino público básico gratuito às classes trabalhadoras, mas como consta na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional: “art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”(BRASIL, 1996).

O papel social da instituição escolar é bastante amplo e importante na formação e reprodução nas diferentes classes sociais, como destaca Nogueira (2016, p. 46):

Uma das formas de produção, reprodução e divulgação do conhecimento reside nas instituições escolares. Convém destacar que a escolarização, além de se ocupar com o conhecimento já produzido e acumulado pela humanidade, possui outras funções, tais como: o desenvolvimento integral dos estudantes, a preparação para o trabalho e a convivência em sociedade. (NOGUEIRA, 2016, p. 46).

Ratificando a abrangência e a importância da educação no processo de formação do ser humano na sociedade e sua vinculação às diferentes etapas da vida pessoal e profissional do indivíduo.

Pode-se considerar para a discussão sobre a migração e assistência estudantil, a hipótese explicativa apresentada por Raftery e Hout (1993), que quando certo nível educacional é saturado pelas classes socioeconômicas privilegiadas, as desigualdades tendem a minimizar entre as diferentes classes, o que promove um maior acesso das classes trabalhadoras aos níveis de educação que para as classes dominantes não são mais diferenciais para ascensão social.

A ampliação da procura por educação superior é uma das tendências centrais na sociedade contemporânea. Entre os fatores que tem contribuído para este processo destacam-se a valorização do conhecimento científico, a defesa dos direitos sociais (mais educação), a aspiração das famílias por mobilidade social através da educação, a necessidade de aquisição por mais competências para enfrentar o mercado de trabalho, etc (NEVES, RAIZER E FACHINETTO, 2007, p. 143).

A cultura da política educacional como único meio de ascensão social, está atrelada a crença da dedicação e do esforço individual no processo de apreensão de conhecimentos, desconsiderando todo o contexto histórico-político e socioeconômico em que se manifesta a educação para as diferentes classes sociais na dinâmica contraditória das relações sociais na sociedade capitalista e contribui com a lógica de desresponsabilização do Estado pela gerência e execução da política de educação.

Cenário este que compreende a totalidade em que está inserido o estudante migrante e em que se concebe a importância da Assistência Estudantil nas universidades públicas. Pois deve-se considerar que as contradições existentes na realidade social, foram produzidas e são reproduzidas ao longo da sociedade capitalista, manifestadas e agravadas em âmbito individual, essencialmente aqueles não pertencentes às classes detentoras de poder político e econômico. Simplifica-se, assim, os problemas sociais inerentes ao modo de produção capitalista a questões particulares dos sujeitos, como se tivessem início e fim na vida privada de cada ser social.

Eis por que a estrutura das oportunidades objetivas de ascensão social em função da classe de origem, e, mais precisamente, a estruturas das oportunidades de ascensão pela Escola, condiciona as disposições que contribuem por sua vez de maneira determinante para definir as oportunidades de acesso à Escola, de aderir as suas normas e nela ter êxito, e, por conseguinte as oportunidades de ascensão social. Assim, a probabilidade objetiva de ter acesso a tal ou qual ordem de ensino que está ligada a uma classe constitui mais que uma expressão da desigual representação das diferentes classes na ordem de ensino considerada, simples artifício matemático que permitiria apenas avaliar de maneira mais precisa ou mais expressiva a ordem de grandeza das desigualdades; é uma construção teórica que fornece um dos princípios mais poderosos da explicação dessas desigualdades: a esperança subjetiva que conduz um indivíduo a se excluir depende diretamente das condições determinadas pelas oportunidades objetivas de êxito próprias à sua categoria, de modo que ela se inclui entre os mecanismos que contribuem para realização das probabilidades objetivas (BOURDIEU e PASSERON, 1992, p. 166).

Coexistem duas linhas de efetivação da política de educação, uma para os jovens de famílias de classes com maior poder aquisitivo e posicionamento social privilegiado e outra para a maior parte da população, desenvolvida sem prioridades pelo Estado com o intuito apenas de promover a formação profissional das massas para empregos com menores exigências de habilidades e conhecimentos e, conseqüentemente, com menores salários e maior concorrência de indivíduos aptos a preencherem as vagas que necessita o mercado de trabalho.

O sistema educacional brasileiro é caracterizado, desde suas origens, pela dualidade estrutural que dispõe de um sistema que destina aos filhos da classe trabalhadora uma educação puramente técnica, para a inserção imediata no mercado e para a reprodução da acumulação capitalista, enquanto à elite é ofertada uma formação intelectual visando à formação de dirigentes (GÓIS, RIBEIRO e MOTA, 2019, p. 03).

Essa fragmentação do ensino às diferentes classes sociais é fruto da lógica desigual de acumulação, em que a maior parcela da sociedade tem sua participação no processo produtivo

a partir da venda e exploração de sua força de trabalho, que para cooperar com o aumento, sempre crescente, das taxas de lucros, deve ter custos baixos e executar atividades laborais em que não se há exigências de certas habilidades intelectuais, deixando-se este papel para a minoria social pertencente às classes com maior poder econômico e social que irão ocupar cargos de gerenciamento e direção.

Destaca-se que não é de interesse do capital que as classes trabalhadoras tenham acesso à educação na sua forma plena, como forma de um processo de construção de uma consciência crítica, mas sim como forma de repasse de informações para uma formação técnica com intuito de atender as necessidades do mercado.

No caso do ensino médio e da educação profissional, essa visão dual ou fragmentada expressa-se, historicamente, desde a Colônia, pela reprodução das relações de desigualdade entre as classes sociais, na separação entre a educação geral, como preparação para os estudos superiores, e a preparação imediata para o mercado de trabalho, funcional às exigências produtivas (CIAVATTA e RAMOS, 2011, p. 28).

E a educação superior também vai sendo estruturada como mecanismo de coesão social, como resposta e instrumento de superação da pobreza, no viés ideológico que favoreça o sistema de produção capitalista e na perspectiva de meritocracia e de superestimação como único meio de ascensão social da classe que vive do trabalho. Fortalecendo a reprodução das desigualdades sociais também no espaço educacional e evidenciando-se que a contradição existente na base estrutural da sociedade capitalista se faz presente nas suas diversas formas de relações sociais.

O esforço pessoal e familiar para se conseguir vagas e manter os filhos na escola se faz na perspectiva de um futuro mais promissor que signifique alocação no mercado de trabalho com melhor remuneração. A educação é tida, assim, como mecanismo de mobilidade social, embora, a realidade empírica, no Brasil, evidencie que a relação entre educação e melhoria das condições de vida é mais complexa, o que exige uma análise atenta de alguns problemas que a impedem de ser efetivamente este vetor de mudanças e melhoria (CASTRO, 2009, p. 243).

Esse entendimento, sobre a lógica de reprodução das desigualdades sociais na educação, a supervalorização desta política como solucionadora dos problemas de ordem social na vida do indivíduo e com a condução do capital na dinâmica das contradições das relações sociais a que se submetem às classes trabalhadoras, são basilares para a contextualização do movimento social de migração estudantil e de seus fatos geradores e desdobramentos que abrangem a toda problemática dessa situação.

2.4 TRAÇOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA SOCIEDADE BRASILEIRA

No Brasil, o início da trajetória histórica da educação superior surgiu com a vinda da família Real para o país, o que ocasionou um impulso para a criação de faculdades isoladas e de cunho profissional, como apresenta Kowalski (2012, p. 38):

Com a chegada da Família Real (refugiada de Portugal) ao Rio de Janeiro em 1808, foi instalada a Academia da Marinha e os cursos de anatomia e cirurgia. A estratégia do Reinado de Dom João VI centrava-se em manter em Coimbra (Portugal) a verdadeira Academia, sendo o curso mais influente o Direito, e também, era para onde a elite brasileira encaminhavam seus filhos para estudar. Portanto, a educação brasileira do século XIX foi essencialmente destinada à preparação de uma elite e não do povo. Era a erudição ligada ao *status* social, prestigiada pela vida na Corte, pelas atividades públicas, pelo regime parlamentar, em que a retórica era necessária. Era um contraste gritante com a quase total ausência da educação popular (KOWALSKI, 2012, p. 38).

A educação superior realizada na época retratava os interesses da classe dominante, em ofertar esse nível de ensino apenas para os sujeitos que detinham posições de destaque social, não existindo o ideário de que esta seria também uma demanda do restante da sociedade.

Como destaca Martins (2002):

Até a proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito além de garantir prestígio social (MARTINS, 2002, p. 04).

O percurso histórico que segue, segundo Martins (2002), é o de investimento da iniciativa privada, juntamente com as instituições confessionais, com o objetivo de qualificar a força de trabalho para o atendimento das necessidades do mercado, não se fazendo presente até o período da década de 1930, normatizações e investimentos nessa área que tivessem o objetivo de garantir esse nível de ensino à população trabalhadora.

Nesse período, também ganha efervescência o movimento em favor da criação de universidades públicas, com intuito de realizar a dualidade entre ensino e pesquisa no meio acadêmico. Como aponta Kowalski (2012, p. 38), “a criação das primeiras *universidades* brasileiras decorreu do movimento de uma restrita intelectualidade nacional, na década de 1920, no sentido de modernizar o sistema educacional”.

Tem-se início, em meio a categoria crítico-científica, a proposição sobre a funcionalidade da educação superior na sociedade e a responsabilidade do Estado em garantir um espaço para o desenvolvimento das diferentes áreas do conhecimento da ciência.

Como afirma Martins (2002):

Foi com base nestes debates que o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu (em 1931) ampla reforma educacional, que ficou conhecida como Reforma Francisco

Campos (primeiro Ministro da Educação do país), autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades, inclusive a cobrança de anuidade, uma vez que o ensino público não era gratuito. A universidade deveria se organizar em torno de um núcleo constituído por uma escola de Filosofia, Ciência e Letras. Embora a reforma representasse um avanço, ela não atendia a principal bandeira do movimento da década de 1920 por não dar exclusividade pública ao ensino superior além de permitir o funcionamento de instituições isoladas (MARTINS, 2002, p. 05).

Acrescenta-se a partir de Durham (2010, p. 52) que:

As duas primeiras verdadeiras universidades foram criadas na década de 1930, no governo Vargas: a Universidade de São Paulo, pelo governo estadual, e a do Rio de Janeiro, pelo governo federal. A criação das universidades não destruiu o sistema anterior, preservando suas marcas de origem: em primeiro lugar, o grande peso da tradição de escolas de formação profissional, as quais, quer em escolas isoladas, quer incluídas nas universidades, permaneceram como a referência básica para cursos superiores (DURHAM, 2010, p. 52).

Depreende-se que houve uma ação concreta do Estado na regulamentação da estruturação da educação superior. No entanto, o interesse das classes hegemônicas era o de expansão do capital, por meio de formação de força de trabalho em cursos profissionais que atendessem a dinamicidade do mercado, nas devidas proporções em que se exigia a demanda e com diferenciada prestação e acesso ao ensino para as diferentes classes sociais, o que não considerava a função social da universidade em ser um espaço democrático de criação e repasse de conhecimentos para a sociedade (DURHAM, 2010; KOLWASKI, 2012 e MARTINS, 2002).

O que representava a desigualdade social no acesso às universidades, pelos limites impostos às classes trabalhadoras quanto ao ingresso nas universidades, por razões como: o formato do processo de acesso à educação superior condicionado à área do curso realizada no ensino secundário, pela dificuldade de aprovação no exame seletivo decorrente das deficiências na qualidade dos ensinos anteriores e pelas condições objetivas de concorrência ao acesso a esse nível de ensino, que considerando a realidade social dos sujeitos pertencentes a essas classes, esbarra nos obstáculos decorrentes das manifestações da questão social com as quais conviviam no decorrer de toda formação enquanto ser social (DURHAM, 2010).

Diante desse contexto, também surgem as primeiras ações regulamentadas de assistência aos estudantes pobres dentro das universidades:

Nos anos de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência do país, um dos fatores de maior relevância para a reorganização da sociedade brasileira, passou a ser a valorização das questões relacionadas à educação. Para tanto, entendia-se que a reforma da educação e do ensino era uma das medidas emergenciais a ser tomada. Em 1931, buscou-se a organização de uma política nacional de educação com diretrizes gerais e subordinação dos sistemas estaduais. Cabe destacar que, nessa época, ocorreu a primeira manifestação de reformar o ensino superior e, conseqüentemente, a primeira tentativa de regulamentar a assistência para estudantes nesse grau de ensino (KOWALSKI, 2012, p. 87).

Tais ações eram desenvolvidas com intuito de favorecer a permanência dos estudantes nas universidades, no sentido de facilitar o acompanhamento dos cursos e fornecer uma estrutura material mínima para os comprovadamente pobres. Tendo-se como principais ações a disponibilização de Casas do Estudante e restaurantes no entorno das universidades (BORSATO, 2016).

No campo da Assistência Estudantil, esse período também se caracterizou pela previsão legal de apoio ao estudante, que resultou nas instituições de provimento direto ou mesmo na facilitação, por algum meio indireto, da moradia estudantil e na garantia de alimentação subsidiada, por via de regra, mediante os restaurantes universitários (BORSATO, 2016, p. 41).

Tem-se como marco inicial da Assistência Estudantil na trajetória histórica da educação superior brasileira o Decreto n° 19.850 de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação e o Decreto n° 19.851 de 1931, que criou o Estatuto das Universidades, tais regulamentações favoreceram o desenvolvimento das primeiras ações de Assistência Estudantil.

Art. 100. Os professores das universidades poderão organizar uma associação de classe, denominada "Sociedade dos Professores Universitarios", que terá como presidente o respectivo Reitor, e na qual serão admitidos os membros do corpo docente de qualquer instituto universitario. § 1º A sociedade dos professores universitarios destina-se: 1º, a instituir e effectivar medidas de previdencia e beneficencia, que possam aproveitar a qualquer membro do corpo docente universitario; 2º, a effectuar reuniões de character scientifico, para communicações e discussões de trabalhos realizados nos institutos universitarios; (...) § 2º A sociedade de que trata este artigo terá as seguintes secções: I - Secção de beneficencia e de previdencia; (...) § 3º Para effectivar as providencias relativas á primeira das secções acima referidas, será organizada a "Caixa do Professorado Universitario", com os recursos provenientes de contribuição dos membros da Sociedade, de donativos de qualquer procedencia e de uma contribuição annual de cada um dos institutos universitarios fixado pelo Conselho Universitario. § 4º As medidas de providencia e beneficencia serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitarios, e nellas serão incluídas bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recommendem, pela sua applicação e intelligencia, ao auxilio instituído (BRASIL, 1931).

Em seguida, ainda na década de 1930, o governo cria a União Nacional dos Estudantes (UNE) e concede a Casa do Estudante, no Rio de Janeiro, para a sede administrativa desta associação, como descreve Kowalski (2012, p. 87):

Essa foi talvez uma estratégia do governo de construir uma instituição despolitizada e, para isso, a Casa do Estudante do Brasil seria a sede administrativa, responsável em promover a assistência jurídica, bolsas, empregos, biblioteca, saúde e residência. Havia também a proposta, que não foi aprovada, de uma universidade mais aberta, por meio da diminuição das taxas cobradas aos alunos matriculados, consideradas muito elevadas, as quais geravam uma seleção baseada em nível de renda (socioeconômico) e não no mérito acadêmico (KOWALSKI, 2012, p. 87).

A configuração de ações de Assistência Estudantil e da construção da UNE, enquanto espaço de discussões dos direitos dos estudantes, foram importantes para a concretização de certas ações voltadas a cobrança e ao atendimento das demandas sociais da pequena parcela das

classes trabalhadoras que conseguiam acessar os espaços universitários, mesmo que condicionadas a ideia do mérito e da comprovação da situação de pobreza.

Em meio ao cenário político de um governo centralizador e autoritário, a comunidade acadêmica fortalece suas mobilizações na luta pela ampliação da educação superior pública e pela aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que abrange a todos os níveis de ensino e inclusive a assistência aos estudantes pobres.

O período de 1945 a 1968 assistiu à luta do movimento estudantil e de jovens professores na defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública. Estava em pauta a discussão sobre a reforma de todo o sistema de ensino, mas em especial a da universidade. As principais críticas ao modelo universitário eram: a instituição da cátedra, a compartimentalização devida ao compromisso com as escolas profissionais da reforma de 1931 (que resistiam à adequação e mantinham a autonomia), e o caráter elitista da universidade (MARTINS, 2002, p. 05).

A educação superior desse período coaduna com o momento histórico vivido pelo país, em que a elite católica possuía bastante poder no cenário político nacional e as mobilizações sociais ganharam força, principalmente em decorrência do movimento migratório rural-urbano decorrente do desenvolvimento tecnológico e aumento de produtividade, que gerou uma concentração de trabalhadores nos grandes centros urbanos do país com demanda por força de trabalho nas indústrias e nos setores de serviços (KOWALSKI, 2012 E MARTINS 2002).

Cenário este, que desencadeou mudanças na dinâmica social. As classes trabalhadoras que antes viviam no campo, passaram a migrar em busca de oportunidades de emprego, gerando uma situação de miserabilidade de parte da população, decorrente de um aumento da força de trabalho disponível e uma população ociosa sem meios de arcar com sua subsistência (NETTO E BRAZ 2006).

O que favoreceu a união e o movimento das classes trabalhadoras na luta por seus direitos, exigindo-se maior presença do Estado por meio de políticas públicas, desencadeando grande participação dos movimentos sociais de trabalhadores e estudantes no cenário político nacional, a partir dos anos 1970 (BEHRING E BOSCHETTI, 2016).

Como podemos citar o acesso às universidades nesse período, ainda era algo raro e de difícil acesso para jovens de baixa renda, que vivenciavam uma realidade em ter que trabalhar para arcar com suas sobrevivências, o que concorria com o tempo que deveria ser destinado para sua educação e também por ser esta, principalmente na rede pública, ser ofertada de forma precária e voltada a formar uma mão de obra com pouca qualificação que atendesse rapidamente aos anseios do mercado à época.

A autora Arretch (2015, p. 04) traz um cenário geral da população brasileira e o nível de desigualdades na escolarização dos indivíduos na década de 1970:

Mais de três quartos da população brasileira era funcionalmente analfabeta, isto é, tinha somente até três anos de estudo. Apenas 20% dos jovens entre 12 e 15 anos completavam quatro anos de estudos. A universidade era um ambiente restrito aos homens brancos oriundos dos estratos superiores. A desigualdade entre brancos e não brancos já começava no acesso aos bancos do ensino fundamental (ARRETCHE, 2015, p. 04).

As desigualdades sociais são, historicamente, reproduzidas no âmbito educacional, por meio da oferta de vagas e do acesso aos serviços diferenciados para cada classe social, em que maiores investimentos e viabilização de conhecimentos com maior complexidade são realizados com objetivos de atingir certa parcela da população pertencente às classes mais privilegiadas (MARTINS, 2002).

E que vai de encontro a ideia de educação como fator de emancipação humana, pois acaba sendo realizada com o objetivo de repasse de conhecimentos para qualificar o indivíduo a executar certa atividade profissional, que de acordo com a classe social a que pertença, terá um maior ou menor nível de complexidade. O que representa o movimento contraditório das relações sociais, em que o interesse do capital é o que prevalece frente ao das classes trabalhadoras.

No tocante a luta social pela democratização do ensino superior, Martins (2002, p. 05) relata que “o regime militar iniciado em 1964 desmantelou o movimento estudantil e manteve sob vigilância as universidades públicas, encaradas como focos de subversão, ocorrendo em consequência o expurgo de importantes lideranças do ensino superior e a expansão do setor privado (...)”.

A educação superior não obteve um cenário favorável à sua consolidação enquanto universidade pública cumprindo seu papel social de ensino, pesquisa e extensão com participação das diferentes áreas do conhecimento e acessível a diferentes classes sociais na prática. Mas, já na área normativa, de acordo com Martins (2002, p. 05), a Reforma de 1968 contemplou algumas das propostas do movimento estudantil:

1- instituiu o departamento como unidade mínima de ensino, 2 – criou os institutos básicos, 3 – organizou o currículo em ciclos básico e o profissionalizante, 4 – alterou o exame vestibular, 5 – aboliu a cátedra, 6 – tornou as decisões mais democráticas, 7 – institucionalizou a pesquisa, 8 – centralizou decisões em órgão federais. A partir de 1970, a política governamental para a área foi estimular a pós-graduação e a capacitação docente (PICD) (MARTINS, 2002, p. 06).

A educação superior seguiu crescendo quanto ao número de instituições privadas, em maior proporcionalidade do que as instituições públicas, no entanto, conseguiu-se alcançar no setor público fomentos na viabilização da ciência e da pós-graduação (KOWALSKI, 2012).

O governo militar da época acreditava no crescimento econômico que as criações de tecnologias no país, por intermédio do conhecimento produzido nas universidades, poderiam

gerar impactos no desenvolvimento nacional. Como destaca Kowalski (2012, p. 90), “O governo militar sabia da alta rentabilidade econômica que o ensino superior poderia trazer em longo prazo para o país e, por isso, destinou a meta de racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade.

Nesse contexto histórico, na educação básica tem-se a aprovação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que apresentou modificações na organização do ensino do primeiro e segundo grau no Brasil. Tornou o ensino profissionalizante obrigatório no nível de segundo grau e ampliou o tempo mínimo de educação de quatro para oito anos, com o objetivo de atender a demanda do grande capital de oferta de uma mão de obra funcional e adequada às exigências do mercado de trabalho.

Outra perspectiva existente por trás dessa modificação no ensino público, era a de que se mantivesse um número mínimo de indivíduos ingressantes no ensino superior, por meio de uma oferta curricular do segundo grau já suficiente para a inserção dos concludentes das classes médias e baixas ao mercado de trabalho. E que não exigiria do governo volumosos investimentos, com a ampliação de universidades públicas, e acarretaria na viabilização ao mercado de trabalho de uma força de trabalho com certo nível de habilidades técnicas necessárias a empregos com pagamentos de baixos salários, concebida por meio de uma formação não onerosa aos cofres públicos e em menor espaço de tempo.

Essa organização do ensino também passou a ser a trava do acesso das classes mais vulneráveis, do ginásio para o ensino superior, por meio do exame de vestibular. Até que, ao decorrer dos anos, a classe média passou a perceber que um dos degraus de ascensão social seria por meio do diploma em cursos universitários, o que desencadeou no seio desses segmentos sociais um movimento de pressão ao Estado por medidas de ampliação ao ingresso no ensino superior dos estudantes oriundo de famílias de classe média. Como aponta Bourdieu (2003):

Ora, vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais. Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores àqueles de um jovem de classe média (BOURDIEU, 2003, p. 41).

Tal cenário é compreendido pela desigualdade social que é reproduzida no âmbito da política de educação, em que estudantes provenientes de escolas públicas não possuem a mesma qualidade e condições de ensino que são ofertadas na rede particular, para estudantes provenientes de famílias com maior poder aquisitivo. Tem-se o entendimento que essa é uma questão ampla e que não se pode incorrer na generalização ou na dicotomia entre o ruim e o

bom, pois temos ainda instituições de ensino público que funcionam e conseguem realizar uma boa prestação de serviço educacional para a comunidade, certamente, por meio de profissionais extremamente competentes, que enfrentam diversos limites diários para o exercício do seu trabalho.

Quando o período de Regime Militar se encerra no país e a efervescência das mobilizações sociais por conquistas de políticas públicas de caráter universal tomam conta do cenário nacional, a economia brasileira encontra-se permeada por dívidas externas a serem pagas com juros altíssimos e diante de um cenário internacional de crise financeira dos países de economias centrais (BEHRING E BOSCHETTI, 2016).

O que requer do Estado uma postura de subordinação que atenda às pressões dos Organismos Financeiros Mundiais no sentido frear os gastos com a área social e moldar-se a dinâmica da competitividade do comércio internacional, com flexibilização do câmbio, abertura do mercado interno para empresas transnacionais, dentre outras medidas político-econômicas.

O processo de redemocratização do país, que culminou na elaboração da Constituição Federal de 1988, também foi espaço de disputa entre as classes sociais, que tiveram no texto da Carta Magna, a representação de alguns dos interesses de diferentes segmentos sociais, como afirma Behring e Boschetti (2016, p. 142),

O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de “Constituição Cidadã”, de Ulisses Guimarães. Mas manteve fortes traços conservadores, como ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil (...), a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias, e na ordem econômica (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 142).

O Brasil seguiu para um processo de redemocratização com grandes avanços para a legislação social, levando em consideração a perspectiva da política social no âmbito da cidadania e garantia de direitos, respaldados principalmente no corpo do texto da Constituição Federal de 1988, o que representou conquistas em relação aos direitos dos trabalhadores, a educação e a cobertura da Seguridade Social, por meio do conhecido tripé de três políticas sociais: saúde, assistência social e previdência social.

Regulamentadas posteriormente por intermédio da Lei Orgânica da Saúde, nº 8.080 de 19 de setembro 1990, da Lei que estabelece plano e benefícios da Previdência Social, nº 8.213 de 24 de julho de 1991, e da Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que padronizaram o funcionamento dessas políticas a nível nacional, com cobertura universal no atendimento da população, no caso da saúde pública, aos que são passíveis de

contribuição, no caso da previdência social e aos que não dispõem dos recursos necessários para sua sobrevivência, no caso da assistência social.

E a Educação foi normatizada enquanto direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vista ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205).

Porém, tais conquistas sociais logo sofreram estagnações com a expansão do ideário neoliberal, a partir dos anos 1990, que ganhou força, após a década de 1980 ser considerada como a década perdida no tocante a economia, e que apresentou um cenário de poucos investimentos, estagnação no crescimento, grande endividamento e efervescência das expressões da questão social.

A partir da conjuntura externa de um novo ciclo de crise econômica, que atinge principalmente os países de capitalismo central, tem-se um movimento no sentido da emergência, na dinâmica político-econômica, e um realinhamento dos governos dos Estados nacionais para o modelo de Estado Liberal.

Em meio a essa lógica, enquadram-se também os estudantes migrantes, público-alvo deste trabalho, que vivenciam uma realidade com precárias condições materiais para seu sustento e com um nível de conhecimento repassado, durante o ensino básico em escola pública, que não oferece garantia de enfrentamento da concorrência para o acesso ao ensino superior, e que, possuem como única opção para ingresso na universidade, a migração, principalmente para cidades afastadas dos grandes centros, com menor taxa de concorrência e de nível de conhecimento para o acesso a graduação, por ser este o único caminho que vislumbram para uma ascensão social, já que vivem em uma realidade de escassez material e desprovimento de demais políticas sociais.

Difunde-se e se fortalece a crença de que os indivíduos das classes trabalhadoras não se esforçam o bastante para alcançarem o seu sucesso na educação superior, e que, portanto, perpetuam-se nas classes baixas e em condições de empregabilidade precárias, pela sua pouca dedicação aos estudos, argumentação esta que superestima a educação como instrumento de resolução das manifestações da questão social na vida do indivíduo e que culpabiliza-o por não priorizar seus rendimentos e tempo para a aquisição de conhecimentos.

A educação e o conhecimento como bens, portanto, são falaciosos e não estão acessíveis a todos. Muito ao contrário disso. O acesso e a qualidade da educação permanecem atravessados pela condição de classe do educando: quanto mais precárias suas condições de vida e trabalho, mais fragilizadas suas possibilidades de aprendizagem (LESSA, 2013, p. 109).

Toda essa lógica é consoante com o objetivo primordial do sistema capitalista do aumento da taxa de lucro, em que a educação se torna uma questão de âmbito individualizante e, conseqüentemente, um bem rentável ao capital.

As ações do Estado, na dinâmica da correlação de forças, tanto no atendimento das demandas das classes trabalhadoras como das classes dominantes, serão voltadas para fortalecer os interesses hegemônicos. Mesmo que em alguns momentos históricos se tenha uma ampliação ou retração na atuação do Estado na condução dos processos dinâmicos e contraditórios das relações sociais, o que sempre se encontra em jogo não é a distribuição da riqueza socialmente produzida, ou a emancipação do ser humano ou a promoção de qualidade de vida para as classes trabalhadoras, mas a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e da acumulação do capital.

As crises do sistema capitalista, provenientes da própria estrutura de manutenção do modo de acumulação de riqueza, também irão afetar outras dimensões da vida social, que não seja somente materiais e que digam respeito a economia, mas a política, a cultura, a educação, os valores e demais aspectos que fazem parte da dinâmica da sociedade capitalista.

O que permite constatar que as mudanças que ocorrem na organização das políticas sociais, dentre elas as educacionais, são decorrentes dos processos de modificações no cerne do modelo de acumulação do capitalismo, em seus encerramentos de ciclos para saídas de crises e abertura de novo ideário para condução de toda a estrutura social.

Neste sentido, lembramos que o capital, em especial na contemporaneidade, não pode prescindir da educação por diversos fatores, dentre os quais destacamos: seu imenso potencial de otimização da produtividade e do lucro, sua capacidade de potencializar avanços tecnológicos, bem como suas possibilidades de formar nichos produtivos importantes para o capital e para a ordem vigente (LESSA, 2013, p. 108).

No Brasil, as reformas substantivas na política educacional estiveram diretamente associadas ao padrão da dinâmica econômica. Até o início dos anos 1990, a empregabilidade no país era de pleno emprego para a formação na educação superior. O desemprego estava reservado para a força de trabalho com formação simples.

O que se denomina de modernização conservadora, que se iniciou com o governo de Collor de Mello (1990-1991) e seguiu-se no de Itamar Franco (1992-1994), recrudescu no de FHC (1995-2002). Nesse período, em especial no Governo FHC, efetivou-se uma série de ajustes estruturais e fiscais ou de reformas orientadas para o mercado. No octênio FHC, ocorreram as principais conducentes à reconfiguração das esferas pública e privada, no âmbito do Estado, assim como da educação superior (SGUISSARDI, 2006, p. 1026).

A partir de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, com a reestruturação produtiva, inovações tecnológicas e avanço do Estado neoliberal, o contexto de pleno emprego para trabalhos complexos começa a desempregar também a população com ensino superior, o

que exige uma nova regulamentação da política educacional, por meio da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)¹⁸, de avaliação de larga escala e de gestão dos processos educacionais.

Em meio a este cenário político-econômico a demanda do mercado internacional e, conseqüentemente, nacional era pela profissionalização da força de trabalho em um curto espaço de tempo e com reduzidos investimentos, diante de uma efervescência social que cobrava a viabilização de seus direitos pelo Estado, dentre eles o acesso à educação superior as classes trabalhadoras, que viviam um período de aumento da taxa de desemprego, decorrente do cenário de crise econômica mundial.

O que abre um novo cenário para o acesso e expansão ao ensino superior no país como espaço que vem a ser ocupado gradativamente pelas massas e que segue diretrizes regidas por organismos internacionais como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional no contexto de mundialização do capital. Percebe-se o aspecto histórico que se repete no movimento de contenção e expansão do ensino público superior de acordo com os interesses do capital, o que configura a importância da categoria historicidade presente na análise da totalidade da educação brasileira.

2.5 TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

As desigualdades sociais, no contexto histórico da sociedade brasileira também se refletem nas desigualdades de acesso e permanência no ensino superior da população das classes trabalhadoras. A trajetória histórica da Assistência Estudantil assemelha-se ao movimento de correlação de forças pelo qual se configurou as políticas sociais no Brasil.

Qual terá sido, afinal, a experiência pioneira, a partir da qual veio a se construir a rica trajetória da assistência estudantil no país? A leitura dos textos disponíveis sobre os caminhos traçados pelas ações de assistência aos estudantes brasileiros dá margem, de fato, a mais indagações do que certezas... (ANDRÉS, 2011, p. 03).

¹⁸ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica (Fonte: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>).

Com base na reflexão de Andrés (2011, p. 03), pode-se analisar que as primeiras ações conhecidas a respeito da assistência aos estudantes de ensino superior encontravam-se pulverizadas sob o gerenciamento individual de cada instituição e que tinham como foco a moradia, saúde e a alimentação dos alunos. Sendo realizadas por meio da disponibilização de residências e restaurantes universitários custeados com parte dos recursos públicos destinados às universidades e a partir de destinações provenientes de taxas pagas pelos próprios alunos, não contando com o reconhecimento, por parte do governo federal, como uma política essencial para a permanência dos estudantes das classes trabalhadoras nos cursos de graduação.

As universidades, de modo geral, realizavam a assistência estudantil com recursos próprios oriundos das então chamadas taxas acadêmicas pagas pelos estudantes (matrículas e outras), portanto, insuficientes. A Secretaria Nacional de Casas de Estudantes já havia ocupado o espaço do Fórum e colocado as suas reivindicações para que as Universidades construíssem novas moradias estudantis. Assim, os desafios eram grandes, mas, minimizados na articulação e troca de experiências entre as diversas Pró-Reitorias das universidades federais no FONAPRACE. Nesse espaço, os dirigentes, entre professores e técnicos administrativos, discutiam as dificuldades e traçavam estratégias de encaminhamentos para execução em suas Unidades (SANTO *apud* ANDIFES, 2012, p. 47 e 48).

Percebe-se que a assistência estudantil era desenvolvida de forma pontual, optativa e restritiva com pouca relevância à agenda da gestão pública, e conseqüentemente no repasse de recursos públicos para seu investimento.

A partir do processo de expansão das IFES é que foram se aprofundando as discussões sobre a temática da Assistência Estudantil em espaços coletivos, por meio de representantes de movimentos sociais como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento da Casa de Estudantes e o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Tais movimentos conseguiram fortalecer o debate e articulações, em meados da década de 1980, que culminaram na abertura de espaço à assistência estudantil na agenda das políticas sociais e educacionais.

A assistência estudantil foi fruto da luta conjunta dos sujeitos coletivos da comunidade acadêmica: estudantes, profissionais e gestores da Assistência Estudantil, na corrida pela regulamentação, não sucateamento e por mais investimentos na área. Como pode ser observado nos relatos apresentados pela Revista Comemorativa 25 anos FONAPRACE:

Ainda segundo Leonel e Carmen, várias reuniões ocorreram com a União Nacional de Estudantes – UNE, com Diretórios Centrais de Estudantes – DCEs das Universidades e também com a Secretaria Nacional de Casas de Estudantes – SENCE. Os universitários perceberam que o FONAPRACE lutava pelas mesmas reivindicações em relação ao espaço e o fortalecimento da AE. “Assistência estudantil: uma questão de investimento”. Esta frase passou a ser uma espécie de bandeira do FONAPRACE para que se firmasse a AE como uma importante e fundamental ferramenta no processo ensino-aprendizagem (ANDIFES, 2012, p.21).

Em meio a esse contexto de lutas, reivindicações e ampliação da visibilidade e do papel da Assistência Estudantil, o FONAPRACE desenvolveu um trabalho de realização de pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das IFES, a partir do ano de 1996, com intuito de investigar e conhecer a realidade social de seus alunos e como importante instrumento para a defesa da priorização de investimentos para a permanência dos alunos oriundos das classes trabalhadoras.

Além do diagnóstico mais preciso para definição de políticas públicas, a defesa da universidade pública, em geral, e da Assistência Estudantil, particularmente, depende de um rigoroso conhecimento de sua realidade social. Quem é o seu público? Qual é a matéria prima sobre a qual ela se dirige? Qual a composição social das IFES brasileiras? (ANDIFES, 2018, p. 02).

Em vista da efetivação da Assistência Estudantil enquanto política pública, a promoção dos debates, pesquisas e empenho de esforços dos atores sociais da comunidade acadêmica das IFES, é que no ano de 2007 alcança-se o reconhecimento e aprovação pelo Ministério da Educação (MEC) do Plano Nacional de Assistência Estudantil, que, posteriormente, veio a ser regulamentado por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil, e após modificações chega-se a sua atual versão no ano de 2010.

O MEC, considerando a assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como de sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos no ensino superior, instituiu, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Este foi um grande marco na história do FONAPRACE. Uma conquista para a Assistência Estudantil nas duas décadas de existência do Fórum (ANDIFES, 2012, p. 31).

Nesse sentido, investimentos financeiros foram realizados pelo governo federal e repassados às universidades para que pudessem gerenciá-los, corroborando com a autonomia universitária e para um melhor emprego dos recursos na efetivação da permanência de alunos pertencentes a famílias de baixa renda.

Faz-se oportuno aqui apresentar um pequeno histórico do repasse do financiamento público destinado ao atendimento da demanda da Assistência Estudantil nos últimos anos:

A partir de 2013, as universidades e Cefets ou financiavam a assistência com recursos próprios ou valiam-se do PNAES. Por seu turno, o PNAES dedicou, até 2016, volumes sempre crescentes para as políticas de permanência, saindo de R\$ 125 milhões em 2008, para pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2016, sofrendo todavia queda para R\$987 milhões em 2017 e R\$957 milhões em 2018 (ANDIFES, 2018, p. 03).

Pode-se considerar que os investimentos realizados coadunam com o cenário político e econômico ao qual perpassam as políticas sociais no país, que tiveram incrementos durante os governos dos presidentes representantes do partido dos trabalhadores (2003 – 2016), que desenvolveram políticas pautadas na linha da Terceira Via, que atendiam ao social, mas que

não desviavam a obediência aos pressupostos neoliberais, seguidos da queda do financiamento, a partir de 2016, período de impasses na política nacional, que culminou na destituição política da presidente Dilma Rousseff, e recrudescimento da crise econômica.

Enfatiza-se que o ritmo e priorização de investimentos em políticas públicas educacionais e sociais é diretamente atingido pelos impasses e exigências da lógica de acumulação do mercado capitalista, demonstrando seu caráter secundário, terciário, ou seja, de menor importância para a elite política e econômica brasileira.

Analisa-se, desse modo, que o processo histórico de reconhecimento e regulamentação da Assistência Estudantil, como política essencial para a diminuição das desigualdades sociais, ocorreu em meio ao projeto político-econômico hegemônico de viés neoliberal, como já mencionado neste trabalho, que seguindo orientações do Banco Mundial, dever-se-ia ampliar o acesso ao ensino superior, principalmente nos países de economia periférica, para melhor qualificação da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento do grande capital, e não somente como meio de qualificação, formação e ampliação de conhecimentos aos cidadãos das classes subalternas. “Ou seja, fica claro o duplo objetivo: formar força de trabalho qualificada de acordo com as necessidades do modelo de acumulação e, ao mesmo tempo, buscar coesão social, ampliando as possibilidades de acesso ao ensino superior, mesmo que menos qualificadas” (CISLAGHI e SILVA, 2012, p. 495).

A realidade que configura a Assistência Estudantil nas IFES, no momento histórico contemporâneo, pode ser compreendida a partir do exposto pelos autores Cislighi e Silva:

(...) algumas universidades optam por bolsas: Bolsa Moradia, Bolsa Alimentação, Bolsa Transporte e Bolsa Permanência. Bolsas que diferem das acadêmicas pela sua característica eminentemente assistencial e focalizada. Essa lógica tira do debate a universalização da assistência estudantil por meio de ações como a ampliação de infraestrutura (moradia, restaurantes) das universidades associadas à ampliação de direitos, como o passe livre para estudantes universitários no transporte público, por exemplo (CISLAGHI e SILVA, 2012, p.503).

Compreende-se que a operacionalização do PNAES, por meio de repasses financeiros diretos aos estudantes, não contemplando as singularidades de cada sujeito e as diversidades regionais de cada instituição, não favorece o desenvolvimento da política de assistência estudantil de maneira ampla e universal, como requer a totalidade das expressões da questão social que envolve os estudantes atendidos e os que não conseguem ser atendidos pela Assistência Estudantil, por questões como a escassez de recursos financeiros, materiais e humanos.

A experiência brasileira recente de reformas na área social demonstra, uma vez mais, que as políticas sociais não podem tudo, muito menos sozinhas. Escapa às suas capacidades, desenhos e objetivos reverter ou mesmo reduzir níveis tão altos de pobreza e desigualdade quanto os apresentados pelo Brasil, quando o meio econômico

em que opera é o do baixo crescimento, de forte desemprego, de fragilização das situações de geração sustentada de renda e de restrições fiscais tão duras, situação que fragiliza a elas próprias, as políticas sociais, mesmo quando melhoradas e aperfeiçoadas por reformas (DRAIBE, 2002).

Nesse contexto, as IFES de maneira isoladas e apenas procedendo com a concessão de auxílios financeiros, voltados para sanar demandas imediatas, não conseguirão efetivar a Assistência Estudantil como política social, pois, o atendimento a indivíduos pertencentes a classes menos favorecidas pressupõe análises que exijam um trato multidisciplinar e interinstitucional, já que as políticas públicas são a única forma de acesso do cidadão a riqueza socialmente produzida. Ou então, tendera-se a perpetuar o ciclo de dependência econômica e social desses estudantes.

As singularidades em que a Assistência Estudantil está permeada não a faz ser apenas uma problemática da política de educação de nível superior, mas um espaço de atuação de toda rede socioassistencial.

A assistência estudantil configura-se no âmbito das políticas sociais tendo como finalidade a garantia do atendimento às necessidades básicas dos estudantes por meio de ações que favoreçam a proteção social, com intuito de promover o acesso, viabilizar a permanência e prevenir retenções e evasões dos acadêmicos das IFES.

Dessa forma, as ações da assistência estudantil devem ser pautadas considerando as diversas necessidades que permeia a condição de sobrevivência e de permanência dos discentes nas universidades, que vão além da situação financeira, e que é agravada por fatores como, dificuldade em adquirir material didático, baixo rendimento escolar, necessidade de cuidados com a saúde mental e física, dificuldades com transportes públicos para as universidades, necessidade de alimentação saudável, pouca experiência e oportunidades para adentrar ao mercado de trabalho, dentre outros.

2.6 CONFIGURAÇÃO DA EXPANSÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A fase de redemocratização do Estado brasileiro, marcada pelo fim do Regime Militar, pelas lutas por eleições diretas dos representantes de governo e pelo fim de legislações autoritárias, no período que vai do final da década de 1970 e decorrer da década de 1980, demarca a intensificação de visões críticas de grupos sociais sobre a desigualdade no país e dentro das universidades.

A conjuntura é intensificada pelos movimentos sociais em luta pela priorização da educação superior pública pelo Estado, que ocorre após o cenário histórico de “milagre

econômico”, em que se teve ampliação de vagas e expansão dos cursos de graduação no país, no contexto de atendimento às demandas do capital, de modo que a qualidade do ensino e os investimentos realizados eram de teor questionáveis por segmentos críticos da área. Como descreve Cavalcante (2000, p. 09), “paralelamente ao crescimento quantitativo, cresciam as críticas e os movimentos dos quais faziam parte intelectuais, educadores e estudantes, que discutiam e questionavam o rumo tomado pelo ensino superior brasileiro”.

Como destaca Oliveira (2013, p.293):

Observa-se que, nesse período, se amplia a produção teórica sobre o acesso ao ensino superior, destacando-se, sobretudo, os mecanismos de reprodução social presentes na sociedade. O ensino superior, de modo geral, é foco de inúmeras pesquisas e ensaios teóricos. Ganham relevância temas como: expansão/privatização do ensino superior, poder, democratização, acesso, autonomia, evasão, avaliação, formação de professores (educadores) etc. É bem verdade que esse incremento à pesquisa se insere na crise econômica, política e institucional que atravessa o país na década de 1980 (OLIVEIRA, 2013, p. 293).

Cenário este, de fortalecimento da esfera privada, tornando-se a educação uma mercadoria rentável ao grande capital e reduzida enquanto política e investimentos de Estado, conforme as orientações dos organismos multilaterais.

Como apresenta em números percentuais Cavalcante (2000, p. 11):

Olhando de outro ângulo, em 1974, quando o processo de expansão atingiu seu ponto mais alto, 63% das universidades eram públicas e 78% dos estabelecimentos isolados eram privados. Hoje, apenas 7% das universidades são públicas e 73% das instituições não-universitárias de ensino superior são privadas, ou seja, enquanto o número percentual de instituições não-universitárias privadas se manteve no patamar acima de 70%, o número de universidades públicas baixou para um patamar inferior a 10%, representando uma queda de 56%.

Os números demonstram que a educação superior privada, crescente no país em progressões bastante amplas, até o contexto atual, representa o caráter elitista desse nível de ensino e das barreiras de ordem socioeconômica existentes para o acesso e permanência das classes trabalhadoras nesse espaço.

Importante realizar referência aqui ao que o contexto socioeconômico em que ficou conhecido esse período histórico, a luz dos economistas:

A década de 1980 é considerada por muitos economistas como a “década perdida”, tendo em vista que o país não cresceu e que, por decorrência, houve um empobrecimento da classe média e, mais ainda, das camadas populares. Essa visão, no entanto, advém dos “liberalistas” que pretendem conduzir o país rumo à “economia de mercado” (OLIVEIRA, 2013, p. 293).

As citações apresentadas abordam o cenário sociopolítico de posicionamento divergentes dos atores sociais, em que as elites políticas e econômicas vislumbravam o período de redemocratização como um fracasso, enquanto que as classes trabalhadoras intensificaram as suas exigências na agenda das políticas sociais.

Silva (2003) ressalta que as medidas tomadas pelo governo federal, no que tange as políticas sociais e educacionais, vão de encontro ao contexto de mobilizações sociais por qual tem passado o país após seu processo de redemocratização. Sendo fielmente acatadas as orientações neoliberais, não apenas no âmbito da economia, mas principalmente na redução de gastos na área social:

Ainda dentro dos exemplos, relembremos os debates que antecederam a aprovação de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394/96, e os embates que resultaram na Lei n. 10.172, que regulamentou o Plano Nacional de Educação. Foram momentos em que o governo federal, apoiado pelos aliados e ancorado nos argumentos dos técnicos externos, desconsiderou o amplo debate, heterogêneo, que havia sido construído por associações, sindicatos e movimentos populares. Não houve, por parte do governo federal, nenhuma disposição em elevar os percentuais do valor aluno anual, tampouco se dispôs a elevar os salários dos profissionais da educação, mas, em contrapartida, favoreceu a expansão da educação média e superior pela via da privatização (SILVA, 2003, p. 296).

Em meio a este cenário de efervescência na mobilização social tem-se o movimento de expansão da educação superior, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) no sentido de priorizar a terceirização e a mercantilização do conhecimento. Nesse contexto tem-se maior amplitude às ações do Estado seguindo os pressupostos neoliberais difundidos pelos organismos multilaterais internacionais como: o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

É consensual que nos anos 1990 iniciou-se no Brasil, e de forma mais acentuada no governo de FHC, um processo de ajustamento do projeto político nacional à nova ordem mundial. Esse ajuste perpassava todas as esferas de ação do Estado, inclusive a educação superior, que passou a constituir-se em alvo de incisiva política oficial norteada pela ótica e racionalidade econômicas neoliberais (LEITE, 2015, p.20).

A complexa relação de subordinação dos países da periferia do capitalismo com os organismos multilaterais, que financiam empréstimos para os países tidos como subdesenvolvidos, com o argumento de promoção do desenvolvimento social e econômico desses Estados nacionais, mas como forma de apropriar-se da riqueza produzida em países da América Latina, baseia-se em uma dinâmica de autoritarismo posta pelos países de capitalismo central como descreve Silva (2003, p. 287):

Ao fixar um corpo de representantes como seu grupo de trabalho em determinada região, o Banco Mundial colhe diagnósticos de situações específicas, divulgando-os como modelos a serem seguidos. E mais, a sua presença diária permite uma constante avaliação do devedor, no que se refere a sua capacidade de pagamento da dívida, monitoramento e fiscalização quanto ao uso correto dos recursos, além de pressioná-lo para adotar comportamentos adequados aos princípios do Banco, mas lesivos para o país. Com estes procedimentos e com o discurso de colaboração, os técnicos passam

a monitorar e fiscalizar os empréstimos. A posse de diagnósticos locais permite que se apropriem das singularidades e as generalizem, e que se suprimam a história e a cultura da população local (SILVA, 2003, p. 287).

As determinações impostas aos aparelhos de Estado dos países de economias dependentes ocorrem de maneiras diretas, incisivas e sob pressão dos grandes capitais na adoção de medidas que privilegiam a acumulação capitalista destes, em detrimento de investimentos nas políticas sociais e educacionais, como forma de reter somas de dinheiro para os pagamentos de dívidas e juros das dívidas, sendo uma das formas de exploração da riqueza dos países dependentes, utilizando-se de direcionamentos ideológicos que não consideram o desenvolvimento social equitativo para estes Estados nacionais, mas o prevalecimento de medidas que dinamizam a economia internacional. Como apresenta Chaves (2016, p. 51):

O projeto de educação dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para os países periféricos do capital é caracterizado pelo aprofundamento da privatização, pela desnacionalização da educação, pela consolidação de um novo mercado educativo global, o que o caracteriza como sendo de cunho neoliberal (CHAVES, 2016, p. 51).

Em meio a esse contexto de reforma do Estado e adoção da lógica neoliberal para a condução das relações sociais e de mercado, Frigotto e Ciavatta (2003) destacam a presença e atuação da OMC junto aos Estados nacionais no que tange a educação como um ramo lucrativo à iniciativa privada:

No plano jurídico-econômico, a Organização Mundial do Comércio (OMC) vai tecendo uma legislação cujo poder transcende o domínio das megacorporações e empresas transnacionais. É interessante ter presente o papel da OMC, pois em 2000, numa de suas últimas reuniões, sinalizou para o capital que um dos espaços mais fecundos para negócios rentáveis era o campo educacional (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p. 96).

Na política de educação para o ensino superior, a direção dada pelo *Consenso de Washington* para as reformas capitalistas, principalmente, pelos países da América Latina, como saída das crises dos países de capitalismo central, era pela maior qualificação profissional das classes trabalhadoras para suprimento das necessidades do sistema produtivo de acumulação capitalista.

A crise econômica da década de 1980, aliada ao processo de internacionalização do capital, passou a exigir uma maior qualificação dos trabalhadores, estabelecendo condições que possibilitariam inúmeras transformações na educação do país na década seguinte, numa trajetória de reprodução das desigualdades sociais (GOIÁS, RIBEIRO e MOTA, 2019, p. 08).

Ou seja, o que estava por trás das propostas de expansão do ensino superior e tecnológico era o desenvolvimento de uma formação acadêmica voltada para as necessidades do mercado de trabalho favorecendo a obtenção de maior rentabilidade e lucratividade do

grande capital, assim como a comercialização do ensino. Dentre demais pressupostos relacionados por Silva (2003) e constantes no documento oficial elaborado pelo Banco Mundial, em 1995, *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*.

No caso da educação superior, foram formuladas as seguintes políticas presentes no documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995): fomentar maior diferenciação entre as instituições, fim da gratuidade do ensino superior, diferenciação dos objetivos institucionais, desenvolver instituições não-universitárias, diversificar as fontes de financiamento, adotar indicadores de desempenho que levem em conta a produtividade, eficiência e qualidade na prestação de serviços, fomentar a oferta privada do ensino superior, redefinição das funções do governo com relação a credenciamento, fiscalização e avaliação e a utilização eficiente dos recursos. (SILVA, 2003, p. 295).

Seguindo a ideologia neoliberal de reforma do Estado e de incentivo ao livre mercado, repassados pelo Banco Mundial, no âmbito da educação superior, o acesso a classe trabalhadora deveria ser incentivado pelos Estados nacionais por meio de apoio ao desenvolvimento da iniciativa privada neste ramo educacional, evitando-se o gasto público com a ampliação de vagas nas instituições públicas e priorizando a transferência direta de recursos públicos ao mercado privado, como forma de incentivar a dinâmica econômica do mercado nacional, como discorre Leite (2015, p. 20 e 21):

A partir desse pressuposto, o banco incentivava o governo brasileiro a extinguir alojamentos e restaurantes no interior das IFES e a “investir” na assistência ao estudante pobre nas instituições privadas de ensino através de bolsas, especificamente para aqueles estudantes “academicamente qualificados” (LEITE, 2015, p. 20 e 21).

Nesse contexto, a assistência ao estudante, que ainda não era regulamentada enquanto programa do governo federal, sofre com o retrocesso na destinação e priorização dos recursos disponibilizados às universidades, o que ocasionou certa preocupação e insatisfação por parte dos gestores e comunidade acadêmica, que iniciaram todo um processo de mobilizações sociais como forma de cobrar resposta às demandas das classes trabalhadoras que ocupavam os espaços universitários.

Em face do descaso dos sucessivos governos com a educação superior pública, principalmente no que diz respeito à assistência ao estudante, tanto o Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE como o movimento estudantil, através da União Nacional dos Estudantes - UNE e da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes - SENCE, realizaram vários encontros regionais e nacionais e elaboraram documentos, cuja preocupação girava em torno do fato da não existência de um orçamento específico destinado à implementação de uma política de assistência ao estudante. Assim, durante mais de uma década, a luta desses sujeitos coletivos, em um contexto ideopolítico adverso, era pelo retorno da rubrica específica para a assistência ao estudante universitário e pela implementação de uma política nacional de assistência estudantil por parte do governo federal (LEITE, 2015, p.21).

Esse processo de efervescência das mobilizações sociais na defesa da normatização e priorização de recursos para a Assistência Estudantil, ocorre no momento político e econômico

de avanço das concepções neoliberais nos governos FHC e Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010).

Borsato (2016, p. 61) analisa a diferença da expansão da educação superior entre os governos de FHC e Lula, em que no primeiro é voltada para perspectiva de mercantilização do conhecimento e na segunda de uma expansão de carácter quantitativo:

Na nova fase de contrarreforma universitária, o governo FHC restringiu o uso do termo democratização à expansão das vagas e matrículas na educação superior, principalmente por meio do aumento de instituições privadas e ao ensino à distância. A partir do governo Lula, o termo passa a incluir políticas de acesso e permanência e ser uma preocupação expressa em diversos documentos legais (BORSATO, 2016, p. 61).

A partir de Sguissardi (2006) compreende-se que o governo Lula manteve a obediência aos pressupostos dos organismos multilaterais, mesmo tendo sido eleito com propostas que dariam suporte para um total avanço das universidades federais, em que se é possível perceber pelo seu Plano de Governo para a Educação (PGE):

Os compromissos básicos constantes do PGE para a educação superior podem resumir-se em: a) promoção da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos termos constitucionais (artigo 207 da CF); b) consolidação das instituições públicas como referência para o conjunto das IES do país; c) expansão significativa da oferta de vagas no ensino superior, em especial no setor público e em cursos noturnos; d) ampliação do financiamento público ao setor público, revisão e ampliação do crédito educativo e criação de programa de bolsas universitárias, com recursos não-vinculados constitucionalmente à educação; e) a defesa dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público (artigo 206, IV, da CF) (SGUISSARDI, 2006, p. 1040).

No entanto, tais propostas de campanha do governo não foram em sua totalidade concretizadas no sentido de se privilegiar a democratização da educação superior pública (SGUISSARDI, 2006).

Dentre as primeiras regulamentações realizadas pelo governo federal priorizaram-se as ações que privilegiaram as instituições privadas de ensino superior a partir de repasses de recursos públicos para custear as vagas disponibilizadas aos estudantes que não tinham condições financeiras de arcar com as despesas decorrentes dos estudos, a partir do Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior (FIES), estabelecido por meio da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e a destinação de bolsas de estudos em entidades privadas com ou sem fins lucrativos de ensino superior para indivíduos de baixa renda, por intermédio do Programa Universidade para Todos (PROUNI), aprovado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

Ou como expõe Sguissardi (2006):

O momento atual, marcado pelo processo de elaboração do projeto de lei da reforma da educação superior, foi antecedido, no Governo Lula, por quatro leis e um decreto (decreto-ponte), que (as leis) apontam mais para a continuidade do que para descontinuidade das políticas anteriores no setor e que, direta ou indiretamente, condicionam ou limitam os eventuais avanços dessa futura lei, que possuiria, entre

seus objetivos, o fortalecimento do setor público e a regulação do sistema, em especial em seu setor privado/mercantil (SGUISSARDI, 2006, p. 1042).

Tem-se também ainda no governo Lula, a aprovação da Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da administração pública. Destaca-se por meio desta regulamentação a utilização de recursos públicos por meio de instituições privadas com fins lucrativos, em favorecimento à lógica de mercantilização da educação superior e em detrimento da prestação da educação pública. Enquanto nas universidades federais o custo aluno era considerado bastante oneroso, nas entidades privadas investia-se no aumento exponencial de vagas.

Cálculos financeiros indicam que, com as modificações atuais, o custo dessas vagas em IES privadas – que priorizam as atividades de ensino e apresentam em geral baixa qualidade – tornou-se maior do que o seria para o Tesouro Nacional nas universidades públicas, que priorizam atividades de ensino e pesquisa e são, via de regra, de melhor qualidade. A utilização dos espaços ociosos dos campi das IFES teria sido muito menos onerosa e cumpriria parte de um dos compromissos do plano de governo para a educação superior (SGUISSARDI, 2006, p. 1044).

A trajetória histórica de ações do Estado brasileiro prevaleceram a iniciativa privada na prestação da educação superior, como pode ser constatada a partir dos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) por meio do Censo da Educação Superior de 2018, em que foram ofertadas cerca de 9,8 milhões de novas vagas nos cursos de graduação do país no referido ano, das quais 9,2 milhões ofertadas pela rede privada de ensino e cerca de 649 mil novas vagas disponibilizadas pelas instituições públicas de ensino superior, em que apenas 354 mil novas vagas foram oferecidas no âmbito das instituições federais de ensino superior (IFES) (INEP, 2019).

Tornando-se um consenso a predominância do ensino superior privado no Brasil por meio de incentivos e investimentos públicos, o que demonstra o caráter neoliberal na condução das políticas sociais e educacionais, no país, desde a década de 1990, fortalecendo o pressuposto do Estado mínimo para a área social.

Estes dados são bastante significativos para a análise das políticas públicas voltadas à ampliação do ensino superior no país, que tendem a resguardar os interesses do mercado por um lado e, por outro, realizar pequenos avanços no setor público como forma de manter certa pacificação junto aos movimentos sociais da comunidade acadêmica.

Durante o mandato do presidente Lula, o governo federal desenvolveu ações no sentido de ampliar o acesso da população às instituições federais de ensino superior, por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que viabilizou a retomada do processo de crescimento e interiorização das universidades federais: “ Art. 1º - (...) com o

objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

Esse programa foi um importante instrumento para a expansão do ingresso de estudantes das classes trabalhadoras nas IFES, principalmente por meio da ampliação da rede de ensino superior nas cidades do interior do país. “A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011” (BRASIL, 2011). O Programa de Expansão teve a formulação da sua primeira fase em 2003 e, por isso, os efeitos do crescimento no número de IFES já foram alcançados logo no período da fase de implantação do Decreto nº 6.096/2007.

Constatou-se um avanço ocorrido nos números de matrículas nas IFES, por meio dos dados fornecidos pelo Censo da Educação Superior, no período de 2008 a 2018, em que as instituições federais, dentre o conjunto da rede pública, foram as únicas a apresentarem um crescimento nas matrículas nos cursos de graduação, representando um aumento de 89,7%, nesse período, o que não ocorreu nos setores públicos municipais e estaduais que registraram queda nas matrículas de -36,6% e -6,9%, respectivamente (INEP, 2019).

Todavia, essa proposta de expansão do REUNI não é associada ao aumento proporcional de recursos humanos, seja com corpo Técnicos-Administrativos em Educação (TAE) e/ou docentes. Além disso, há preocupação de que essa política de expansão quantitativa, sem as devidas condições, comprometa a qualidade da formação universitária, da pesquisa e da extensão (KOWALSKI, 2012, p. 71).

Ou seja, foram vários os limites enfrentados no decorrer dessa expansão universitária. Como pode-se observar com os dados sobre o ingresso na educação superior ao longo de uma década, após a implantação do programa. Percebe-se que estava por trás a lógica gerencialista e de financiamento privado na configuração da ampliação do acesso à universidade.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2018, o número de ingressantes em cursos de graduação no ensino privado, no período de 2008 a 2018, teve um crescimento de 59,3% contra o aumento de apenas 7,9% de estudantes ingressantes na rede pública de ensino superior do país (INEP, 2019).

Ainda de acordo com o Censo da Educação Superior de 2018, cerca de 88,2% das instituições de ensino superior no país são privadas, o que representa um total de 2.238 estabelecimentos de ensino. Por sua vez, apenas 11,8% de instituições são da rede pública, o que equivale a 299 instituições de ensino superior público (INEP, 2019).

Convém destacar que o governo federal, mesmo com o desenvolvimento de programas de expansão das universidades federais, ainda tem priorizado o incentivo e repasse de recursos públicos para fomento do ensino superior privado. O que tem favorecido o discurso de sucateamento e ineficácia da rede federal de ensino, como forma de estimular o consenso social na privatização de todo o ensino superior no país, pautado no argumento de ser necessário a redução de gastos públicos com áreas que apenas oneram os cofres públicos e não favorecem a economia do Estado, para a saída da crise estrutural que atinge os capitalistas do país.

O que acarretaria sérios problemas para a população, principalmente, na área da cultura, ciência, tecnologia, dos programas de extensão desenvolvidos junto às comunidades e das pesquisas científicas, que seriam conduzidos apenas pelo interesse do mercado visando sempre o aumento das taxas de lucros dos capitais que fomentariam as atividades, e que enfraqueceriam as áreas de interesse público as quais contribuem com o desenvolvimento humano e a viabilização de políticas sociais, mas que não participam diretamente do processo de acumulação capitalista.

Em consonância com os dados mencionados, cabe apresentar a meta número doze do Plano Nacional da Educação (PNE) 2014-2024, que se propõe a elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 anos a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. O que se alcançou até o ano de 2018, no entanto, foi a quantidade de apenas 25,2% da taxa de pessoas entre 18 e 24 anos que frequentam escola na etapa adequada ou não frequentam e já concluíram o ensino superior, segundo a Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) 2018.

Outro importante dado que retrata o quanto o acesso ao ensino superior permanece desigual no Brasil são os números coletados pela PNAD de 2018, em que apenas 20,5% da população brasileira com 25 anos ou mais estão cursando ensino superior, ou encontram-se com este nível de ensino incompleto ou já concluíram uma graduação (IBGE, 2019).

Percebe-se que por mais que tenham sido realizados financiamentos e investimentos públicos nessa área, não foram suficientes para uma ampliação equitativa do acesso¹⁹ da população jovem e adulta a um curso de educação superior, o que representa o aspecto excludente desse nível de ensino e a manifestação das desigualdades sociais também no âmbito educacional.

¹⁹ No entanto, não se deve desconsiderar que o REUNI foi um importante instrumento para viabilização do ingresso nas universidades públicas.

O PNAD traz mais um dado relevante para a discussão que são os motivos pelos quais pessoas de 15 a 29 anos que se encontram na situação de ensino superior incompleto, durante anos de 2017 e 2018, cerca de 39,6% informaram que trabalhavam ou procuravam trabalho, 7,7% relatou ter que realizar afazeres domésticos ou cuidados de pessoas e 13,2% afirmaram não ter interesse em concluir o ensino superior (IBGE, 2019).

Reflexo da realização de políticas públicas voltadas para educação que apesar de ampliarem de forma significativa o número de vagas nas instituições de ensino, não viabilizaram com o mesmo empenho a implementação de ações que concretizasse a permanência dos grupos sociais historicamente excluídos, que por sua condição de baixa renda e do pouco e ineficaz acesso aos serviços públicos essenciais, não dispõe de recursos mínimos para a manutenção de um curso de graduação e de suas subsistências simultaneamente.

No tocante a Assistência Estudantil, ainda no mandato do presidente Lula, o governo federal regulamenta fonte orçamentária para o financiamento da assistência ao estudante, por meio do PNAES, o que foi visto como um avanço e conquista das lutas sociais, que duraram por mais de uma década, em defesa da efetivação da permanência de estudantes de baixa renda nas universidades públicas.

Assim, sob o slogan —Brasil sem miséria e com o discurso de —igualdade de oportunidade, o governo instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES, em um contexto ideopolítico no qual ganhavam força e expressão as —vozes dos estudantes universitários, cujas reivindicações, no período de 2003 a 2010, giravam em torno do tema da —democratização da educação superior com equidade; isso, implicava a garantia de acesso e permanência dos estudantes nas IFES. Vale ressaltar que a institucionalização da assistência ao estudante nas IFES brasileiras, através do decreto 7.234 de julho de 2010, deu-se em um contexto no qual o bloco ideológico novo desenvolvimentista afirma que o Brasil vivia uma etapa do desenvolvimento capitalista que conjugava crescimento econômico e justiça social (LEITE, 2015, p. 22).

Temos nesse período, o desenvolvimento de ações do governo federal tipicamente de cunho de Terceira Via, que mantém a lógica capitalista e pressupostos liberais e oferece ações para atendimento de demandas sociais como forma de conter, reconciliar e proporcionar o equilíbrio social, com intuito tanto de agradar ao mercado como de dar certas respostas, de interesse do Estado, as necessidades das classes trabalhadoras.

Destaca-se, novamente, que tais políticas públicas deveriam ter como finalidade o desenvolvimento econômico e social das classes trabalhadoras, mas na realidade não viabilizam o aspecto da inclusão social e operam como instrumento de enriquecimento das instituições privadas, em detrimento da realização de um direito social como forma de emancipação do indivíduo, qualificação profissional e realização de justiça social.

Dessa forma, não se pode deixar de voltar-se a atenção para as nuances que envolvem as políticas sociais realizadas pelo Estado e o que se está por trás da lógica dos pequenos avanços conquistados em meio a luta de correlação de forças entre os diferentes atores sociais.

Como esclarece Silva (2003, p. 297 e 298):

Nesta política de poder e de edificação de uma outra ordem geopolítica, econômica e social não há espaço para neutralidades, mas, sim, para os interesses. Não é um jogo para amigos e entre amigos. É um jogo de política de poder em que países ricos subjagam países em desenvolvimento. É um jogo em que há o predomínio concreto das nações avançadas, decididas a apropriar-se das riquezas sociais e ambientais países devedores. O crescimento é do capital e não do desenvolvimento humano e social. As relações são assimétricas, com forte tendência para desconsiderar os meios multilaterais de diálogo entre as nações (SILVA, 2003, p. 297 e 298).

Toda essa percepção das especificidades que envolvem a condução da política educacional no Brasil é imprescindível para a construção da análise do processo de expansão do acesso ao ensino superior e seus efeitos na migração estudantil. Trata-se de considerar a historicidade e a totalidade dos fenômenos sociais que são essenciais para a descrição da realidade em que se encontra o objeto pesquisado.

3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMS: A MIGRAÇÃO ESTUDANTIL

Analisou-se nos capítulos anteriores como o modo de produção capitalista interfere e conduz a dinâmica das relações sociais na história da sociedade burguesa. O que se faz necessário para o entendimento da totalidade e das contradições em que se manifestam e se reproduzem no objeto de estudos deste trabalho.

Este capítulo voltar-se-á a análise para o processo de expansão das universidades e do acesso como fatores condicionais para que os indivíduos provenientes das classes subalternas pudessem ingressar nas instituições de ensino superior e realizar esforços em busca do diploma em curso de graduação, mesmo que isso acarretasse a sua migração para um outro estado da federação, desprovendo-os de uma rede familiar e comunitária fundamental para a subsistência desses sujeitos.

3.1 UNIFICAÇÃO DA SELEÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR E O EFEITO NA MIGRAÇÃO ESTUDANTIL

Seguindo os pressupostos neoliberais e como forma também de atender os anseios das classes trabalhadoras que já visualizavam a importância do ensino superior para inserção no mercado de trabalho, o governo federal com o discurso de promover igualdade de oportunidade no ingresso dos estudantes, pertencentes a essas classes, às IFES realizou algumas medidas, como a aprovação da Lei nº 12.089, de 11 de novembro de 2009, que proibiu a ocupação de duas vagas de cursos de ensino superior na rede federal por uma única pessoa, e a criação da proposta de reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

(...) o ENEM teve seu primeiro ano de aplicação em 1998, criado pelo Ministério da Educação (MEC), e foi um instrumento inicialmente previsto para enfrentar alguns dilemas identificados no cenário nacional - como o reduzido número de vagas nas universidades públicas e a elevada quantidade de concorrentes que as disputavam (MESSINA, 2016, p. 33).

No que diz respeito a reformulação do ENEM, o Ministério da Educação (MEC) elaborou documento para apreciação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em que considerava a importância e a legitimidade dos exames de vestibulares no processo de seleção e avaliação de conhecimento dos estudantes de ensino médio para ingresso nos cursos de graduação, porém acrescentou que a necessidade proposta de reformulação do ENEM não se tratava de uma análise sobre esse tipo de processo seletivo, mas de avanços que poderiam ocorrer com uma possível adoção de unificação da

ferramenta para a seleção do ingresso no ensino superior na rede federal de ensino (BRASIL, 2009).

Até os anos de 2010, os exames de seleção para ingresso nas instituições federais de ensino superior se davam, de forma descentralizada, por meio de vestibulares realizados sob a gerência de cada instituição de ensino superior. Em que o candidato, para concorrer a uma vaga em curso de graduação, deveria prestar a prova na localidade da instituição e conforme o que previa os editais das diversas universidades federais em todo o território nacional.

O que tornava o acesso das classes trabalhadoras às IFES um tanto quanto inexecutável, principalmente, por não possibilitar a oportunidade dos jovens pertencentes a essas classes a concorrerem aos cursos de graduação em mais de uma universidade federal, de maneira gratuita ou a baixo custo, visto que a maioria dos estados da federação contavam apenas com uma única entidade federal de ensino superior, o que tornava a realização de vestibulares em outras localidades bastante onerosa.

Para isso, teriam que arcar com diversos gastos, como inscrições e deslocamento para realização das provas de vestibulares em outras regiões do país, contando com a incerteza quanto ao seu sucesso na admissão em uma das vagas nos cursos de graduação altamente concorridos, com candidatos provenientes de famílias mais privilegiadas e estudantes de escolas particulares com alto nível de preparação para os vestibulares.

O que também já era motivo suficiente para escolha de muitos dos jovens de classes baixas optarem pelos cursos menos concorridos, por julgarem ser praticamente impossível o alcance de uma das vagas nos cursos com maior reconhecimento e prestígio social.

Nesse contexto, o documento apresentado pelo MEC à ANDIFES destacou como principal argumento para a reformulação dos processos seletivos descentralizados para um modelo centralizado: “a democratização das oportunidades de concorrência às vagas federais de ensino superior” (BRASIL, 2009, p. 02).

Para o embasamento, considerou o entendimento de que os vestibulares realizados de maneira independentes pelas instituições federais de ensino proporcionaram um maior acesso das classes sociais com maiores rendimentos aos cursos de graduação, fator que favoreceu a predominância das classes hegemônicas na produção e reprodução do conhecimento, da arte, da cultura, da ciência e da tecnologia, contribuindo com o aumento da desigualdade social, e a não viabilização da ocupação de todas as vagas das universidades federais localizadas em regiões de pequenos centros urbanos e menos populosas.

Nessa perspectiva, a migração estudantil entre os estados da federação para acesso às instituições federais de ensino foi um fator considerado relevante na análise apresentada para unificação da seleção para o ensino superior:

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007 (Pnad/IBGE) mostram que, de todos os estudantes matriculados no primeiro ano do ensino superior, apenas 0,04% residem no estado onde estudam há menos de um ano. Isso significa que é muito baixa a mobilidade entre estudantes nas diferentes unidades da Federação. Ainda que o Brasil seja um país com altas taxas de migração interna, isso não se verifica na educação superior (BRASIL, 2009 p. 02).

O trecho citado do documento oficial apresentado pelo MEC demonstra a intenção do governo federal em modificar esse cenário de vagas ociosas em cursos de graduação localizados em regiões com menor densidade demográfica e de listas extensas de espera nos grandes centros urbanos do país. Consequentemente, tal proposta de unificação do processo seletivo, para ingresso nas instituições federais de ensino superior, contribuiria para uma maior oportunidade de acesso aos estudantes pertencentes às famílias de classes trabalhadoras.

Grupos estes, historicamente excluídas desse nível mais qualificado de formação, com raras exceções dos jovens que por grandes esforços individuais e da rede familiar conseguiram ocupar alguma vaga, muitas vezes em cursos de menor prestígio social, ou quando em cursos mais concorridos, tinham que contar e conseguir permanecer na graduação com a presença de diversas dificuldades decorrentes da sua condição social e econômica, como o acompanhamento das disciplinas, a aquisição de materiais didáticos, a disponibilidade de tempo integral para dedicação aos estudos e a manutenção da sua própria saúde física e mental.

A partir de 2010, deu-se início ao formato de processo seletivo unificado por meio do ENEM e da plataforma digital de Sistema Unificada de Seleção (SISU), regulamentada por meio da Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, que institui e regulamenta o SISU, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação das instituições públicas de educação superior dele participantes.

Neste novo modelo de seleção e classificação o estudante, por meio da nota no Exame Nacional do Ensino Médio, pela escolha de até dois cursos ao qual teria interesse em ingressar, e utilizando-se como referência as notas de corte estabelecidas pelo sistema, o aluno passa a ser classificado nas listagens do SISU para várias universidades, de acordo com a pontuação obtida pelo estudante.

Diminuem-se os gastos que os jovens teriam com a inscrição e o deslocamento para diferentes regiões geográficas do país em virtude da realização de vestibulares, aumenta-se o acesso às instituições federais menos procuradas por causa dos seus distanciamentos de grandes centros urbanos e, de certa forma, democratiza-se o ingresso para os alunos provenientes das

classes sociais menos privilegiadas aos cursos de graduação como forma de concorrerem em mais de uma universidade e ampliar suas chances de sucesso ao ingresso no ensino superior.

Ressalta-se aqui, a lógica neoliberal que estava por trás do desenvolvimento das políticas sociais pelo Estado brasileiro, nos anos 2000, que visava o favorecimento da lucratividade do mercado, e que no âmbito educacional pretendia uma formação de trabalhadores mais qualificados, com nível de conhecimento, responsabilidade e disciplinamento exigidos e necessários ao processo de acumulação dos grandes capitais.

Em 2012, o governo federal, sob comando da presidente Dilma Rousseff (2011 – 2016), aprova a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e normatiza sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, esta lei é conhecida como a Lei das Cotas por determinar que, no mínimo, cinquenta por cento das vagas das instituições federais de ensino técnico e superior deverão ser destinadas a candidatos provenientes de escolas públicas, pessoas autodeclaradas pretas e pardas e indígenas. E a partir de 2016, uma nova legislação inclui os estudantes com deficiência como público-alvo da reserva de vagas da política de cotas, a Lei 13.409 de 28 de dezembro de 2016.

Cabe aqui destacar as políticas de ações afirmativas²⁰, fundamentais para o ingresso de grupos sociais, historicamente, excluídos ou praticamente impedidos ao acesso à educação superior por questões de ordem étnica, cor, gênero, condição física, intelectual ou econômica. O que se tornou mais exequível, por meio das políticas de cotas, que foi importante conquista dos movimentos étnicos afro-brasileiros alcançada após intensa luta por direitos coletivos negados, como a educação.

É papel da universidade, que contribui para a construção de uma sociedade democrática, expandir e democratizar o acesso ao ensino, garantindo a heterogeneidade e a diversificação de seus quadros. A ausência histórica de afro-brasileiros no ensino superior revela, por exemplo, uma certa fragilidade da democracia no nosso país. Os governos democráticos que tivemos não foram tão democráticos assim, a ponto de instituírem políticas de redistribuição de renda, capazes de diminuir a desigualdade social. É em função da desigualdade econômica que a desigualdade social se estabelece. A desigualdade social, por sua vez, tende a gerar outras formas de desigualdade (raça, cor, gênero, idade, origem etc.).

²⁰ Em 13 de maio de 2002, o governo federal brasileiro, através do Decreto nº 4.228, cria o Programa Nacional de Ações Afirmativas no âmbito da Administração Pública Federal, bem como através da Lei nº 10.678, cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em decorrência de um crescente movimento de luta por direitos sociais que amplia o seu paradigma de corte de classe e renda para o de etnia, dando realce aos debates sobre a desigualdade racial e o ensino superior. O sistema de reserva de vagas para candidatos afrodescendentes e oriundos das escolas públicas começa a ser implantado no Brasil, em 2003, nas Universidades do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do Estado Norte Fluminense (UENF) e do Estado da Bahia (UEBA), compondo um conjunto de medidas que integram as chamadas Políticas de Ações Afirmativas (CASTRO, 2009, p. 250).

acentuando as já sérias dificuldades de inúmeros grupos e segmentos sociais (CASTRO, 2009, p. 248 e 249).

As ações afirmativas caminham em total consonância com a assistência estudantil. Essas políticas travam a batalha contra um inimigo em comum que é a questão social em suas diversas manifestações, proveniente da lógica capitalista da acumulação de riquezas, da desigualdade econômica, conseqüentemente, da desigualdade social, que se expressa em diferentes formatos na realidade vivida por cada sujeito e que configura uma sociedade de acúmulos para determinada classe e de escassez para outras.

A presença do Estado, por meio de suas políticas sociais, na redistribuição de tais acúmulos e diminuição das manifestações das desigualdades e, no âmbito da educação superior, por intermédio da Assistência e Estudantil e demais ações que promovam a democratização do acesso, a permanência dos estudantes e a prevenção de retenções e evasões, como as ações afirmativas, são exigências mínimas que as classes trabalhadoras têm cobrado ao maquinário público.

As políticas de cotas, ao interferirem no acesso seletivo à universidade, acionam mecanismos de apoio aos mais carentes e discriminados, sem, no entanto, romper com estruturas que reproduzem as desigualdades. A resposta que estes segmentos e grupos sociais anseiam não é apenas o ingresso, mas a permanência na universidade. Para isto é necessária uma Política de Assistência aos estudantes de cotas com monitoramento e acompanhamento de suas trajetórias acadêmicas, auxiliando-os com bolsa de estudo, cursos suplementares, alojamento e alimentação. Seria o mínimo para que as cotas não resultem em meros arroubos políticos de caráter populista (CASTRO, 2009, p. 249).

Exige-se do Estado um trato no sentido de se resolver a questão social e de se atender a classe trabalhadora nas suas necessidades sociais, o que provém da disputa contraditória inerente às relações sociais no sistema capitalista, que se reproduzem ao longo da história em diferentes facetas.

Destaca-se, a importância da existência da política de ações afirmativas nas universidades, por ser o público que acessa a educação superior por meio das ações afirmativas o mesmo público da Assistência Estudantil, o que deve ser compreendido e fortalecido dentro das IFES, para que as equipes multidisciplinares possam prestar o serviço a estes estudantes, a partir de diferentes perspectivas dos trabalhos profissionais e nas diferentes demandas que cada indivíduo apresenta em sua singularidade. Para que se alcance a permanência e conclusão nos cursos de graduação desse público permeado por questões decorrentes de sua condição de classe trabalhadora, agravada por uma condição histórica de estigmas do grupo social ao qual pertence e/ou também por sua situação de migração estudantil, pois aquele público também pode fazer parte deste.

A adoção do ENEM em conjunto com o SISU e a Lei das Cotas tratou-se de um grande avanço para democratização do acesso às universidades públicas federais do país. Além de ter sido um fator fundamental para o desencadeamento do processo de migração estudantil entre os estados da federação, principalmente, dos jovens oriundos de famílias de baixa renda, que na maioria dos casos, tratavam-se do primeiro membro da rede de parentesco a ter a oportunidade de realizar um curso de graduação, considerado por estes indivíduos como uma possibilidade, ou por muitas vezes a única, de obterem ascensão social para si e sua família.

Com o formato de seleção unificada viabilizou-se que jovens tivessem a oportunidade de deslocarem-se entre as diferentes regiões do país e ingressassem em cursos superiores que, frequentemente, mantinham vagas ociosas pela pouca demanda regional, o que também favoreceu um certo intercâmbio cultural e um maior dinamismo na economia local, principalmente de regiões interioranas, como com o mercado de aluguéis de imóveis nos bairros próximos aos *campus* universitários, aumento no mercado de estabelecimentos voltados ao entretenimento, esporte, lazer e cultura, e uma maior oferta de força de trabalho qualificada para atividades laborais e estágios.

No entanto, tem-se que considerar também que estes estudantes oriundos de famílias de baixa renda, ao migrarem para um estado da federação em que não possuem laços familiares ou vínculos de amizades, continuam a viver em uma situação de vulnerabilidade social, porém agora em uma condição mais agravada do que quando residia com seu núcleo familiar em que poderia contar também com a rede de parentesco e comunitária.

Tais estudantes já sobreviviam, juntamente com seus grupos familiares, em condições objetivas de hipossuficiência de diversas ordens, como econômica, social, cultural e de saúde física e mental. Situação social essa, decorrente da posição que as classes trabalhadoras ocupam na dinâmica contraditória do modo de produção capitalista, pois, ou apenas estão inseridas ao mercado por via de contratos precarizados, temporários e com baixos rendimentos ou enquanto autônomos, isso quando não estão disponíveis, sem trabalho, gerando um aumento nas estatísticas de desempregados.

Contexto social este que também é agravado, historicamente, com o caráter elitista das universidades brasileiras, que não favorece a mobilidade social das classes trabalhadoras, por questões de desigualdades sociais que são refletidas na educação desde o ensino básico que é ofertado para essas classes, por não ser de interesse das classes que detém o poder político e econômico que os indivíduos das classes trabalhadoras recebam uma educação que ampliem sua visão de mundo, melhorem sua percepção cultural, aperfeiçoem suas habilidades e favoreçam a construção de conhecimentos.

A partir dessa lógica é possível compreender porque diversos estudantes, filhos das classes trabalhadoras, buscam as universidades públicas em regiões do país, localizadas em pequenos centros urbanos e longe de suas redes de parentescos e comunitárias.

Toda essa contradição enfrentada, historicamente, por indivíduos que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver, é um importante fato gerador da existência de políticas sociais para a manutenção desses seres sociais, indispensáveis a dinâmica de acumulação capitalista, que no âmbito da política educacional vai exigir do Estado ações que favoreçam a permanência dos jovens de baixa renda na educação superior pública, por meio da Assistência Estudantil.

O que não quer dizer, que o fato de existirem políticas sociais em vários âmbitos do serviço público voltadas para as mais diversas necessidades dos indivíduos em situação de vulnerabilidade, já é suficiente atendimento da demanda das classes trabalhadoras realizada pelo Estado, pois essa é uma questão bastante ampla e que culmina em uma luta social eterna e inerente ao sistema capitalista, ao passo que a lógica na prestação desses serviços públicos não é o de redistribuir a riqueza produzida, mas sim de fornecer um mínimo que favoreça a coesão e o equilíbrio social.

Em meio a essa totalidade contraditória da dinâmica de acumulação na sociedade capitalista, acaba que os custos pela manutenção dessa força de trabalho apta e disponível para o mercado, recai sobre a máquina pública que tem que arcar com a destinação de recursos para área social e para o desenvolvimento econômico do país.

Os estudantes migrantes trazem consigo questões de ordem socioeconômica ao chegarem nas novas localidades de suas moradias e durante todo o período em que irão permanecer nas universidades, caso consigam ultrapassar os diferentes obstáculos que podem acarretar em suas evasões, por situações como: o estudante encontrar-se na situação de desempregado, ou submetendo-se a empregos informais, alguns em condições inadequadas e muitos em caráter temporário e que dificultam seu rendimento nos estudos e ocasionam, por vezes, reprovações e o desestímulo com o curso realizado.

Depreende-se que tanto os estudantes trabalhadores quanto os estudantes em situação de desemprego e que são migrantes, formam um público que irão necessitar da Assistência Estudantil no apoio a sua permanência na educação superior. Pois, por mais que consigam uma situação financeira suficiente para suas despesas básicas, estes ainda sobrevivem permeados por questões que são inerentes a sua condição de classes trabalhadoras e acrescidas das decorrentes da desigualdade social existente no âmbito educacional.

Por vezes, muitos dos estudantes migrantes utilizam como estratégia a coabitação com outros estudantes como forma de diminuir seus gastos fixos, o que por um lado auxilia na manutenção de vínculos de amizades, mas que também podem influenciar negativamente na manutenção de uma rotina de estudos adequadas, principalmente no âmbito domiciliar, dependendo do número de pessoas com quem coabita e o espaço interno disponível e compartilhado dentro da residência.

Contam com pouco ou nenhum auxílio financeiro oferecido por suas famílias, isso quando não são os próprios estudantes que enviam parte do que conseguem reservar de seus rendimentos para ajudar o seu núcleo familiar.

Tais fatores acabam por acarretar instabilidade na situação econômica dos estudantes, aumentando os impasses para o rendimento escolar e acompanhamento de todas as unidades curriculares, como a falta de recursos financeiros para aquisição de materiais didáticos e tecnológicos necessários aos estudos, pesquisas e elaboração de trabalhos acadêmicos.

Acrescenta-se ainda, nas manifestações da questão social que permeiam a realidade social dos estudantes migrantes de baixa renda, a hipossuficiência de recursos financeiros para manutenção da saúde física, que acarretam, por exemplo, na aquisição de gêneros alimentícios de baixo valor nutricional e em quantidades insuficientes para uma alimentação diária adequada, que podem desencadear o surgimento de problemas com a saúde pela carência de certos nutrientes essenciais ao organismo humano.

E quanto à saúde mental que pode ser agravada tanto por questões como a realização de uma rotina diária carregada de muitas atividades acadêmicas e laborais e pelo excesso de preocupação com sua subsistência e seu rendimento escolar, assim como pela privação de momentos de lazer, atividades físicas e culturais, como forma de limitar os gastos no seu orçamento mensal.

A adoção de um sistema de seleção unificada democratiza o acesso às universidades federais e até estimula os jovens de classes baixas a ingressarem em cursos superiores, porém ainda há um longo caminho para se viabilizar a permanência destes estudantes, de maneira a proporcionar a diminuição das desigualdades sociais que interferem em seus estudos, principalmente, quando esse acesso está vinculado a uma mudança do local de moradia, com custos elevados e a submissão a condições de sobrevivência que sintetiza os determinantes das desigualdades sociais na realidade vivenciada por esses indivíduos.

Acredita-se ser fundamental a análise do Programa Nacional de Assistência Estudantil na viabilização da permanência de estudantes migrantes, pois como foi exposto, muitas são as especificidades a serem consideradas, no atendimento desses alunos pelas instituições de

ensino, para a viabilização de sua permanência e da prevenção de uma possível e latente evasão, assim como possibilitar uma diminuição nas desigualdades sociais que afetam o desempenho escolar. Sem deixar de considerar toda a lógica capitalista que está por trás das ações desenvolvidas pelo Estado, enquanto representante das classes hegemônicas.

3.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMS – *CAMPUS DE NOVA ANDRADINA*

Pretende-se a partir deste tópico descrever e interpretar os dados obtidos, por meio de pesquisa documental e fornecidos pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sobre a gestão e atendimento da Assistência Estudantil aos estudantes migrantes na universidade e especificamente no *Campus* de Nova Andradina.

A UFMS foi criada no ano de 1962, localizada na cidade de Campo Grande, que na época pertencia ao estado de Mato Grosso, com o objetivo de ofertar cursos de graduação das faculdades de farmácia e odontologia, em seguida sofreu um movimento de incorporação de demais cursos e faculdades localizados em cidades do interior do estado, após processo de desmembramento do Estado de Mato Grosso em Mato Grosso do Sul e atual Mato Grosso, no período histórico ainda de ditadura cívico-militar.

Atualmente, a UFMS conta com dez *Campus* no interior, nas cidades de Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, e a cidade universitária, que possui sede na capital do estado, funcionam as seguintes unidades setoriais: Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (FACFAN), Instituto de Biociências (INBIO), Instituto Integrado de Saúde (INISA), Faculdade de Ciências Humanas (FACH), Faculdade de Educação (FAED), Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC), Faculdade de Computação (FACOM), Faculdade de Direito (FADIR), Faculdade de Medicina (FAMED), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ), Faculdade de Odontologia (FAODO) e Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (FAENG); Instituto de Matemática (INMA), Instituto de Química (INQUI) e Instituto de Física (INFI).

As primeiras ações de implantação da Assistência Estudantil na UFMS ocorreram no ano de 2008, conforme explana Borsato (2015, p. 115):

Em cada *Campus*, somente com o recebimento dos primeiros recursos financeiros do Pnaes, em 2008, salas foram reformadas para o funcionamento administrativo da Comissão de Apoio e Assistência Acadêmica (CPAC) e equipadas salas de informática para a utilização pela equipe vinculada a Cpac e pelos acadêmicos (BORSATO, 2015, p. 115).

A regulamentação sobre o funcionamento das CPAC foi instituída por meio da Resolução do Conselho Universitário da UFMS, COUN nº 10/2009, que definiu como atribuições:

Art. 8º São atribuições das Comissões Permanentes de Apoio e Assistência Acadêmica (CPACs):

I – divulgar, acompanhar e executar os programas de assistência acadêmica;

II – orientar e encaminhar para atendimentos nas áreas médicas, odontológicas, psicológicas e outras;

III – articular, com instituições locais, por meio de parcerias, o oferecimento de serviços diversos de necessidade e/ou interesse dos acadêmicos;

IV – buscar parcerias com as Secretarias Municipais de Assistência Social ou similar, para otimizar os serviços a serem prestados aos acadêmicos;

V – manter sigilo quanto aos dados contidos nos formulários socioeconômicos;

VI – manter um arquivo reservado para a guarda dos formulários referentes à concessão dos benefícios, bem como de outros documentos pertinentes à comissão;

VII – apresentar à DIAA os nomes dos acadêmicos selecionados para os serviços de prestação continuada;

VIII – apresentar, a cada semestre letivo, os relatórios de atividades, dentro do prazo estabelecido pela DIAA;

IX – participar de toda e qualquer discussão acerca da assistência estudantil, contribuindo com propostas e tomadas de decisões;

X – promover a pré-seleção para concessão dos benefícios, sendo que para este procedimento é vedada a participação do representante discente. (Alterado pela Resolução nº 1/2010, publicada no Boletim Oficial de Atos Administrativos nº 4764, em 16/03/2010).

XI – participar da elaboração do Programa de Recepção de Calouros;

XII – articular com os setores de transporte municipal, a possibilidade de desconto ou isenção do passe estudantil;

XIII – articular a participação dos acadêmicos em eventos esportivos, artísticos, culturais e científicos;

XIV – organizar e participar das reuniões de trabalho da CAE nos Câmpus, conforme comunicado prévio;

XV – acompanhar e orientar os alunos do Programa de Estudantes Convênio – Convênio de Graduação (PEC-G), matriculados nos respectivos Câmpus, quanto aos seus direitos e deveres na Instituição; e

XVI – promover a integração desses acadêmicos junto à Comunidade Universitária.

As práticas de tais ações deveriam estar subordinadas à Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) e seriam executadas por membros indicados pela Direção dos Campus para mandatos de dois anos, permitida uma recondução.

Importante destacar a ampla carga de atividades de trabalho sob responsabilidades da Comissão, o caráter temporário de seus membros, a acumulação de tarefas dos servidores da comissão com as desenvolvidas pelos cargos em que atuam e da não designação de uma função de chefia responsável por toda a realização dessas atribuições, por se tratar apenas de criação de comissão, e não de um setor com toda a infraestrutura administrativa necessária.

Ressalte-se que, no período de 2001 a 2009, a UFMS não contava com profissionais de serviço social nos *Campus*, categoria esta que possui formação e competência para o atendimento social aos estudantes, apenas os servidores ocupantes do cargo de assistente social, lotados na cidade universitária, eram quem prestavam a cobertura no atendimento aos alunos das cidades do interior que necessitasse de algum serviço específico de demanda social.

Conforme apresenta Borsato (2015, p. 119):

(...) entre 2001 a 2009, apenas dois profissionais Assistentes Sociais eram responsáveis pela execução das Ações de Assistência Estudantil em todos os Câmpus. Essa realidade começa a alterar a partir da implantação do Pnaes. Isso porque a contratação de profissionais foi uma das propostas do Reuni e também porque o surgimento de novas ações e o aumento das vagas exigiu a contratação de mais profissionais (BORSATO, 2015, p. 119).

Nesse sentido, pode-se observar que a regulamentação do PNAES pelo governo Federal e decorrente de lutas sociais da comunidade acadêmica e organizações de gestores e estudantes foi um importante instrumento para que a gestão universitária considerasse relevante e priorizasse ações para o atendimento social dos estudantes de baixa renda.

A gestão da Assistência Estudantil, a partir de 2017, passou a ter uma Pró-reitoria exclusiva, a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), que em seu organograma conta com duas diretorias: Diretoria de Assistência Estudantil e Diretoria de Inclusão e Integração Estudantil.

A Diretoria de Assistência Estudantil compreende: a Secretaria de Espaços de Alimentação, a Secretaria de Assistência Estudantil e a Secretaria de Atenção à Saúde do Estudante; e a Diretoria de Inclusão e Integração Estudantil, por sua vez, está responsável pelas Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas, Secretaria de Desenvolvimento Profissional e Egressos e Secretaria de Formação Integrada. Nos *Campus* existem as Unidades de Apoio Pedagógico (UAP) para Assuntos Estudantis que concentram toda a demanda de execução de atividades de competência da PROAES.

As ações da Assistência Estudantil, na UFMS, desenvolvidas sob a gestão da Coordenadoria de Assistência Estudantil são realizadas, principalmente, por meio do repasse de auxílios financeiros pagos direto aos estudantes, como: auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio emergencial, auxílio moradia, auxílio permanência, auxílio para participação de estudantes em eventos, bolsa do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES) e auxílio de inclusão digital ou pela viabilização de restaurantes universitários, passe do estudante, este disponível aos estudantes da cidade universitária, em Campo Grande, atividades socioeducativas em grupos e atendimentos psicossocial individual.

Já a Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Inclusão desenvolve ações no âmbito da acessibilidade, ações afirmativas, egressos, apoio pedagógico, recepção de calouros, alojamentos e tradução e interpretação em libras e conta com o auxílio financeiro para apoiar estudantes com deficiência.

Além das ações descritas acima, os estudantes que recebem os auxílios financeiros provenientes de recursos da Assistência Estudantil devem ser acompanhados por profissionais que compõem as equipes técnicas dos *Campus*, conforme propõe a Resolução do COUN nº 135 de 28 de dezembro de 2018, que regulamenta o Programa de Assistência Estudantil da UFMS.

3.3 DADOS DA MIGRAÇÃO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CPNA/UFMS

O *Campus* de Nova Andradina (CPNA) criado a partir da política de expansão da educação superior do governo federal, por meio da Resolução do Conselho Universitário COUN nº 64, de 12 de dezembro de 2005, expedido pela UFMS, iniciou a sua prestação de cursos de ensino superior à população da região sudeste do estado de Mato Grosso do Sul e de regiões limítrofes do estado de São Paulo e Paraná, em julho de 2006, com a oferta de vagas nos cursos de graduação de Geografia e História.

Posteriormente, com o processo de expansão das universidades desencadeado por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), teve-se a criação de mais dois cursos: Administração (2009) e Tecnologia de Gestão Financeira (2011); e em uma segunda etapa, foram implementados os cursos de Ciências Contábeis e Engenharia da Produção no ano de 2018.

Durante esse período, de sua criação até os dias atuais, o CPNA passou por ajustes na oferta dos cursos e atualmente tem oferecido regularmente novas vagas, todos os anos, nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia da Produção e História.

No tocante a Assistência Estudantil no CPNA, esta conta com o corpo técnico de três servidores ocupantes do cargo de técnico-administrativo, sendo um assistente social, um técnico em assuntos educacionais e um tradutor intérprete de linguagem de sinais que desenvolvem atividades estabelecidas como de competência da UAP para Assuntos Estudantis.

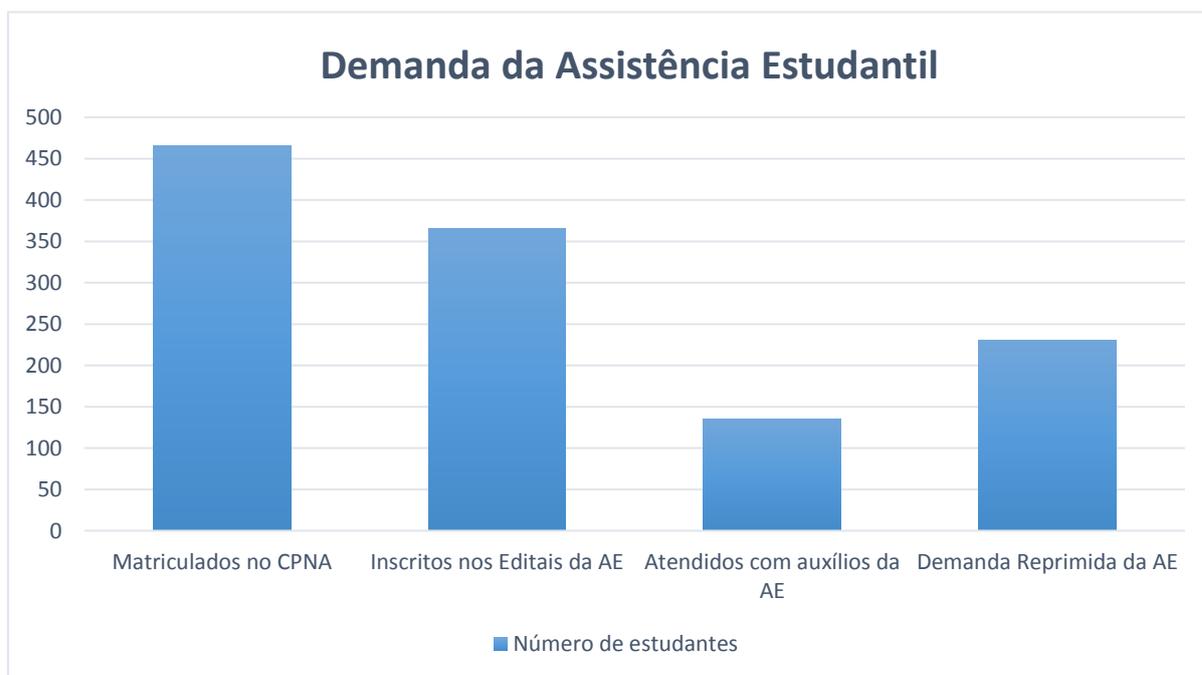
A principal atividade desenvolvida pela Assistência Estudantil do CPNA é a operacionalização do processo seletivo para a concessão de bolsas e auxílios assistenciais oferecidos pela UFMS. Porém, não há participação ou competências quanto ao planejamento orçamentário, gestão dos recursos e distribuição do quantitativo de vagas entre as modalidades de auxílios pela equipe técnica do CPNA, por ser todo esse tipo de gerenciamento realizado no

âmbito da PROAES, apenas cabendo aos servidores lotados nos *Campus* a execução das ações previstas de acordo com os editais.

O que se considera como um limite para atuação na realidade social, junto aos estudantes que necessitam da Assistência Estudantil, na efetivação de sua permanência nos cursos de graduação desenvolvidos pelos *Campus*.

O CPNA teve um número de 465 estudantes matriculados em seus cursos, no ano de 2019, destes 365 alunos, cerca de 78% dos matriculados, se inscreveram nos editais da Assistência Estudantil para concorrer aos auxílios financeiros, sendo que apenas 135 acadêmicos, ou em percentuais, apenas 36% da demanda de inscritos, conseguiu obter a concessão de auxílios, no mesmo ano.

Gráfico 01 – Demanda da Assistência Estudantil



Fonte: UFMS, 2019.

Quantitativo detalhado por modalidade de auxílios foram os seguintes:

Tabela 01 – Número de Inscritos e Beneficiários – 2019

<i>Modalidade</i>	<i>Nº de Inscritos</i>	<i>Nº de Beneficiários</i>
<i>Auxílio Alimentação</i>	120	52
<i>Auxílio Creche</i>	11	07
<i>Auxílio Moradia</i>	81	23
<i>Auxílio Permanência</i>	153	53
<i>Total</i>	365	135

Fonte: UFMS, 2019.

O que demonstra a situação de vulnerabilidade social em que se encontra a grande parte dos estudantes deste *Campus* e, conseqüentemente, a enorme demanda pelos auxílios assistenciais que não conseguem atender em plenitude todo o público que necessita do atendimento da Assistência Estudantil, fato que afeta não só a situação de subsistência desses indivíduos, mas também o acompanhamento e rendimento nas suas disciplinas curriculares, com conseqüências diretas nos fenômenos da retenção e evasão no *Campus*.

Importante ressaltar que este fator é expressão das categorias totalidade e contradição entre capital e trabalho, em que o próprio Estado capitalista cria os antagonismos, que em um olhar superficial, aparenta ser limites da própria política de Assistência Estudantil, mas que a uma análise mais ampla e profunda, percebe-se que é resultado dos interesses de quem está no comando e administração dessa política em nível macro.

O não atendimento universal dos estudantes que necessitam dos auxílios assistenciais pela Assistência Estudantil, está diretamente vinculada ao montante de recursos públicos disponibilizado para o investimento nessa área, que por não ser suficiente, exige-se dos gestores na educação superior, um trato mais focalizado, no sentido de viabilizar a execução das ações para aqueles estudantes com maiores demandas sociais, como forma de tornar eficiente a destinação do orçamento público disponível.

Logo, também, se não há assistência para todos, tem-se uma situação de precarização da política de assistência estudantil, que requer uma cobrança a nível político dos representantes do Estado pelo não cumprimento da viabilização de políticas democráticas como forma de garantia de direitos sociais.

O público-alvo da Assistência Estudantil, assim como o público de estudantes migrantes e os que ingressa por meio das ações afirmativas, devem ser atendidos pelos diferentes setores

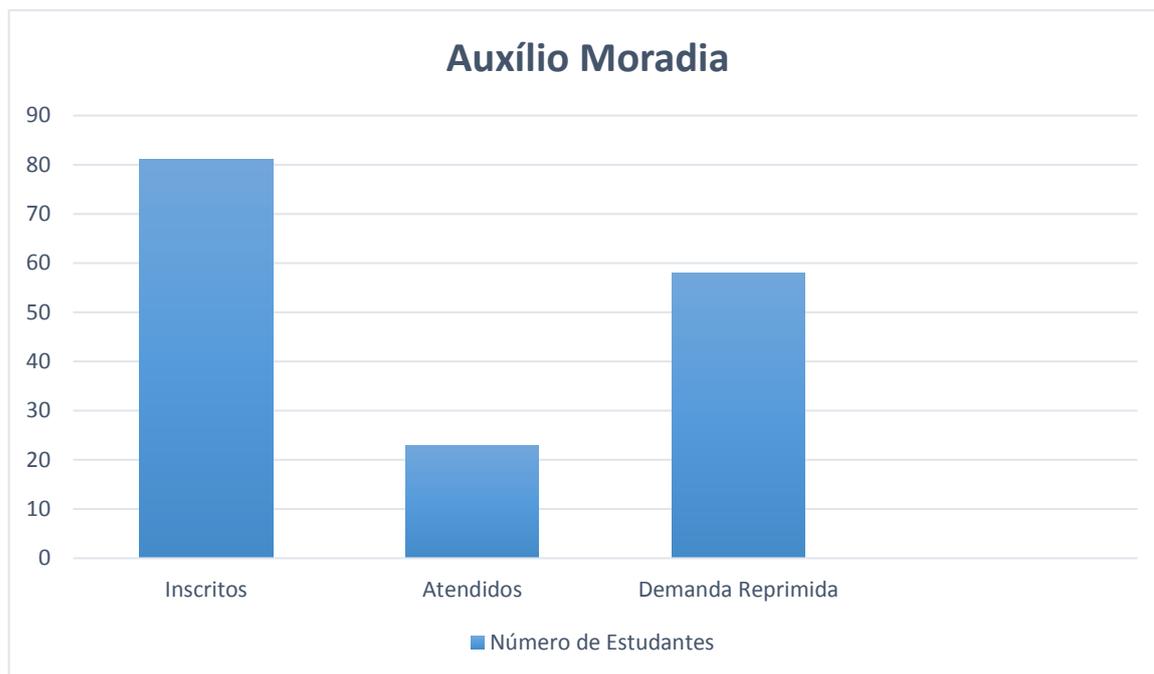
dentro das universidades públicas, não sendo considerados apenas como o público que solicita auxílios financeiros, mas que também necessitam de apoio nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Mesmo com o fornecimento de uma educação gratuita dentro das universidades públicas, os alunos pertencentes às classes trabalhadoras, nos seus espaços da vida social privada, deparar-se-ão com entraves nos custos para sua manutenção fora dos muros das instituições de ensino. O que faz ser necessário todo o conjunto de programas e ações que alcancem a comunidade acadêmica na viabilização da permanência e de um maior desempenho escolar desses estudantes, além de cumprir com a função social da universidade em ofertar e construir conhecimento nas diferentes áreas e cooperar com o avanço social, tecnológico e científico da sociedade.

Observou-se o grande número de inscritos no auxílio moradia, que é destinado para a locação de imóveis e possui como pré-requisito o estudante ser oriundo de município diferente da localidade do *Campus*, não residir com o grupo familiar de origem e ter se mudado de sua residência para realizar o curso de graduação; sendo este um importante indicador para retratar o fenômeno da migração estudantil de indivíduos de baixa renda, que realizam a mudança de localidade para cumprir com o objetivo de obterem a formação na educação superior.

Tem-se que dos 81 estudantes inscritos para esta modalidade de auxílio apenas 23 alunos conseguiram efetivar o atendimento a essa demanda. Como expresso no quadro abaixo, o número de inscritos e de atendidos e a demanda reprimida, que não conseguiu ser alcançada pela Assistência Estudantil.

Gráfico 02 – Auxílio Moradia



Fonte: UFMS, 2019.

Importante destacar a importância da Assistência Estudantil na viabilização da permanência desses estudantes que solicitaram o auxílio moradia, pois enquadram-se em um grupo que está longe da rede de parentesco, possuem despesas com a locação de moradia e são membros de famílias de baixa renda.

O que se conclui é que a solicitação pelo auxílio assistencial, não se expressa apenas na demanda imediata, que surgiu após o ingresso na universidade pública, mas que é decorrente de todo o contexto de negação de direitos e de pouca efetividade da prestação dos serviços públicos prestados às classes trabalhadoras, que ao longo de toda a sua trajetória passam por várias etapas em que somente conseguem seguir adiante na sua ascensão econômica se forem atendidos em suas demandas sociais geradas a partir da questão social inerente ao modo de produção capitalista.

Muitos são os que se afastam da sua rede familiar para acessar o ensino superior como forma de mobilidade social. Como demonstra as respostas da pergunta sobre a relevância da universidade ser próxima a residência da família como fator importante para o ingresso na UFMS, em que 165 acadêmicos (35% dos matriculados) responderam que o fato da moradia dos pais ser na localidade do Campus “não motivou”, “pouco motivou” ou “tanto faz” para a escolha do curso de graduação na universidade. O que representa que os jovens ingressantes na educação superior consideram ser importante seguir com seus estudos, mesmo que isso acarrete

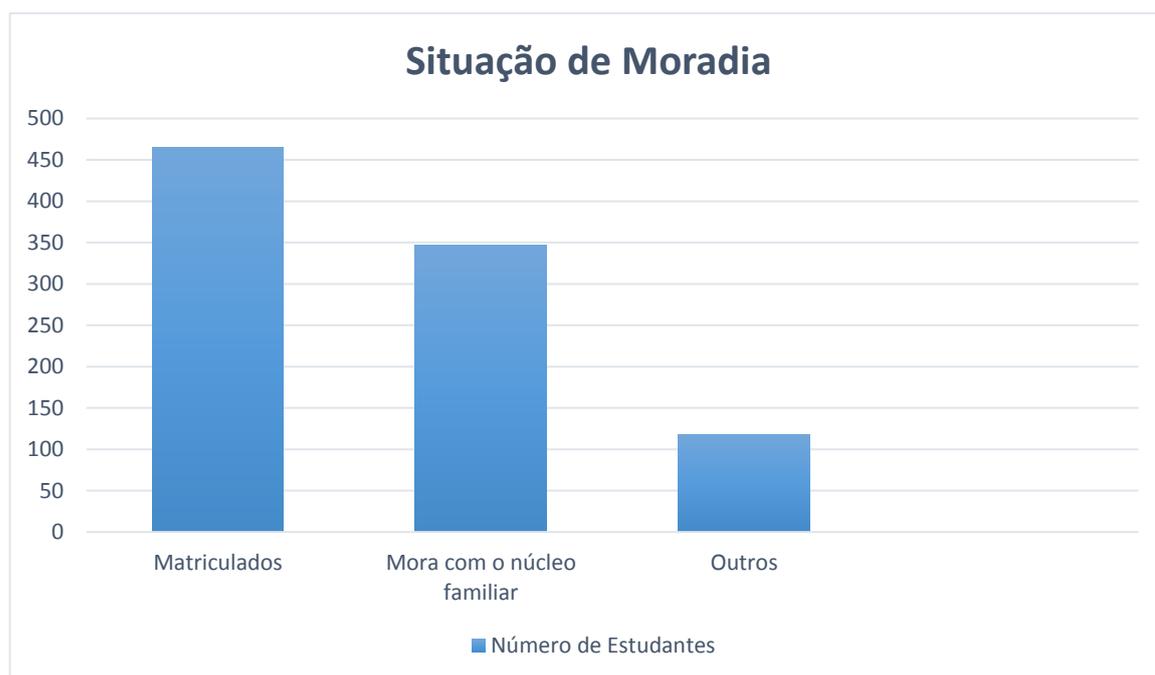
o afastamento de sua rede comunitária, do que permanecer sem uma graduação de nível superior, fato que demonstra a relevância e credibilidade social das universidades na perspectiva da população jovem e adulta.

Quanto à situação de moradia dos estudantes matriculados no CPNA, no ano de 2019, 118 alunos, cerca de 25% do total de estudantes matriculados, informaram não residir com os pais, familiares ou cônjuges no questionário socioeconômico disponibilizado pela universidade. Dos que responderam “outro” como situação de moradia informaram que residem em casa alugada, cedida, própria não quitada, doada ou “de favor”, sozinhos ou dividem com amigos ou com parentes como filhos, avós e padrinhos.

Nota-se que esse número é bem próximo ao número de inscritos no auxílio moradia, e possivelmente representado em grande parte por estudantes migrantes, e que em quase sua totalidade é formado por estudantes que se enquadram na situação de baixa renda, se fizermos um paralelo com os critérios para inscrição no auxílio moradia. Sendo este um público que irá buscar a Assistência Estudantil não somente apenas para questões no âmbito habitacional, mas também, para todas as outras questões que envolvem a sua condição de sobrevivência enquanto estudante, seu processo de aprendizagem, sua inserção no mercado de trabalho e demais questões de cunho psicossocial.

No gráfico a seguir, tem-se a representação dos números de estudantes matriculados, número de estudantes que residem com o núcleo familiar e número de estudantes que não residem com sua família.

Gráfico 03 – Situação de Moradia



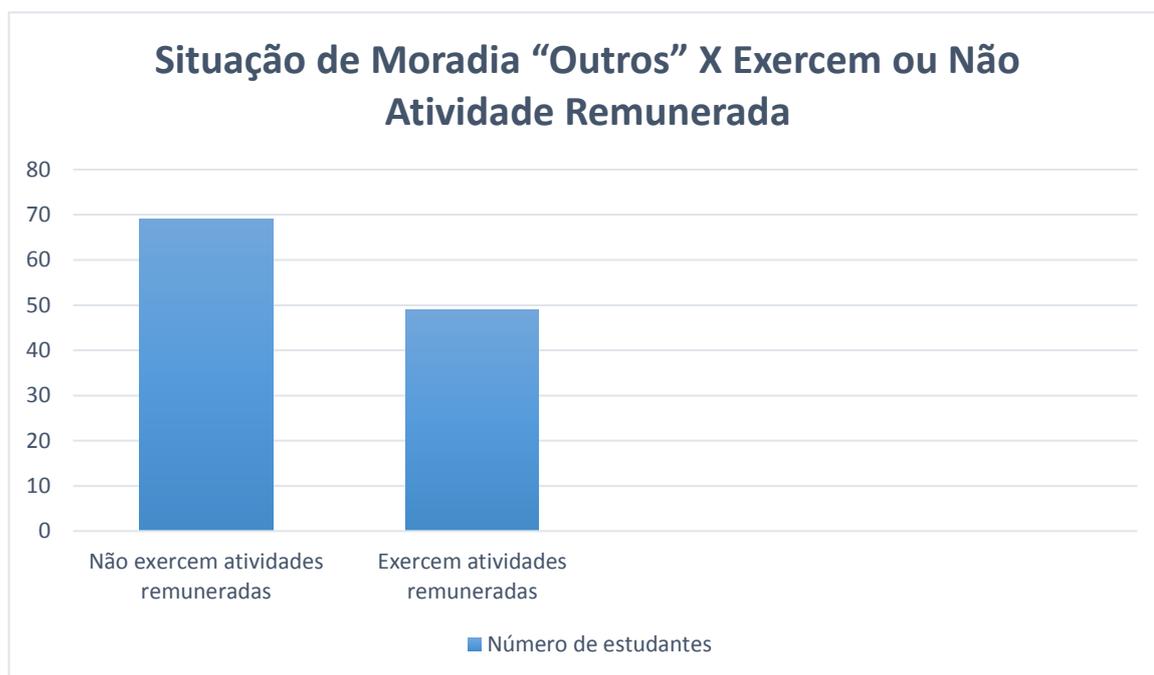
Fonte: UFMS, 2019.

Desses 118 estudantes que responderam “outros” para a situação de moradia, ou seja, que não residem com membros do núcleo familiar, 69 estudantes, ou 58% deste grupo, informaram não exercer atividade remunerada, e 49 alunos ou uma média de 42% dos estudantes do grupo de situação de moradia “outro” afirmaram estar exercendo alguma atividade remunerada.

Com a filtragem apenas no grupo que não reside com o núcleo familiar, acredita-se obter dados mais fiéis para a representação do perfil dos estudantes migrantes, por isso a condução da análise dos dados é voltada apenas nesse público. Pois, não foi possível realizar a identificação individual de estudantes que seriam migrantes ou não, e também não seria o intuito dessa pesquisa a análise de casos, mas da representação deste grupo na análise social da Assistência Estudantil na viabilização da permanência na educação superior.

A seguir tem-se o gráfico com a exposição do quantitativo de estudantes que não residem com o núcleo familiar e sua situação de empregabilidade. Nota-se que a maioria não exerce nenhuma atividade laboral, nem que seja de cunho informal ou esporádico, o que reflete e preocupa quanto a realidade econômica e as condições objetivas de subsistências desses sujeitos, que acaba por creditarem na Assistência Estudantil a esperança de respostas a suas demandas socioeconômicas.

Gráfico 04 – Situação de moradia dos alunos que não residem no núcleo familiar:
Total dos que exercem e dos que não exercem atividades remuneradas (2019)



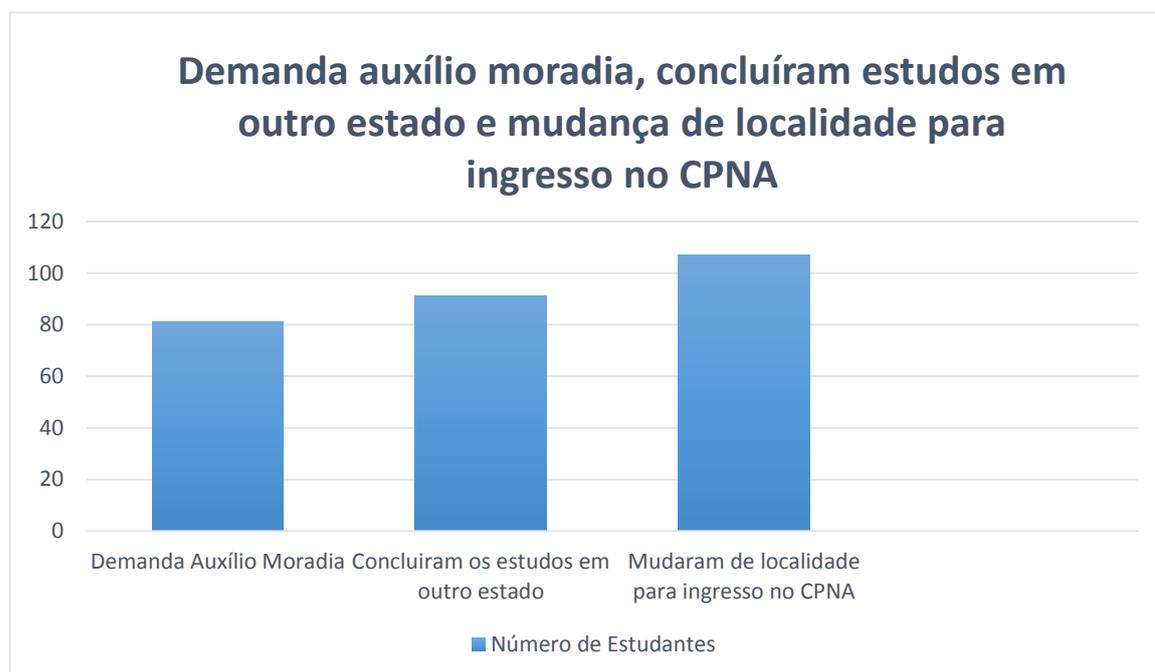
Fonte: UFMS, 2019.

Quanto à informação sobre ter mudado de cidade para cursar a UFMS, 107 estudantes, ou 23% dos matriculados, afirmaram ter saído das suas localidades de origem para ingressar na universidade.

Quanto ao local onde concluíram o ensino médio, 91 estudantes, cerca de 19% dos matriculados, relataram ter completado os estudos em outros estados da federação que não o Mato Grosso do Sul, tendo sido citadas todas as regiões do país.

A seguir realizou-se a demonstração desses dados em forma de gráfico, juntamente com o quantitativo de demanda para o auxílio moradia, como forma de apresentar o quão próximos são esses números, que possivelmente trata-se de um mesmo perfil de estudante: aquele que solicitou o auxílio moradia por ter mudado de localidade para ingressar na educação superior, que possivelmente também realizou mudança de estado da federação e que passou pelo fenômeno da migração estudantil.

Gráfico 05 – Demanda auxílio moradia, concluíram estudos em outro estado e Mudança de localidade para ingresso no CPNA

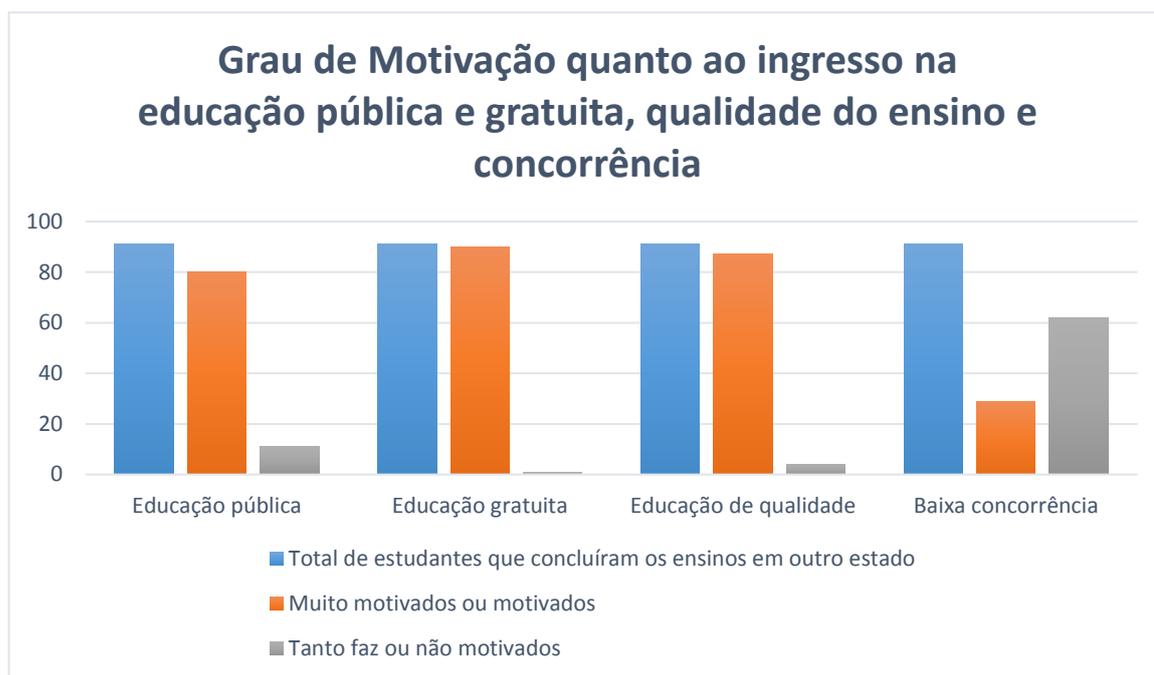


Fonte: UFMS, 2019.

Do grupo de estudantes que completaram os estudos em outro estado da federação, quando perguntados sobre o grau de motivação pelo ingresso na educação pública, 80 estudantes responderam estar muito motivado ou motivado pelo fato de optarem pela matrícula no CPNA/UFMS e por ser uma universidade pública. Quanto ao grau de motivação por ser o ensino gratuito, 90 estudantes responderam ter se sentido muito motivado ou motivado. Quanto à qualidade do ensino, 87 alunos relataram estar muito motivado ou motivado no momento da escolha do curso na universidade pública. E em relação ao grau de motivação pelo quesito baixa concorrência como fato gerador do seu ingresso no CPNA/UFMS, apenas 29 estudantes relataram sentir-se muito motivados ou motivado.

Tem-se, a seguir, a apresentação desses dados em forma de gráfico para melhor visualização das informações.

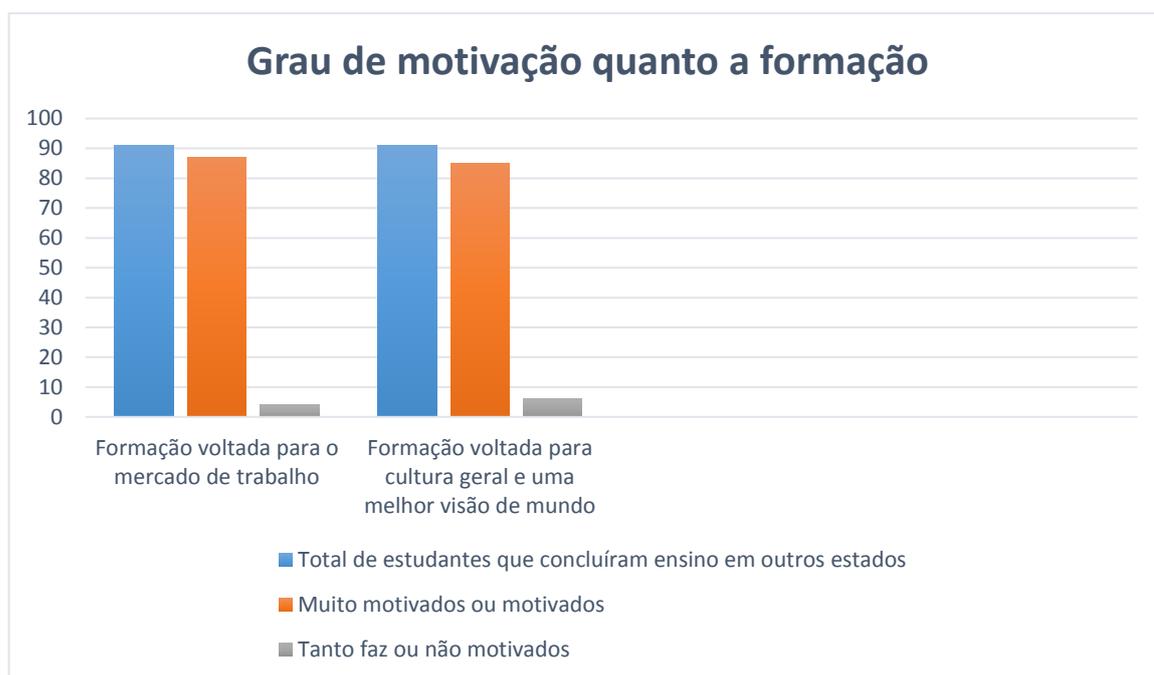
Gráfico 06 – Grau de motivação quanto ao ingresso na educação pública e gratuita, qualidade do ensino e concorrência do grupo que concluiu os ensinos em outro estado



Fonte: UFMS, 2019.

Sobre a pergunta quanto a avaliação do grau de motivação com um curso universitário, 87 estudantes, do grupo conclusão dos ensinos em outro estado, informaram estar muito motivado ou motivado com a formação voltada ao mercado de trabalho e 85 alunos responderam sentir-se muito motivado ou motivado com a formação voltada para a cultura geral, proporcionando uma melhor visão de mundo. Conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 07 – Grau de motivação quanto a formação



Fonte: UFMS, 2019.

Pode-se apreender a motivação que ocasiona a migração de estudantes entre os estados da federação com o único objetivo de obterem a graduação na educação superior. Observa-se que a educação pública, gratuita e considerada de qualidade são os fatores mais relevantes para a escolha de cursos nas universidades públicas.

Tais adjetivos ainda fortalecem a sobrevivência da educação superior pública no país e garantem um certo status social a quem consegue adentrar e concluir cursos nessas instituições. Também demonstram a relevância social destes estabelecimentos tanto no cumprimento do seu papel social em democratizar a construção e aquisição do conhecimento entre os indivíduos das diferentes classes sociais e, conseqüentemente, minimizar as desigualdades econômicas e sociais, como por serem opções prioritárias dos indivíduos, mesmo diante de tantas opções de ingresso na educação superior privada ou em outras modalidades de ensino, como a educação a distância.

O que representa a análise de que mesmo diante dos limites do cenário neoliberal de redução dos gastos com políticas públicas e sucateamento dos estabelecimentos de prestação de ensino público, as universidades são tidas como um importante espaço que contribuem com o desenvolvimento individual e social, mesmo diante de toda a lógica de mercantilização do conhecimento, ainda há segmentos sociais que creditam nela o seu aprimoramento intelectual e profissional, assim como ainda há o reconhecimento social e a credibilidade por parte do

mercado de que os profissionais ali formados possuem habilidades, conhecimento e competências de alto padrão.

O perfil do estudante migrante estabelecido por meio da análise dos dados obtidos nesta pesquisa, é de um estudante de condição econômica de baixa renda, visto que os números que representam os estudantes que não moram com seus familiares (118), o número de estudantes que concluíram os ensinos em outros estados (91) e o número de inscritos para o auxílio moradia (81), são bem próximos, considerando-se o universo de alunos matriculados no CPNA, pois pode-se depreender que trata-se praticamente de um mesmo grupo de indivíduos.

Além da situação de baixa renda, também se constata a relevância que a universidade pública, gratuita e considerada de qualidade tem para o fenômeno da migração estudantil, do que se pode depreender que se juntando a situação econômica desfavorável, com a gratuidade e a qualidade do ensino, a opção de ingresso na universidade pública é tida como fator preponderante para a escolha de afastar-se da rede comunitária em busca de mobilidade social para si e seus membros familiares.

Apreende-se o grau de importância que a Assistência Estudantil representa para a permanência na educação superior desses sujeitos, por ser uma política que tem o intuito de atender o indivíduo em suas demandas sociais e econômicas, que são inerentes a sua condição de classe trabalhadora, e que afetam diretamente o seu acompanhamento, rendimento e desempenho nos estudos.

Ressalta-se que as manifestações da questão social presentes na realidade de vida dos estudantes, não é uma problemática a ser tratada apenas pelas equipes da Assistência Estudantil, mas que também devem ser priorizadas pelos diferentes setores das universidades, pois esses alunos também são público da pesquisa, do ensino e da extensão, e que a política de Assistência Estudantil é construída e realizada por meio de diferentes ações que objetivem auxiliar o estudante na sua permanência e na sua formação humana, social e profissional.

Faz-se necessário que o governo amplie o montante de recursos públicos que são destinados à Assistência Estudantil, pois a demanda por essa política é bastante ampla e crescente, que vai desde a questão com material mínimo necessário para os estudos, como necessidades básicas que incluem alimentação, transporte, saúde, moradia, dentre outros.

E que os gestores universitários administrem com maior eficiência a utilização desses recursos, tanto no acompanhamento da execução orçamentária, como na viabilização de projetos e ações que não tenham apenas a finalidade de ampliar os números de estudantes atendidos, mas que se dê a devida prioridade e atenção a qualidade e a finalidade dos serviços prestados.

Pois somente a democratização do acesso não garante a permanência dos estudantes, principalmente os provenientes das classes trabalhadoras, o que requer a priorização de ações e fomentos que viabilizem a permanência destes estudantes que conseguiram enfrentar diversos obstáculos e lograr êxito no ingresso da educação superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve o intuito de analisar a Assistência Estudantil na viabilização da permanência de estudantes migrantes matriculados na UFMS/CPNA. Para isso, discutiu-se no primeiro capítulo sobre o papel do Estado, nos diferentes modelos econômicos, e o seu caráter de classe determinante para as escolhas e o desempenho da sua função social enquanto regulador do equilíbrio social. Neste capítulo discorreu-se também sobre o desenvolvimento do Estado brasileiro, por meio de uma análise das políticas sociais e econômicas e a inserção da educação superior pública nos diferentes governos que o país teve.

No segundo capítulo tratou-se sobre o desenvolvimento das políticas sociais no contexto do modo de produção capitalista, com intuito de contextualizar a desigualdade social no país e consequentemente no âmbito da política de educação. Apresentou-se as ações do governo federal, a partir da década de 1990, com o advento do neoliberalismo, sobre a educação superior, sua expansão, interiorização, investimentos nas instituições públicas e privadas e o cenário de lutas em que se manifestou a assistência estudantil.

E no terceiro capítulo contextualizou-se sobre o processo da migração estudantil facilitado pelo exame de seleção unificado; a realidade social que permeia a vida dos estudantes migrantes e os determinantes sociais para a saída destes do ambiente familiar em busca da educação superior. Apresentou-se a estruturação da UFMS, a organização da Assistência Estudantil e a criação do CPNA, seus cursos, e a análise dos dados coletados para esta pesquisa.

Observou-se com a construção deste trabalho a ocorrência de mudanças e avanços quanto ao acesso às universidades públicas federais, a partir do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) e da utilização do Sistema de Seleção Unificada (SISU), ampliaram-se o número de vagas e tomou-se mais democrático os meios de ingresso. No entanto, as matrículas não foram diretamente correspondentes às vagas disponibilizadas e o ingresso nas instituições privadas foi bastante incentivado por meio de recursos públicos destinados pelo governo federal.

Como avanço desse processo pode-se destacar a legalização da equidade no ingresso dos grupos sociais, historicamente, discriminados por suas características de cor, raça, gênero ou classe social, por meio das cotas de ações afirmativas; a realização de modelo de seleção único a nível nacional, com possibilidade de ingresso em qualquer universidade federal ou privada em todo território nacional; o investimento no aumento de instituições de ensino superior nas regiões de pequenos e médios centros urbanos brasileiro e realização de concursos

públicos para contratação de profissionais para compor o quadro de servidores da educação federal.

Nesse sentido, considera-se a relevância na democratização do acesso às universidades públicas decorrentes, principalmente, do REUNI e da implantação do SISU, que favoreceram tanto a criação do Campus de Nova Andradina (CPNA/UFMS) como impulsionaram o fenômeno da migração estudantil em todo território nacional.

No entanto, cabe destacar que esta expansão no número de ingressantes na educação superior, não foi acompanhada por ações de viabilização para permanência de estudantes na mesma proporção em que se democratizou o acesso para diferentes grupos sociais, com particularidades decorrentes da sua inserção social na dialética das relações capitalistas.

Ressalta-se aqui, que não se tem o intuito de diminuir a importância social desta ampliação, mas que se deve exigir uma maior atenção para o processo de acompanhamento dos estudantes ao longo do seu percurso dentro das universidades, como forma também de prevenir a retenção e evasão e, conseqüentemente, o gasto público com cada aluno.

No tocante a Assistência Estudantil, o Programa Nacional de Assistência Estudantil foi um grande avanço para a viabilização da permanência de estudantes provenientes das classes trabalhadoras, regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2012, em que se teve a normatização da assistência a estudantes de baixa renda das instituições federais de educação superior e a garantia de financiamento próprio para esta finalidade destinado pelo governo federal.

No entanto, a política não é executada da maneira como está escrita. Verifica-se que, quanto ao aparato legal, a Assistência Estudantil conta com normas que corroboram com a perspectiva social para viabilização da permanência dos estudantes. mas percebe-se que as ações concretizadas não são suficientes para o alcance dos seus objetivos, o que expressa a contradição existente na própria legislação.

É importante uma ampla discussão e conscientização da importância da Assistência Estudantil, assim como toda uma atuação multiprofissional no sentido de prestar atendimento às demandas postas pela realidade social vivida pelos estudantes composta de especificidades decorrentes da sua condição de classe trabalhadora, da dinâmica das relações sociais e do contexto socioeconômico em que são desenvolvidas as políticas sociais.

Tem-se que considerar também que a Assistência Estudantil não se viabiliza apenas no âmbito do apoio financeiro ao estudante, mas que deve ser desenvolvida com o objetivo de favorecer o processo de aprendizagem, desenvolvimento de habilidades, produção de conhecimento, ampliação da sua visão de mundo, promoção de experiências e apreensões

culturais. O que coaduna com a função social das universidades, não apenas como formação técnica ao mercado de trabalho, mas também como meio de formação pessoal e social do ser humano, assim como produção de ciência e tecnologia para o desenvolvimento da sociedade.

Acredita-se que este trabalho alcançou seu objetivo de analisar como a UFMS/CPNA viabiliza a assistência estudantil aos estudantes migrantes e que o referencial teórico juntamente com os dados coletados permitiu responder as indagações que motivaram esta dissertação, quais foram: como a UFMS/CPNA interpreta, regulamenta e operacionaliza a Assistência Estudantil? E se a Assistência Estudantil consegue promover suporte socioeconômico aos estudantes migrantes em busca da formação na educação superior?

No âmbito da UFMS/CPNA verificou-se, a partir da Resolução do COUN nº 135, de 28 de dezembro de 2018, que o Programa de Assistência Estudantil desta universidade cumpre, em sua normatização, com um conjunto de ações que abrangem o estudante em suas necessidades sociais e educacionais, por meio, principalmente, de auxílios financeiros como: auxílio permanência, auxílio creche, auxílio alimentação ou utilização do Restaurante Universitário, auxílio moradia, auxílio emergencial, auxílio para participação em eventos, auxílio para apoio pedagógico e auxílio financeiro para apoiar estudante com deficiência.

Cabe mencionar que o processo seletivo para o atendimento aos estudantes com renda *per capita* até um salário mínimo e meio realizado pela UFMS, para concessão de auxílios assistenciais, para o ano de 2019, ano em que foram coletados os dados da pesquisa, ocorreram em dezembro de 2018, com a renovação dos estudantes já cobertos pela Programa de Assistência Estudantil e seleção de novos alunos.

A partir de abril de 2019, foi concedido o auxílio financeiro emergencial, para estudantes ingressantes e/ou veteranos que se encontravam em situação emergencial de vulnerabilidade social, mediante parecer de profissional do serviço social, tendo duração de três meses, podendo ser prorrogado por igual período. No entanto, novas inscrições foram suspensas durante o mês de outubro, ocorrendo nova seleção para os auxílios da Assistência Estudantil em novembro de 2019, para o semestre de 2020.1.

Este cenário relatado, resumidamente, da periodicidade das inscrições do processo seletivo da Assistência Estudantil é aqui mencionado para se apresentar dois pontos observados com a discussão teórica realizada, somada aos dados quantitativos e a apreensão da realidade da operacionalização da Assistência Estudantil no âmbito da UFMS.

O primeiro é em relação ao tempo de espera que o estudante ingressante, no primeiro semestre do ano letivo, tem que passar para poder ter a oportunidade de participar da seleção da Assistência Estudantil, pois apesar de se ter a possibilidade de solicitação do auxílio

emergencial, este tem a finalidade de suprir uma demanda urgente e emergencial ao qual o estudante foi submetido, conforme expresso na Resolução do Coun nº 135, de 28 de dezembro de 2018:

Art.15. O Auxílio Emergencial é a subvenção financeira correspondente ao valor vigente do Auxílio Permanência ofertado ao estudante que esteja com dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas, prioritariamente ingressante ou oriundo de município distinto da localização do Câmpus no qual está matriculado (UFMS, 2018).

Assim, o estudante ingressante deve se enquadrar ao critério mencionado na referida Resolução. Outra questão, que acaba por condicionar o formato da seleção da Assistência Estudantil ocorrer apenas uma vez ao ano, é o número reduzido de profissionais para o atendimento dessa demanda.

No CPNA, *locus* desta pesquisa, conta-se apenas com três profissionais, em que apenas dois participam do processo seletivo (assistente social e técnico em assuntos educacionais) e um terceiro (tradutor e intérprete em libras) apenas auxilia os demais no processo. E ao decorrer do ano contam com esta equipe para realizar todo o trabalho que envolve a Assistência Estudantil, que vai desde o monitoramento e acompanhamento dos estudantes que recebem os auxílios financeiros, como atendimento aos demais com questões de âmbito psicossocial, organização e realização de programas e atividades culturais, esportivas e de saúde e contatos com toda a rede de instituições sociais do município. O que não favorece o atendimento de todas as demandas sociais que lhes são apresentadas.

A partir dos dados coletados na pesquisa constata-se que a Assistência Estudantil não consegue abranger ao público que dela necessita, principalmente, pela insuficiência de recursos públicos destinados ao pagamento de auxílios assistenciais, visto que a maior parte dos estudantes que participam do processo de seleção não conseguem obter êxito. O que se justifica pela lógica neoliberal de redução das políticas sociais, mencionada ao decorrer do trabalho, e pela questão de se priorizar o público que mais apresenta demandas sociais como forma de conseguir tornar efetiva a destinação dos recursos disponíveis para este fim, o que exige um trato seletivo e focalizado para as concessões dos auxílios da assistência estudantil.

Nesse sentido, observou-se que o CPNA/UFMS não considera a especificidade do estudante migrante no atendimento da Assistência Estudantil, visto o número de vagas no auxílio moradia frente ao grande número de demanda reprimida que necessita do apoio financeiro. O que se considera como um limite para a democratização do acesso e permanência da educação superior para este público, que diante das suas especificidades requerem um

atendimento não somente de âmbito econômico, mas de viabilização da sua inserção na rede comunitária e de serviços locais.

Compreende-se que não é apenas o estudante migrante que possui fragilidades de ordem socioeconômica que afetam sua permanência nas IFES, que o custo desses estudantes para as universidades acaba por ser bastante alto e que este conjunto de estudantes são os que, democraticamente, fazem jus a uma universidade pública e gratuita, não desmerecendo os alunos provenientes das classes dominantes, mas fortalecendo o discurso da equidade e justiça social no trato dos recursos públicos.

Acrescenta-se que é de interesse das instituições de educação superior a contenção da evasão dos estudantes e a ampliação do acesso, tanto como cumprimento do seu papel social em contribuir com o desenvolvimento do país e com a construção e repasse de conhecimentos; como por questões orçamentárias para conseguir se manter em meio a lógica de redução de gastos com o setor público, já que o número de alunos matriculados está diretamente ligado ao montante de recursos financeiros destinados às IFES.

Diante desta análise conclui-se que para a viabilização da permanência e diminuição da desigualdade social vivida pelos estudantes migrantes dentro do âmbito da educação superior: a ampliação de auxílios moradias, na medida em que possa haver um equilíbrio entre a demanda e a oferta deste benefício; o acompanhamento da execução orçamentária de forma que possa otimizar a utilização de todo o recurso disponível para a Assistência Estudantil, com atendimentos direto ao estudante, tanto em forma de auxílio financeiro, como por acompanhamento de seu desempenho escolar; articulação com os órgãos de prestação de serviços públicos sociais para uma melhor abordagem às demandas dos estudantes; construção de um restaurante universitário no Campus de Nova Andradina e/ou viabilização de projetos de economia solidária ou cooperativas de agricultura familiar para a aquisição de alimentos a baixo custo pela comunidade acadêmica.

Estas são propostas essenciais para avançar no sentido de se obter uma universidade mais democrática para a sociedade e para os estudantes que com ela contam para seu desenvolvimento humano, econômico, profissional e social. Sendo necessário também o enfrentamento das barreiras dos discursos contrários à democratização das universidades públicas e reformistas em favor da diminuição dos investimentos com as instituições públicas por todo o corpo de gestores, profissionais e estudantes que formam a comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

- ANDERY, Maria Amália et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1996. Introdução: p. 9-15; Posfácio: p. 427-436.h.
- ANDRADE, de A. M. De Marx a Mészáros: a inseparável relação entre o Estado e a reprodução do capital. In: PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.). **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.
- ANDRÉS, Aparecida. **Aspectos da Assistência Estudantil nas Universidades Públicas**. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7284/aspectos_assistencia_andres.pdf?sequence=2 Acesso em: 25 de junho 2020.
- ARRETCHE, M. **Trajетórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. 1ed.São Paulo: Unesp/CEM, 2015.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica do Serviço Social, v.02. São Paulo: Cortez, 2006.
- BORSATO, Francieli Piva. **A assistência estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no período de 2000 a 2014: análise de sua configuração antes e após o plano nacional de assistência estudantil (PNAES)**. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_5/5-001.pdf> Acesso em: 18 de maio de 2020.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente a escola e à cultura. In: **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 41 – 64.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução Reynaldo Bairão. 3. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 24 de janeiro de 2021.
- _____. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 11 abr. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 02 de fevereiro de 2021.
- _____. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm acesso em: 24 de junho de 2020.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Diário Oficial, Brasília, DF, 20 de jul. 2010. Seção 1, pág. 05.

_____. MEC. **Portaria nº 2 de 26 de janeiro de 2010.** Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2704-sisupportarianormativa2&Itemid=30192 Acesso em: 11 de julho de 2020.

_____. MEC. Expansão, **REUNI**, 2011 Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81 acesso: 24 de junho 2020.

_____. FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos:** histórias, memórias e múltiplos olhares. ANDIFES. Universidade Federal de Uberlândia, PROEX: 2012. Disponível em: http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/Revista_Fonaprace_25_Anos.pdf Acesso em: 14 de abril de 2019.

_____. MEC. ANDIFES. **V pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.** 2018. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf> acesso em: 11 de julho 2020.

_____. **Proposta apresentada à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior** (Andifes), 2009: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=768-proposta-novovestibular1-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192 acesso em 18 de junho de 2020.

CAVALCANTE, J. F. **Educação Superior:** conceitos, definições e classificações. Série Documental: textos para discussão. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/Educa%C3%A7%C3%A3o+superior+conceitos%2C+defini%C3%A7%C3%B5es+e+classifica%C3%A7%C3%B5es/378ec098-0d71-4465-bd54-45abbd17c53f?version=1.3>. Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil - o prouni e o FIES como financiadores do setor privado. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 49-72, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

46982016000400049&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 20 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-4698162030>.

CHIZZOTI, A.. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CIAVATTA, M. e RAMOS M. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42> acesso em: 18 de junho de 2020.

CISLAGHI, J. F. e SILVA, M. T. da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. In: **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, jul./dez. 2012. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13025/11380 Acesso em: 14 de abril de 2019.

DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L. Miséria brasileira e macrofilantropia: psicografando Marx. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./dez. 2003.

DURHAM, E. R. **Ensino Superior no Brasil e desenvolvimento**. In: Revista Interesse Nacional. Ano 3. Edição 10. Julho a Setembro de 2010. Disponível em: <http://interessenacional.uol.com.br/edicoes-antiores-sumario.asp?cd_edicao=12>. Acesso em: 23/01/2021.

FALEIROS, V. de P. **Saber Profissional e Poder Institucional**. 10^a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

FIORI, J. L. **O voo da coruja**. Para reler o desenvolvimentismo brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FONAPRACE. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. ANDIFES. Universidade Federal de Uberlândia, PROEX: 2012. Disponível em: http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/Revista_Fonaprace_25_Anos.pdf Acesso em: 14 de abril de 2019.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003 Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf> acesso em: 20 de junho de 2020.

GÓIS, L. S.; RIBEIRO, M. M. e MOTA L. M. Educação para o mercado: ideário capitalista que conforma a educação profissional brasileira. In: **A Revista HISTEDBR On-line** DOI 10.20396/rho.v19i0.8654528 e-Location: e019039 ISSN: 1676-2584 Rev. HISTEDBR On-line Campinas, SP v.19 1-20 e019039 2019.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Instituto Liberal, 1987.

HOFLING, E. de M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. *Cad. CEDES* [online]. 2001, vol.21, n.55, pp.30-41. ISSN 0101-3262. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. Acesso em 27 de março de 2020.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998.

_____, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/00e02a8bb67cdedc4fb22601ed264c00.pdf . Acesso em: 09 de julho de 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior**, 2018. Brasília: MEC, 2019.

KEYNES, J. M. O fim do “laissez-faire”. In: _____. **Economia**. São Paulo: Ática, 1978.

KOWALSKI, A. V. **Os (Des)caminhos da Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 179f. 2012 (Tese). Doutorado em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social PUCRS. Porto Alegre: 2012.

LEITE, J. de O. **As múltiplas determinações do programa nacional de assistência estudantil – pnaes nos governos Luiz Inácio Lula da Silva**. Tese. Doutorado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

LESSA, S. O que é, mesmo, o Estado de Bem-Estar? In: LESSA, S. **Capital e Estado de Bem-Estar: o caráter de classe das políticas públicas**. São Paulo: Instituto Luckács, 2013.

LESSA, S. E. do C. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas do trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 106-130. Jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n113/n113a05.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

LI, D. L. **O novo ENEM e a plataforma SISU: efeitos sobre a migração e a evasão estudantil**. 2016 (Dissertação). Mestrado em Ciências. Faculdade de Economia, Administração e contabilidade USP. São Paulo: 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde23112016094256/publico/CorrigidaDense.pdf> Acesso em: 27 de julho de 2019.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. ENGELS, F. A ideologia alemã. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARANHÃO, C.H. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, A.E. (org.). **O Mito da Assistência Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAURELL, J. R. P. e MACHADO C. C. **A produção científica sobre moradia estudantil: um estudo dos artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES**. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1179/816> Acesso em: 27 de julho de 2019.

MARTINS, A. C. P. Ensino Superior no Brasil: da descoberta ao dias atuais. **Acta Cir. Bras.**, São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 04-06, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

MELO, E. Os limites objetivos da política parlamentar no sistema do capital. In: **Marx, Mézsáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

MESSINA, N. **EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: RAZÕES E CONTRADIÇÕES**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba, 2016.

MÉZSÁROS, I. **Para além do capital**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, C. **Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento**. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2012, n.110, pp.270-287. ISSN 0101-6628.

MONTAÑO, C., DURIGUETO, M. L.. **Estado, Classe e Movimento Social**. Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 5. São Paulo, Cortez: 2010.

MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017;
NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. (Org.) NETTO, José Paulo. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 201.

NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, L. M. W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. *Revista Sociologias*. Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 124-157, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a06n17> Acesso em: 30 de janeiro de 2021.

NOGUEIRA, V. M. R. **Estado de Bem-estar Social** – origem e desenvolvimento. *Katálysis*, n. 5 jul./dez. 2001.

OLIVIRA, L. D. de. **A relação entre as políticas de ação afirmativa e permanência na educação de ensino superior nas Instituições federais de ensino**: as especificidades do benefício moradia para os discentes de graduação da UFRJ. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25126/25126.PDF> Acesso em: 27 de julho de 2019.

OLIVEIRA, J. F. de. **Acesso à Educação Superior no Brasil**: entre o elitismo e as perspectivas de democratização. In: SOUSA, J.V. de. *Educação Superior: cenários, impasses e propostas*. Coleção Políticas Públicas de Educação. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 273 – 310.

PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.). **Marx, Mézáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

POCHMANN, M. **Estado e capitalismo no brasil**: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, nº. 139, p.309-330, abr.-jun., 2017. DOI: 10.1590/ES0101-73302017176603.

RAFTERY, Adrian E. e HOUT, Michael. (1993), "**Maximally Maintained Inequality**: Expansion, Reform, and Opportunity in Irish Education, 1921-1975". *Sociology of Education*, vol. 66, nº 1, pp. 41-62.

REISDORFER, Thiago. **Migração e experiência estudantil**: um estudo de caso. In: *Monções Revista do Curso de História da UFMS – CPCX*, vol. 4 n. 6 ISSN: 2358-6524.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **O Guardador de Inutensílios**, Campo Grande, v. 7, p. 17-30, 2004.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**, Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SILVA, M. A. da. **Do projeto político do banco mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira**. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dezembro 2003 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> acesso em: 26 de junho 2020.

SIMÕES, Cassiana Ferreira. **Da democratização do acesso ao desafio da permanência**: a experiência dos cotistas sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento

Regional da Universidade Federal Fluminense (ESR/UFF). Disponível em:
<http://uenf.br/posgraduacao/politicassociais/wpcontent/uploads/sites/11/2018/05/CASSIANA-FERREIRA-SIM%C3%95ES.pdf> Acesso em: 29 de julho de 2019.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre a natureza e suas causas. Volume I. Coleção Os Economistas. S.P: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Ana Claudia Gomes de. **Juventude e migração indígena estudantil e as políticas públicas de ingresso e permanência na universidade**. Disponível em:
<http://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/24708> Acesso em: 27 de julho de 2019.

SPOSATI, Aldaíza et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo, Cortez, 1985.

UFMS. **Resolução, Coun nº 135, de 28 de dezembro de 2018**. Estabelece as Normas Regulamentadoras do Programa de Assistência Estudantil da UFMS.

YAZBEK, M.C. **Classes Subalternas e assistência social**. 7^a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.